

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE**  
**CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (MODALIDADE: LICENCIATURA)**

**JÉSSICA CRISTINE COSTA CARVALHO**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MORADORES DO ENTORNO DA ÁREA DE  
PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ITAPIRACÓ, SÃO LUÍS – MA, SOBRE AS  
PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS LOCAIS**

SÃO LUÍS - MA

2018

**JÉSSICA CRISTINE COSTA CARVALHO**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MORADORES DO ENTORNO DA ÁREA DE  
PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ITAPIRACÓ, SÃO LUÍS – MA, SOBRE AS  
PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS LOCAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA como requisito para obtenção do título de licenciada em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Ms. Carlos Erick Brito de Sousa.

SÃO LUÍS - MA

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Carvalho, Jessica Cristine Costa.

Representações Sociais de Moradores do Entorno da Área de Proteção Ambiental do Itapiracó, São Luís-MA, sobre as problemáticas socioambientais locais / Jessica Cristine Costa Carvalho. - 2018.

108 f.

Orientador(a): Carlos Erick Brito Sousa.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

1. Área de Proteção Ambiental. 2. Meio Ambiente. 3. Representações Sociais. I. Sousa, Carlos Erick Brito. II. Título.

**JÉSSICA CRISTINE COSTA CARVALHO**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MORADORES DO ENTORNO DA ÁREA DE  
PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ITAPIRACÓ, SÃO LUÍS – MA, SOBRE AS  
PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS LOCAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA como requisito para obtenção do título de licenciada em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Ms. Carlos Erick Brito de Sousa.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Ms. Carlos Erick Brito de Sousa** (Orientador)

Mestre em Educação

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

---

**Prof. Ma. Adriana do Nascimento Cavalcante**

Mestra em Recursos Aquáticos e Pesca

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

---

**Prof. Esp. Daniela de Lima Corrêa**

Especialista em Docência do Ensino Superior

Rede Privada de Ensino

Dedico este trabalho com todo carinho  
meus familiares, amigos e colaboradores  
todo incentivo e apoio.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de realizar este trabalho e por me conceder a força necessária para que eu chegasse até este momento. Pra mim, este trabalho simboliza uma grande conquista na minha vida, resultante de inúmeras horas de dedicação e persistência para fazer o levantamento, analisar, compreender e escrever. Este trabalho também indica uma oportunidade em contribuir com minha pesquisa na produção de conhecimentos e na busca por proteger o ambiente tão importante como a APA do Itapiracó. Agradeço a Deus também pela oportunidade em conhecer e conversar com as pessoas da comunidade. Agradeço por essa experiência de aprendizagem valiosa que contribui muito para meu crescimento profissional.

Ao meu orientador prof. Ms. Carlos Erick Brito de Sousa pela confiança depositada em mim, pelo incentivo, apoio e instrução na pesquisa. A realização deste estudo foi um desafio, por exigir interdisciplinaridade e contextualização. Lembro daquele dia em que fui à sua sala para falar de meu interesse em realizar uma pesquisa na Área de Proteção Ambiental do Itapiracó e o professor me sugeriu várias ideias. Na disciplina de Educação Ambiental, os questionamentos do professor Carlos Erick me fizeram refletir sobre um leque de possibilidades de interpretações que o meio ambiente pode proporcionar. Houve um momento em minha vida que cheguei a pensar que o meio ambiente se limitava apenas aos elementos naturais em uma paisagem um pouco distante da minha realidade. Hoje, o meio ambiente me faz pensar em tudo. Agradeço pela oportunidade de conhecê-lo, pois é meu grande exemplo de educador ambiental.

Agradeço também a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) pelas experiências em pesquisa e ensino na área da Biologia.

À minha família e amigos pela compreensão, apoio e paciência.

Aos moradores do entorno da APA do Itapiracó que participaram desta pesquisa, obrigada pela atenção concedida e pela confiança depositada no trabalho. Ao líder comunitário Lucas Matheus Santos Oliveira e à Associação dos Defensores do Complexo Itapiracó (ADECOI) pela colaboração nesta pesquisa. Obrigada pela receptividade, amizade, confiança e auxílio no levantamento dos dados. A colaboração dessas pessoas foi de grande importância para a realização deste trabalho. O meu “muito obrigada”. Cada um contribuiu para compor este estudo sobre o meio ambiente e a APA do Itapiracó, que faz parte da nossa realidade e é tão importante para todos.

*“Tudo que existe e vive precisa ser cuidado para continuar a existir e a viver – uma planta, um animal, uma criança, um idoso, o planeta Terra”*

Leonardo Boff

## RESUMO

O presente estudo buscou analisar as representações sociais de moradores do entorno da Área de Proteção Ambiental (APA) do Itapiracó sobre as problemáticas socioambientais locais. Este estudo foi realizado no entorno dessa área de proteção, situada no município de São Luís - MA. A APA do Itapiracó é uma unidade de conservação de uso sustentável que abrange uma área total de 322 hectares com vegetação proveniente da Floresta Amazônica. Ao longo dos anos, a APA do Itapiracó vem sofrendo com a degradação ambiental crescente. O presente estudo consiste em uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso. A coleta de dados foi realizada, primeiramente, com a observação das condições ambientais da unidade de conservação, as atividades realizadas no local e as relações das pessoas com o ambiente. A Área Proteção Ambiental do Itapiracó foi caracterizada a partir do levantamento de documentos que verificam as principais mudanças na área. Durante a pesquisa, foram selecionados de forma aleatória 15 indivíduos maiores de 18 anos, que moram no entorno da área. Estes indivíduos aceitaram participar da pesquisa e assinaram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido. O perfil dos moradores foi traçado a partir da análise do formulário socioeconômico respondido pelos participantes. Uma entrevista semiestruturada foi aplicada no intuito de identificar as noções sobre ambiente, problemas socioambientais, importância das Áreas de Proteção Ambiental e relações de pertencimento dos moradores. Para análise de dados, foi utilizado o método de análise crítica do discurso que permite a problematização do discurso disponibilizado por meio da entrevista, apresentando os subsídios necessários para identificar os elementos que compõem as representações sociais sobre o meio ambiente e os problemas socioambientais da APA do Itapiracó. Diversas problemáticas socioambientais foram mencionadas tais como a deposição do lixo, desmatamento, queimadas, tentativa de fuga da fauna, impermeabilização do solo, processo de extinção do rio Itapiracó, entre outros. A APA do Itapiracó representa, para os moradores pesquisados, um espaço de lazer para praticar esporte e caminhada, a busca por uma vida saudável, um local de reunião familiar, um lugar agradável de paz interior e reflexão. Os pesquisados atribuíram bons sentimentos e emoções tais como alegria, paz, conforto, tranquilidade e bem-estar à APA do Itapiracó, estabelecendo uma relação de pertencimento com a área.

**Palavras-chave:** Meio Ambiente; Representações Sociais; Área de Proteção Ambiental.



## ABSTRACT

The present study sought to analyze the social representations of residents of the Itapiracó's Environmental Protection Area about local socio-environmental problems. This study was carried out around this area of protection, located in the municipality of São Luis – MA. The Itapiracó's Environmental Protection Area is a conservation unit for sustainable use, covering a total area of 322 hectares with vegetation from the Amazon rainforest. Over the years, the Itapiracó's environmental Protection Area has been suffering from growing environmental degradation. The present study consists of qualitative research of a case study type. The data collection was performed, first, with the observation of the environmental conditions of the conservation unit, the activities carried out in the place and the relations of people with the environment. The Itapiracó's Environmental Protection Area was characterized by the collection of documents that verify the main changes in the area. During the research, 15 individuals older than 18 years who lived in the area were randomly selected. These individuals agreed to participate in the research and signed the Terms of Free and Informed Consent. The profile of the residents was drawn from the analysis of the socioeconomic form answered by the participants. A semi-structured interview was applied in order to identify the notions about environment, socio-environmental problems, importance of the areas of environmental protection and relations belonging of the residents. For data analysis, it used the method of critical discourse analysis that allows the questioning of the discourse made available through the interview, presenting the necessary subsidies to identify the elements that compose the social representations about the environmental and the socio-environmental problems of the Itapiracó's Environmental Protection Area. Several socio-environmental problems were mentioned such as the disposal of garbage, deforestation, burning, attempts to escape the fauna, waterproofing of the soil, process of extinction of the Itapiracó river, among others. The Itapiracó's Environmental Protection Area represents, for the residents surveyed, a space of leisure to practice sports and walking, the search for a healthy life, a place of family reunion, a pleasant place of inner peace and reflection. The respondents attributed good feelings and emotions such as joy, peace, comfort, tranquility and well-being to the Itapiracó's environmental Protection Area, establishing a relation of belonging with the area.

**Keywords:** Environment; Social Representations; Environmental Protection Area.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	Mapa do Google Earth, indicando a APA do Itapiracó e seu Entorno.....	43
<b>Figura 2</b>	Espaços de lazer e esporte do Complexo da APA do Itapiracó – nov./2017.	43
<b>Figura 3</b>	Ponte da Juçara ao lado do Rio Itapiracó, construída em um mutirão da comunidade em 2010.....	44
<b>Figura 4</b>	Informativo do MODERI.....	45
<b>Figura 5</b>	Fluxograma de Associação Livre de Palavras (TALP) sobre Meio Ambiente.	57
<b>Figura 6</b>	Campanha da Fundação SOS Mata Atlântica (1987) .....	63
<b>Figura 7</b>	Anúncios de campanhas que tratam sobre o “pulmão verde” .....	64
<b>Figura 8</b>	Trecho da Praia da Ponta d’areia que está impróprio para banho.....	66
<b>Figura 9</b>	Charge do artista Alexandre Beck – Personagem Armandinho.....	68
<b>Figura 10</b>	Fluxograma de Associação Livre de Palavras (TALP) sobre a APA do Itapiracó.....	80
<b>Figura 11</b>	Poluição do Rio Itapiracó.....	84
<b>Figura 12</b>	Lixo no Entorno da APA Itapiracó - Parque Vitória e Terra livre.....	85
<b>Figura 13</b>	Outras problemáticas Socioambientais .....	89
<b>Figura 14</b>	Placa de Venda de lotes na APA do Itapiracó.....	90

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Perfil dos Entrevistados quanto ao sexo.....	50
<b>Gráfico 2</b>	Perfil dos Entrevistados como se autodeclaram.....	50
<b>Gráfico 3</b>	Perfil dos Entrevistados quanto a faixa de idade.....	50
<b>Gráfico 4</b>	Perfil dos Entrevistados quanto ao estado civil.....	51
<b>Gráfico 5</b>	Pessoas que moram nas residências dos entrevistados.....	51
<b>Gráfico 6</b>	Perfil dos Entrevistados quanto a presença de filhos.....	52
<b>Gráfico 7</b>	Perfil dos Entrevistados em relação à quantidade de filhos.....	53
<b>Gráfico 8</b>	Número de pessoas por moradia.....	53
<b>Gráfico 9</b>	Perfil dos Entrevistados quanto à situação atual de moradia.....	53
<b>Gráfico 10</b>	Perfil dos Entrevistados quanto a renda familiar.....	54
<b>Gráfico 11</b>	Perfil dos Entrevistados quanto ao grau de instrução.....	55
<b>Gráfico 12</b>	Perfil dos Entrevistados quanto a escolaridade.....	56
<b>Gráfico 13</b>	Perfil dos Entrevistados quanto a modalidade de ensino.....	56
<b>Gráfico 14</b>	Perfil dos Entrevistados quanto ao trabalho.....	56
<b>Gráfico 15</b>	Perfil dos Entrevistados quanto a profissão.....	56
<b>Gráfico 16</b>	Quantidade de entrevistados que responderam “sim” ou “não” para o questionamento “você sabe o que seria uma área de proteção ambiental?”....	79
<b>Gráfico 17</b>	Quantidade de entrevistados que responderam “sim” ou “não” para o questionamento “você sabia que a área do Itapiracó é uma APA?”.....	83
<b>Gráfico 18</b>	Emoções e sentimentos dos participantes da pesquisa.....	91

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Definições de Representações Sociais.....	22
<b>Quadro 2</b>	Comparação dos Elementos da Representação.....	24
<b>Quadro 3</b>	Representações de Meio Ambiente, com base em Reigota (2004) .....	26
<b>Quadro 4</b>	Representações de Meio Ambiente, com base em Sauvé (2005) .....	26
<b>Quadro 5</b>	Representações de Meio Ambiente, de acordo com Santos e Imbernon (2014)	27
<b>Quadro 6</b>	Diferenças entre Preservação e Conservação.....	29
<b>Quadro 7</b>	Dimensões da Sustentabilidade.....	31
<b>Quadro 8</b>	Unidades de Conservação de Proteção Integral.....	35
<b>Quadro 9</b>	Unidades de Conservação de Uso Sustentável.....	36
<b>Quadro 10</b>	Unidades Amazônicas do Maranhão.....	38
<b>Quadro 11</b>	Propostas do modelo tridimensional de Fairclough.....	49
<b>Quadro 12</b>	Tempo de permanência dos moradores nas residências.....	53
<b>Quadro 13</b>	Classes Sociais por faixas de salários mínimos.....	54
<b>Quadro 14</b>	Frequências e significações das palavras evocadas sobre Meio Ambiente.....	58
<b>Quadro 15</b>	Diferentes problemáticas socioambientais da cidade que foram mencionadas pelos entrevistados.....	76
<b>Quadro 16</b>	Frequência e significações das palavras evocadas sobre a APA do Itapiracó...	81
<b>Quadro 17</b>	Problemáticas socioambientais da APA do Itapiracó, que foram mencionadas pelos participantes da pesquisa.....	91

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	13
2	<b>REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E REPRESENTAÇÕES SOBRE MEIO AMBIENTE.....</b>	16
2.1	<b>A Teoria das Representações Sociais de Moscovici e seus principais influenciadores.....</b>	18
2.2	<b>As Representações sobre Meio Ambiente.....</b>	25
3.	<b>A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ITAPIRACÓ.....</b>	28
3.1	<b>O contexto das Unidades de Conservação.....</b>	28
3.2	<b>Caracterização da APA do Itapiracó.....</b>	37
3.3	<b>Movimentos, associações e atividades comunitárias em defesa da APA do Itapiracó.....</b>	44
4	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	46
4.2	<b>Tipo de Pesquisa e Referencial de Análise.....</b>	46
4.3	<b>Coleta de dados.....</b>	47
4.4	<b>Análise de dados.....</b>	48
5	<b>AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....</b>	50
5.1	<b>Perfil dos moradores entrevistados.....</b>	50
5.2	<b>Representações sobre Meio Ambiente.....</b>	57
5.4	<b>Representações sobre os problemas socioambientais.....</b>	70
5.5	<b>Importância das APA para os participantes da pesquisa.....</b>	77
5.6	<b>Representações sobre a APA do Itapiracó e a relação de pertencimento dos entrevistados.....</b>	80
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	92
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	95
	<b>APÊNDICES.....</b>	104

## 1 INTRODUÇÃO

A Teoria das Representações Sociais (TRS) foi elaborada pelo psicólogo radicado francês Serge Moscovici, em 1961. Surgida no campo da psicologia, esta teoria busca interpretar o comportamento social e buscar um entendimento sobre os conhecimentos, posicionamentos e as diferentes visões entre os indivíduos. As representações sociais (RS) consistem em um conjunto de conceitos, frases e explicações que surgem na vida diária ao longo das comunicações interpessoais (DURAN, 2013). Socialmente produzidas e compartilhadas, podem ser consideradas como visões de mundo e manifestações de conhecimentos construídos na sociedade (MURTA, 2012).

Apesar de o termo “meio ambiente” estar presente no cotidiano e na vida das pessoas que pertencem aos diferentes grupos sociais, a definição de meio ambiente não pode ser simplificada apenas em uma única visão para todos. Assim, é possível identificar múltiplas visões acerca do significado de meio ambiente. Na própria comunidade científica, é reconhecido que não há um consenso entre as noções de ambiente que possibilite a presença de uma definição universal (REIGOTA, 2004).

Reigota (2004) distinguiu aquilo que deveria ser tratado como conceito científico daquilo que seria considerado uma representação social. Para ele, os conhecimentos científicos são termos que foram definidos, compreendidos e ensinados de forma padronizada pela comunidade científica, sendo utilizados universalmente. Em contrapartida, “a representação social está basicamente relacionada com as pessoas que atuam fora da comunidade científica, embora possam também aí estar presentes” (REIGOTA, 2004, p. 12). Este autor apresenta definições de diversos especialistas de diferentes áreas das ciências sobre o meio ambiente, e considera que de fato não existe um consenso sobre o meio ambiente na comunidade científica em geral. Seguindo esta lógica, as noções de meio ambiente foram consideradas como representações sociais.

Ao longo da história que compõe a sociedade contemporânea, o ambiente torna-se um essencial foco de discussões em reuniões internacionais e nacionais e em pesquisas científicas. Essas discussões refletem em uma busca de entendimento sobre o uso de recursos naturais no ambiente construído, estabelecendo assim também uma interface com o ambiente natural (NEVES, 2003). As discussões ambientais estão inseridas nas diversas esferas da sociedade, em que o ambiente pode ser abordado segundo os aspectos social, político, econômico, ético, moral e educacional. Essas discussões influenciaram e permitiram a estruturação de políticas que visam à proteção ambiental no Brasil. A Lei nº. 9.985, aprovada

em 18 de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Com base nesta lei (BRASIL, 2000), foram estabelecidos critérios e normas para a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação (UC).

No Brasil, existem 2194 unidades de conservação distribuídas por todo território brasileiro em nível federal, estadual e municipal, sendo 695 de proteção integral e 1499 de uso sustentável. No estado do Maranhão, foram definidas 39 unidades de conservação, estando inclusas áreas de proteção ambiental, parques estaduais, parques nacionais, reservas extrativistas e reservas particulares do patrimônio natural (BRASIL, 2018)

Neste estudo, destaca-se as Áreas de Proteção Ambiental (APA), onde se permite o desenvolvimento de atividades econômicas de forma sustentável. Com base na Lei nº 9.985/2000, art. 15, inciso I (BRASIL, 2000), as APA foram definidas como unidades de conservação de uso sustentável. Isso significa que pode haver um certo grau de ocupação humana, desde que a diversidade biológica do local seja protegida:

**Art.15.** A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso de recursos naturais (BRASIL, 2000, p. 16).

Em relação às APA, há 323 unidades no Brasil, sendo 36 em nível federal, 189 em nível estadual e 98 em nível municipal. No Estado do Maranhão, definiu-se 10 áreas de proteção ambiental (APA). Deste quantitativo, foram criadas no município de São Luís (MA) apenas três áreas de proteção ambiental: A APA do Maracanã, a APA de Upaon-Açu e a APA do Itapiracó (BRASIL, 2018). A APA do Itapiracó foi criada em 23 de junho de 1997 pelo Decreto Estadual nº 15.618 (BRASIL, 1997), e abrange uma vegetação remanescente de Floresta Amazônica, compreendendo uma área total de 322 hectares (SANTIAGO et al., 2011). Localizada entre os municípios de São Luís e São José de Ribamar, esta área tornou-se abrigo para a fauna, flora nativa e todos os demais seres vivos presentes, sendo também muito importante para a manutenção do microclima local (PINHEIRO; TEIXEIRA; CALDAS, 2014).

O Complexo Ambiental da APA do Itapiracó compreende um espaço que apresenta 2,5 km de extensão para caminhada, interligado por trilhas direcionadas para o interior da mata fechada. A área também possui diversos pontos de esporte e lazer, como praças destinadas a atletas, às crianças e às famílias. Recentemente, a área passou por um processo de revitalização, e de acordo com Pantoja (2017, p.14) visa “oferecer de forma sustentável, às comunidades do entorno e visitantes em geral, uma área de visitação, educação, lazer e esportes, com o contato direto com a natureza”. Com a expansão da ocupação humana no entorno da área de

conservação, se intensifica cada vez mais a relação dos seres humanos com a APA (PANTOJA, 2017).

Ao longo dos anos, a APA do Itapiracó vem sofrendo com a degradação ambiental crescente, sendo identificados diversos impactos decorrentes das atividades que surgiram no local (BITTENCOURT et al., 2012). Embora haja placas de sensibilização, que visam incentivar a população a conservar o ambiente, alguns estudos demonstram a presença de atividades não condizentes com os objetivos das Áreas de Proteção Ambiental, como por exemplo, o desmatamento de áreas para construção de moradias, utilização de materiais vegetais e decomposição de lixo a céu aberto (MAFRA; LIMA; DINIZ, 2010; BITTENCOURT et al., 2012; PINHEIRO; TEIXEIRA; CALDAS, 2014; PANTOJA, 2017).

Diante de todo este contexto, o presente estudo possui relevância social e acadêmica, uma vez que pretende identificar, discutir e analisar as representações sociais de meio ambiente e as problemáticas no entorno da APA do Itapiracó, auxiliando na compreensão do contexto socioambiental local. Segundo Silva (2009), pesquisas na área de TRS podem auxiliar para uma melhor compreensão de como certos conhecimentos são apreendidos por determinados grupos da sociedade. Seguindo esta perspectiva, “as representações sociais (RS) possibilitam o sujeito tomar consciência de seus pensamentos, de suas ideias, de suas atitudes, levando a acumular conflitos e a encontrar uma maneira de tornar familiar aquilo que lhe é desconhecido” (SILVA; SALES, 2000, p. 6). As RS surgem de situações da sociedade atual com a finalidade de auxiliar nos processos de formação de condutas e de orientação das comunicações sociais (MOSCOVICI, 1978).

O estudo das representações sociais pode contribuir para um maior aprofundamento e compreensão da realidade em questão, tendo em vista que leva em consideração os contextos sociais em busca de uma análise mais ampla sobre o ambiente e suas problemáticas. As representações sociais são significações mentais que norteiam comportamentos e ações no meio coletivo, sua identificação e análise referente ao ambiente e suas problemáticas, passando a ser de fundamental importância para a compreensão da realidade. Assim, o presente estudo busca responder a seguinte pergunta norteadora: Quais as representações sociais de moradores do entorno da APA do Itapiracó sobre as problemáticas ambientais locais? Também questiona-se: Como os indivíduos se relacionam com a APA e quais suas noções de ambiente? A busca por respostas a questões desta natureza pode fornecer informações das relações do ser humano com o ambiente, e contribuir para estudos, trabalhos e projetos futuros de Educação Ambiental.



## 2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E REPRESENTAÇÕES SOBRE AMBIENTE

Desde os primórdios da história, o ser humano se relaciona com o ambiente, utilizando os recursos naturais para satisfazer suas necessidades. Por conta de sua inteligência, os humanos conseguem criar e manipular objetos, representar suas realidades e expressá-las por meio da arte, se comunicar com uso de símbolos como letras e números, resolver problemas complexos, além de inovar no seu modo de viver e de se relacionar pelo uso da criatividade e abstração. O ato de pensar sobre si e seu entorno incentivou o ser humano a buscar por explicações que leva às possíveis interpretações e compreensões sobre os fenômenos do mundo. Assim, surgiram o senso comum, os mitos, a religião, a filosofia e a ciência.

O modo de perceber, pensar e refletir sobre o mundo é único para cada indivíduo. O termo indivíduo já remete à algo singular e único, assim expresso por Paula (2009 apud CAES, 2011, p. 439): “A palavra *indivíduo* possui duas origens: em grego se diz *Atomon*, e na língua latina *Individuum*. Em ambos os idiomas, o significado aproxima-se de algo que possui uma unidade originária e singular”. A particularidade dos indivíduos possibilita inúmeras interpretações sobre a mesma coisa. Assim, em uma exposição de arte, por exemplo, cada pessoa que olhar o mesmo quadro irá perceber a obra de uma maneira diferente, podendo atrelar emoções distintas com base em suas lembranças e experiências únicas.

A individualidade de uma pessoa é marcada por sua história, personalidade, a herança genética, as diferentes experiências no meio em que está inserido proporciona e todo um contexto social. Tudo isso pode influenciar no modo como cada indivíduo percebe o mundo a sua volta e conseqüentemente como este age, se relaciona e comunica com o ambiente e com as outras pessoas. Assim, é possível verificar que há diferentes perspectivas para mesma coisa observada. Marilena Chauí discute essa ideia, colocando como exemplo a Montanha que passa por diferentes olhares e assim é representada em distintas formas:

[...] Suponhamos que pertencemos a uma sociedade cuja a religião é politeísta e cujos os deuses são imaginados com formas e sentimentos humanos, embora superiores aos dos homens, e que nossa sociedade exprima essa superioridade divina fazendo com que os deuses sejam habitantes de altos lugares. A montanha já não é uma coisa: é a morada dos deuses. Suponhamos agora que somos uma empresa capitalista que pretende explorar minério de ferro e que descobrimos uma grande jazida numa montanha. Como empresários, compramos a montanha, que portanto, não é uma coisa, mas propriedade privada. Visto que iremos explorá-la para obtenção de lucros, não é uma coisa, mas capital. Ora, sendo propriedade privada capitalista, só existe como tal se for lugar de trabalho. Assim Montanha não é coisa, mas relação econômica e portanto, relação social. A montanha agora é matéria prima em um conjunto de forças produtivas, dentre os quais se destaca o trabalhador, para quem a montanha é lugar de trabalho. Suponhamos agora que somos pintores. Para nós, a montanha é forma, cor, volume, linhas, profundidade – não é uma coisa, mas um campo de visibilidade (CHAUÍ, 2008, p.20-21)

Assim como a Montanha tratada por Marilena Chauí, tudo que se percebe por meio dos estímulos sensoriais e cognitivos pode ter distintas representações nas mentes das pessoas, possibilitando a elaboração de diferentes perspectivas sobre o mesmo objeto de análise. Para Chauí (2008), as relações do indivíduo com a natureza; a historicidade e o espaço em que as pessoas vivem; a divisão de trabalho, a posição, status ou classe social; e as comunicações entre os indivíduos que estabelecem relações culturais entre si são importantes fatores que influenciam nas diferentes perspectivas de mundo. O que é interessante de se observar é que, mesmo com toda essa individualidade no meio social, os diferentes indivíduos compartilham alguns pensamentos e comportamentos ditos como sociais pelo fato de serem comuns no coletivo.

Com a difusão de informações do mundo globalizado, as pessoas de diferentes culturas podem estabelecerem relações entre si. Ao definir Cultura, Santos (2006) a destaca como uma preocupação atual na busca por entender as relações humanas presentes e com as expectativas para o futuro. O conceito de cultura é complexo, podendo estar relacionado a todos os aspectos de uma realidade social. A cultura indica diferentes modos de organizar a vida social, apropriar-se e transformar os recursos naturais, além de conceber a realidade e expressá-la. Para Silva e Silva (2006, p. 85):

O significado mais simples desse termo afirma que cultura abrange todas as realizações materiais e os aspectos culturais de um povo. Ou seja, em outras palavras cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos ou objetos até ideias e crenças. Cultura é todo o complexo de conhecimentos e toda a habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo o comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica.

A tradição foi tratada por Pessanha (1993) como um fator determinante para os comportamentos sociais. Para Silva e Silva (2006), a tradição seria um elemento da cultura, resultante de um passado que continua sendo aceito. Então, pode surgir o seguinte questionamento: o que a cultura e a tradição tem a ver com as representações sociais? Denise Jodelet (2002) considerou três fatores para que haja as representações, dentre os quais, está a cultura. Assim é possível inferir que a tradição, sendo um elemento cultural, consiste no meio pela qual a representação compartilhada entre os indivíduos se fortalece dentro de um grupo ao longo do tempo.

## 2.1 A teoria das representações sociais de Moscovici e seus principais influenciadores

As ideias do sociólogo Émile Durkheim, propostas no século XIX, influenciaram a criação da TRS por Moscovici no século seguinte. Durkheim defendia uma ciência social holística que deveria estudar fenômenos da sociedade como um todo, em vez de ações isoladas de indivíduos. Assim, caracterizava o “fato social” por sua exterioridade e coercibilidade. O “Fato social” era considerado exterior, uma vez que existia antes mesmo do próprio indivíduo, e coercivo pelo fato de ser imposto na sociedade sem consentimento prévio do indivíduo. O fato social foi exemplificado em diversas situações descritas pelo próprio Durkheim (2003, p. 3) em sua obra “As Regras do Método Sociológico”:

Quando desempenho minha tarefa de irmão, de marido ou de cidadão, quando executo os compromissos que assumi, eu cumprio deveres que estão definidos fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Ainda que eles estejam de acordo com meus sentimentos próprios e que eu sinta interiormente a realidade deles, esta não deixa de ser objetiva, pois não fui eu que os fiz, mas os recebi pela educação (...). Do mesmo modo, as crenças e as práticas de sua vida religiosa, o fiel as encontrou inteiramente prontas ao nascer; se elas existiam antes dele, é que existem fora dele. O sistema de signos de que me sirvo para exprimir meu pensamento, o sistema de moedas que emprego para pagar as minhas dívidas, os instrumentos de crédito que utilizo em minhas relações comerciais, as práticas observadas em minha profissão, etc. funcionam independentemente do uso que faço deles.

Em 1898, Emile Durkheim elaborou a “Teoria das Representações Coletivas”. Para ele, o indivíduo acaba sofrendo a pressão das representações dominantes da sociedade. As representações coletivas foram definidas como um conjunto de ideias morais e normativas, crenças e sentimentos comuns que determina um sistema. Neste caso, o indivíduo não é consciente do que pensa ou exprime pois suas ideias, pensamentos e sentimentos são determinados pela própria sociedade.

Antes mesmo de tratar-se do fundador da TRS Moscovici, destaca-se outros importantes pensadores. O psicólogo Sigmund Freud elaborou uma teoria sobre sexualidade e infância, mostrando a capacidade da criança de construir teorias que intercala o universo infantil e adulto. Tornou-se um dos influenciadores nas ideias de Moscovici, ao destacar a importância da cultura na produção do conhecimento. O filósofo Alfred Schutz também destacou-se ao abordar o “senso comum” relacionando-o como “as representações do cotidiano”. Com base neste pensador, o senso comum seria uma forma de conhecimento que envolve um conjunto de conceitos abstratos e generalizados produzidos no cotidiano das pessoas (REIS; BELLINI, 2011).

Ainda ao final do século XIX, o biólogo e psicólogo Jean Piaget também influenciou as ideias de Moscovici. Na perspectiva de Piaget, a criança constrói representações de mundo a partir de sua cognição mental e da influência de suas experiências com o meio em que vive e das relações com as outras pessoas. Piaget utilizou a expressão “Representações espontâneas” para explicar as diferenças entre a visão de mundo de uma criança e a de um adulto. As representações estão relacionadas à formação de ideias e concepções de mundo do sujeito. Ao correlacionar as ideias de Piaget com Moscovici. Osti, Silveira e Brenelli (2013, p. 36) afirmam:

A origem das representações, numa visão sociológica começou com Durkheim. (...) Na perspectiva da psicologia, o primeiro passo foi dado por Piaget ao investigar a percepção do mundo da criança. Seus estudos sobre o pensamento infantil contribuíram para compreender que na interação da criança com seus pares e nas situações por ela vivenciadas é que ocorre o desenvolvimento das representações.

Embora há muito já se tivesse falado sobre as representações, Serge Moscovici é considerado pioneiro em sua teoria sobre “As Representações Sociais”, ao tratá-la como “a teoria do senso comum”. Em meados do século XX, o psicólogo social Moscovici, influenciado principalmente pelas ideias de Emile Durkheim, Alfred Schutz, Jean Piaget e Sigmund Freud, elaborou a TRS, que serviu de base para o presente estudo. Ao tratar sobre Moscovici, Mazzoti (2002, p. 17) relata:

Para Moscovici, sujeito e objeto não são funcionalmente distintos, eles formam um conjunto indissociável. Isso quer dizer que um objeto não existe por si mesmo, mas apenas em relação a um sujeito (indivíduo ou grupo); é a relação sujeito-objeto que determina o próprio objeto. Ao formar sua representação de um objeto, o sujeito de certa forma o constitui, o reconstrói em seu sistema cognitivo, de modo a adequá-lo em seu sistema de valores, o qual, por sua vez, depende de sua história e do contexto social e ideológico no qual está inserido.

O sujeito determina o que é o objeto ao criar representações em seu sistema cognitivo. Por exemplo, uma cadeira só é conhecida como tal porque a pessoa teve contato com o “objeto em análise”, o reconstruiu a imagem em sua mente e associou-o com seu conhecimento preestabelecido relacionado ao termo e conceito que define uma cadeira. Ao criar uma representação de algo, o indivíduo acaba adequando seus valores, suas crenças, suas ideias e os seus conhecimentos aprendidos ao longo de sua história de vida, o que torna particular sua interpretação acerca do objeto representado.

Quando os indivíduos se reúnem para constituir um grupo específico, as representações podem ser compartilhadas saindo do âmbito individual para se tornar coletivo. Assim, Moscovici dá ênfase ao coletivo, ao acrescentar o termo “social” à ideia de “representação”. Moscovici lançou sua teoria das Representações Sociais (TRS) com a publicação de seu livro na França em 1961, intitulado como “*Psychanalyse: son image et son*

*public*”. Sua publicação teve uma boa repercussão na Europa e logo chegou no Brasil, em 1978, sendo traduzido como “A Representação Social da Psicanálise”. A obra estava relacionada ao seu estudo de doutorado que buscava compreender as representações da população parisiense, redefinindo problemas e conceitos da psicologia social.

Moscovici (1978) apresenta as representações sociais, buscando esclarecer como a teoria científica da psicanálise foi assimilada e utilizada em explicações do senso comum. Para fundamentar suas ideias, Serge Moscovici definiu duas formas de conhecimento adquiridas em espaços distintos e com objetivos diferentes, o que chamou de “Universo Consensual” e “Universo Reificado”. No “Universo Consensual”, encontra-se o senso comum como uma representação social construída na vida cotidiana das pessoas e acessível a todos por sua linguagem informal. Em contrapartida, no “Universo Reificado” está a Ciência e sua linguagem rebuscada típica de especialistas com competências e habilidades específicas em determinada área do conhecimento.

Moscovici (2004) considerou o “Universo Consensual” como “algo familiar”, ao refletir que era muito mais fácil para as pessoas utilizarem o senso comum do que o conhecimento científico para explicarem as coisas. No senso comum, não há conflitos de ideias pois baseia-se na confirmação de crenças e interpretações próprias dos indivíduos. Em contraposição, no “Universo Reificado” o conhecimento científico passa a ser construído a partir de conflitos de ideias, ao criar uma hipótese que pode ser aceita ou refutada.

Com base nisso, Moscovici responde o seu próprio questionamento: “Por que criamos as representações? A finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar” (MOSCOVICI, 2004, p. 54). Quando trata-se de “algo familiar” remete-se à ideia de família que significa algo íntimo e conhecido. Analisando um pouco sobre a frase de Moscovici, tornar “familiar” algo “não familiar” conota a ideia de mudança em que algo que era até então desconhecido e inacessível para o maior número de pessoas passa a ser algo mais acessível, conhecido e íntimo.

Para elaboração da TRS, Moscovici retomou com algumas modificações às ideias de Emile Durkheim. Analisando a teoria das “Representações Coletivas” de Durkheim, Moscovici criticou-as em dois aspectos: 1. As representações de Durkheim eram formas estáveis e imutáveis. 2. Não se buscava a origem das representações que eram impostas aos indivíduos pela sociedade. A partir de suas críticas, Serge Moscovici criou as características necessárias para a elaboração de sua teoria.

Durkheim defendia uma representação pautada em conceitos produzidos coletivamente, constituindo uma forma de reprodução de uma ideia social estável imposta aos indivíduos pela sociedade. Já Moscovici defendia uma representação pautada em um conjunto de elementos simbólicos tais como ideias, valores e conceitos que eram compartilhados em um grupo. Os indivíduos eram os autores de suas próprias representações, e não apenas reprodutores de uma ideia coletiva. As representações não eram mais consideradas formas estáveis, uma vez que estão em constante mudança, por acompanharem as transformações da sociedade. Assim, Moscovici trocou o termo “coletivas” por “sociais”, justamente para enfatizar essa dinamicidade, mostrando que as representações não apenas simbolizam um grupo, uma classe, categoria ou sistema na sociedade, mas são agentes que promovem uma realidade.

Dessa maneira, o conceito de representação social elaborado por Serge Moscovici possui um caráter amplo, pois leva-se em consideração todo um contexto social. O próprio Moscovici (1978) ressalta que caracterizar e definir uma representação pode resultar na redução da sua abrangência conceitual. Na sua obra clássica “A representação social da psicanálise (1978), Moscovici admite que há uma dificuldade em conceituar as representações sociais em virtude de sua complexidade. Referente a sua conceituação, Moscovici (2004, p. 21) destaca que as representações sociais são: “Um sistema de valores, ideias e práticas”. Na literatura, não há um consenso conceitual bem definido, uma vez que diferentes autores têm interpretado e abordado as Representações Sociais de formas diferentes a partir das ideias elucidadas por Moscovici. Para verificar o seu sentido etimológico, recorreu-se ao dicionário Larousse da Língua Portuguesa que define os termos “Representação” e “Social” como:

**Re-pre-sen-ta-ção** s.f. (do latim *representatio*). 1. Ato ou efeito de representar (-se). 2. Exposição, exibição. 3. Imagem mental de um objeto. 4. Ação de dar um espetáculo diante de um público, em particular no teatro; o próprio espetáculo. 5. Ato de representar através da arte; obra artística que representa alguém, alguma coisa. 6. Trabalho desempenhado em nome de uma firma, de uma empresa. 7. Conjunto de representantes, delegação. 8. Fingimento, dissimulação (CARVALHO, 2009, p. 714).

**So-ci-al** adj.2g. (do latim *socialis*). 1. Relativo ou pertencente a sociedade. 2. Que vive em sociedade. 3. Que diz respeito à relação entre um indivíduo e a sociedade. 4. Diz-se de aspectos como saúde, habitação, lazer, etc., que caracterizam grupos de uma sociedade. 5. Relativo a uma sociedade civil ou comercial: razão social. (CARVALHO, 2009, p. 766).

Ao buscar uma definição concreta do que seja uma “Representação” e o “Social”, os conceitos remetem às diversas maneiras na qual podem ser encontradas e/ou utilizadas ao exemplo da arte, do teatro e de uma empresa no caso da “representação” e dos grupos dentro de uma sociedade no caso do “Social”. Quando se trata especificamente das Representações Sociais como teoria, as interpretações variam do concreto ao abstrato, podendo estar relacionados às frases, explicações, conceitos, conhecimentos, saberes, processos cognitivos, ideias, valores, crenças e visões de mundo. Evidencia-se algumas definições de representações **(Quadro 1)**:

**Quadro 1:** Definições de Representações Sociais

1	“Conjunto de <b>conceitos, frases, explicações</b> que surgem na vida diária ao longo das comunicações interpessoais” (MOSCOVICI, 1978, p.181, grifo nosso).
2	“Conjunto de <b>explicações, crenças e ideias comuns</b> a um determinado grupo de indivíduos; resultam de uma interação social, sem perder de vista, contudo, a questão da individualidade (MORAES, et al., 2014, p.2, grifo nosso).
3	“Representação Social é o <b>Senso Comum</b> , acessível a todos” (ARRUDA, 2002, p. 130, grifo nosso)
4	“É uma <b>forma de conhecimento</b> , socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como <b>saber de senso comum</b> ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada entre outras do conhecimento científico. Entretanto é tida como objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido a sua importância na vida social e a elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais (JODELET, 2002, p. 22, grifo nosso).
5	“É um <b>conteúdo mental estruturado</b> – isto é, cognitivo, avaliativo, afetivo e simbólico – sobre um fenômeno social relevante, que toma a forma de imagens ou metáforas, e que é conscientemente compartilhado com outros membros do grupo social (WAGNER, 1998, p.3, grifo nosso)
6	“A Representação é um <b>guia para as ações sociais</b> ” (ABRIC, 2000, p.28, grifo nosso)
7	“Os <b>fenômenos</b> da Representação Social estão espalhados por aí, na cultura, nas instituições, nas práticas sociais, nas comunicações interpessoais e de massa e nos pensamentos individuais. Eles são, por natureza, difusos, fugidios, multifacetados, em constante movimento e presentes em inúmeras instâncias da interação social” (SÁ, 1998, p.21, grifo nosso).

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora

As Representações Sociais de Moscovici são interpretadas neste trabalho como um conjunto de elementos simbólicos que podem ser encontrados no cotidiano e compartilhado entre as pessoas que compõem um grupo na sociedade. Esses elementos simbólicos podem ser ideias e visões de mundo que são expressas por meio da linguagem oral e escrita; compartilhadas entre os indivíduos por meio da tradição e de outros elementos da cultura tais como os costumes, crenças, valores e conhecimentos adquiridos que constituem uma identidade de um grupo. As Representações Sociais se relacionam diretamente ao senso comum de um

grupo social ou uma comunidade sobre um determinado assunto. Reigota (2004) distingue os conceitos científicos das Representações Sociais da seguinte forma:

Os conceitos científicos são termos, entendidos, utilizados universalmente como tais. Assim são considerados conceitos científicos: nicho ecológico, habitat, fotossíntese, ecossistema etc., já que são definidos, compreendidos, ensinados da mesma forma pela comunidade científica internacional, caracterizando o consenso em relação a um determinado conhecimento. As representações sociais estão basicamente relacionadas com as pessoas que atuam fora da comunidade científica, embora possam também aí estar presentes. Nas representações sociais podemos encontrar os conceitos científicos da forma que foram aprendidos e internalizados pelas pessoas (REIGOTA, 2004, p.11-12).

Estudar e investigar as Representações Sociais torna-se enriquecedor pois está relacionado com essas diferentes formas como os indivíduos podem interpretar e pensar sobre a realidade em que se vive. Os preconceitos, ideologias e as características específicas das atividades cotidianas contribuem na composição desse senso comum (MOSCOVICI, 1978). As “Representações Sociais” possuem um conceito bastante abrangente, tendo em vista que se deve levar em consideração todo um contexto social para a construção dos significados e elementos simbólicos de um grupo. Seu estudo possibilita o trabalho com a historicidade do espaço. Com base na TRS, pode-se responder o seguinte questionamento: O que o ambiente representa para os indivíduos? A complexidade das Representações Sociais gera uma interpretação que possibilita uma visão mais ampla sobre as coisas. Assim, é possível verificar que as Representações se diferenciam do que se denomina de ideologias, estereótipos e estigmas.

Segundo as ideias de Moscovici (1978), a estrutura das Representações Sociais se configura por meio de três dimensões: a informação, o campo de representações e a atitude. A informação está relacionada com a organização dos conhecimentos adquiridos por um grupo. Os seres humanos possuem acesso a uma gama de informações do mundo que podem ser interiorizadas e transformar-se em um conhecimento adquirido. O campo de representações significa a dimensão de interpretações dessas informações, onde associa-se imagem e significado. E a atitude consiste na dimensão que indica uma orientação, conduta e comportamento, gerado a partir da interpretação do objeto pensado no campo de representações. A elaboração de uma Representação Social ocorre por meio de um processo cognitivo que se estabelece por um duplo mecanismo psicológico e social, ao que chamou-se de objetivação e ancoragem.

Primeiramente, o indivíduo exterioriza o que pensa, transformando algo abstrato em concreto. Assim, caso o indivíduo tenha falado, escrito ou desenhado um objeto que pensou, a etapa de concretização terá sido efetivada. Ao concretizar as ideias abstratas que estavam na



mente, o indivíduo realiza a objetivação. No entanto, apenas a objetivação não é suficiente para que haja uma representação. O ato de exteriorizar um objeto pensado não significa que este indivíduo conseguiu relacioná-lo com um conceito, dando-lhe um sentido ou significado a este. Quando o indivíduo consegue relacionar o objeto pensado e exteriorizado com conceitos aprendidos durante sua vida, de forma a realizar comparações, classificações e esquemas mentais, então, configura-se a ancoragem.

Considera-se que a objetivação e a ancoragem ocorrem inúmeras vezes com diferentes indivíduos, entrando no âmbito coletivo e social. Ao final da ancoragem, uma sentença constituída por um núcleo central e o sistema periférico configura a estrutura do que chama-se de Representação Social. Complementando as ideias de Moscovici, Jean Claude Abric (2000) elaborou sua teoria sobre o núcleo central e o sistema periférico. O núcleo central consiste no elemento que fornece o sentido principal à representação, enquanto o sistema periférico corresponde aos elementos adicionais que fundamentam o sentido principal. Por constituir um sentido principal na Representação Social, o núcleo central se apresenta mais estável e resistente às mudanças, uma vez que se consolidou no grupo social ao longo do tempo. O seguinte quadro mostra uma breve comparação entre os elementos da representação (**Quadro 2**):

**Quadro 2: Comparação dos elementos da Representação**

<b>Núcleo Central</b>	<b>Sistema Periférico</b>
Ligado à memória coletiva e à história do grupo	Permite a integração das experiências e das histórias individuais
Consensual: define a homogeneidade do grupo	Suporta a heterogeneidade do grupo
Estável, coerente, rígido	Flexível, suporta contradições
Resiste à mudança	Transforma-se
Pouco sensível ao contexto imediato	Sensível ao contexto imediato
Gera a significação da representação e determina sua organização	Permite a adaptação à realidade concreta e a diferenciação do conteúdo: protege o sistema central.

**Fonte:** FRANCO (2004)

## 2.2 As Representações sobre Meio Ambiente

O termo “Meio Ambiente” é constituído de dois vocábulos que, unidos, geram certa redundância. Coimbra (2002, p.25) explica: “a palavra meio ambiente constitui-se de dois vocábulos latinos: a preposição *amb* (o) significa ao redor, a volta e o verbo *ire* que significa ir. A união dos dois termos constitui-se na expressão “*ambire*” que compreende ao significado de “ir à volta”. Os termos “Meio” e “Ambiente” podem representar a mesma coisa, sendo tudo aquilo que está em volta. No dicionário Larousse da Língua Portuguesa, é feita a seguinte explanação sobre o significado do termo “Meio Ambiente”:

**Meio Ambiente:** Conjunto de fatores bióticos e abióticos que atuam sobre um organismo ou comunidade ecológica e que se relacionam com a sobrevivência de cada indivíduo ou espécie. 1.O meio em que se vive; o ar que respira. 2. Recinto, lugar, espaço (CARVALHO, 2009, p.35)

Conjunto de fatores exteriores que agem de forma permanente sobre os seres vivos, aos quais os organismos devem se adaptar e com os quais tem de interagir para sobreviver (CARVALHO, 2009, p. 534).

A Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) tratada na Lei 6.938/81 conceitua meio ambiente como “Conjunto de condições, leis, influências, interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981b, p.1, Art.3). Na Resolução 306/2002 do CONAMA, são acrescentados aspectos antropogênicos: “Meio Ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (CONAMA, 2002, p. 760). No documento do IBGE (2004), o Meio Ambiente é definido como “Conjunto de agentes físicos, químicos, biológicos e dos fatores sociais susceptíveis de exercerem um efeito direto ou mesmo indireto, imediato ou a longo prazo, sobre todos os seres vivos, inclusive o Homem” (IBGE, 2004, p. 210). O Meio Ambiente também pode ser tratado como um bem de uso comum necessário para a sobrevivência humana, tal como tratado na Constituição Federal de 1988, e discutido por Birnfeld e Birnfeld (2013, p. 1707, grifos dos autores):

Pode-se dizer que o Meio Ambiente deve ser entendido como um **Patrimônio Comum** imprescindível para a sobrevivência do Planeta e, como ressalta a própria CF/88 em seu artigo 225, como **Bem de Uso Comum**, abrangendo assim todos os processos físicos, químicos e biológicos que permitem hoje e que constituem pressuposto para que se permita amanhã a sobrevivência da espécie humana.

Nos diversos âmbitos da sociedade, percebe-se a existência de distintas concepções, ideias e noções de meio ambiente. Há definições que podem ser pautadas na terminologia da palavra, na caracterização jurídica, nas concepções que orientam organizações, nas posições ou vertentes dentro de alguma área específica da ciência, nas relações pessoais da vida cotidiana e

até em noções de procedência histórico-político. O Meio Ambiente pode assumir diferentes perspectivas, uma vez que os indivíduos que compõem um grupo criam distintas representações em suas mentes e se relacionam com o meio das mais variadas maneiras. Os valores, os conhecimentos, as experiências pessoais, acadêmicas, profissionais dos indivíduos e as questões sócio-históricas do contexto auxiliam para a elaboração de uma determinada noção de ambiente.

O pesquisador Marcos Reigota questionou se o Meio Ambiente consiste em um conceito científico ou uma representação social. Na busca por responder tal questionamento, Reigota (2004) investigou as diferentes definições nas diversas áreas da ciência e considerou o meio ambiente como uma representação social por não alcançar nenhum consenso de definição que a tornasse universalmente aceita pela comunidade científica. Para o autor, existem diferentes visões de Meio Ambiente (**Quadro 3**):

**Quadro 3:** Representações de Meio Ambiente, com base em Reigota (2004)

<b>Visão Naturalística</b>	O ambiente é imaginado como uma natureza distante e intocável, representada exclusivamente por elementos naturais tais como as plantas e os animais. Nesta abordagem, o ser humano não pertence diretamente ao ambiente, tornando-se um observador externo que contempla o local.
<b>Visão Antropocêntrica</b>	O indivíduo ressalta as atividades humanas e percebe os recursos naturais como utilidade para o ser humano. Nesta visão, o ser humano é colocado em posição superior aos demais seres vivos.
<b>Visão Globalizante</b>	Trata-se de um ambiente visto como ecossistemas e biosfera. Evidencia-se as relações recíprocas entre a sociedade e o ambiente.
<b>Visão Holística</b>	O ambiente é percebido de maneira mais ampla. O meio é representado por um todo, presente em diferentes formas possíveis.

As Representações de Meio Ambiente também podem ser categorizadas com base em Sauvé (2005). Para autora, o Meio Ambiente   visto de diferentes formas (**Quadro 4**):

**Quadro 4:** Representa es de Meio Ambiente, com base em Sauvé (2005)

<b>Natureza</b>	O ambiente � representado por seus elementos naturais tais como os rios, lagos, cachoeira, rochas, animais, plantas.
<b>Paisagem</b>	Leva-se em considera�o os aspectos geográficos do ambiente tais como a dinâmica de seus elementos.

<b>Território</b>	O ambiente é tratado como uma área delimitada ou uma extensão de terras com dono. Há uma relação de posse dos seres humanos com o ambiente.
<b>Recurso</b>	O ambiente é visto com o grande potencial econômico e para o desenvolvimento humano.
<b>Problema</b>	Associa-se o ambiente com problemas tais como poluição, lixo, desmatamento, a crescente urbanização.
<b>Sistema</b>	Ambiente determinado por suas relações sistêmicas entre os ecossistemas. Remete-se a ideia de relações ecológicas, espécies, populações, ecossistemas e equilíbrio ecológico.
<b>Lugar em que se vive/ Meio de vida</b>	Representação da casa onde se mora e seu entorno, da escola, do trabalho e de todo e qualquer espaço habitável da vida cotidiana.
<b>Biosfera</b>	O Planeta Terra
<b>Projeto Comunitário</b>	Lugar de cooperação e parceria para a realização de mudanças desejadas no campo da coletividade. Demonstra uma ideia de interdependência da sociedade com o ambiente, trabalhando a importância da ética humana para o cuidado ambiental e buscando a participação como estratégia de ação e dos compromissos com o diálogo entre a cultura e o ambiente.

As diferentes representações de Meio Ambiente também podem ser interpretadas com base em Santos e Imbernon (2014), cujas explicações foram resumidas no **Quadro 5**:

**Quadro 5:** Representações de Meio Ambiente, de acordo com Santos e Imbernon (2014).

<b>Meio Ambiente Espacial</b>	O indivíduo reconhece o ambiente como o espaço em que vive e onde estabelece suas relações de pertencimento, físicas e emocionais.
<b>Meio Ambiente Biocêntrico</b>	Os aspectos biológicos são enfatizados. Quando o ambiente apresenta elementos que remetem a ideia de “Vida”, há a predominância de uma visão ambiental biocêntrica vitalista. Quando os aspectos ecológicos compõem a representação biológica de ambiente, há a predominância de uma visão ambiental biocêntrica ecológica.
<b>Meio Ambiente como Valores e Sentimentos</b>	Associa-se valores e sentimentos ao ambiente, estabelecendo uma relação íntima de pertencimento.
<b>Meio Ambiente como sinônimo de Natureza</b>	O Meio Ambiente é considerado sinônimo de natureza, em que se leva em consideração apenas os elementos naturais.

### 3 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ITAPIRACÓ

#### 3.1 O contexto das Unidades de Conservação

Em diversas situações da vida cotidiana das pessoas, os termos “preservar” e “conservar” podem ser amplamente confundidos ou utilizados como sinônimos. Esta dificuldade na distinção entre preservação e conservação pode está expresso em campanhas, anúncios publicitários, noticiários e até na literatura. No dicionário Larousse define-se tais termos como:

**Pre-ser-var:** v.t. (do latim praeservare) Proteger de algum dano futuro; defender; resguardar; **conservar** (CARVALHO, 2009, p.662, grifo nosso).

**Con-ser-var.** v.t. (do latim conservare) Manter em bom estado; **Preservar;** Reter; Manter; Não se desfazer; Não perder; ficar; permanecer (CARVALHO, 2009, p.196, grifo nosso).

A preservação e a conservação implicam em distintas origens com diferentes posicionamentos e posturas na relação do ser humano com o ambiente. A ideia de preservação surge no século XIX com o avanço das ciências naturais tais como a biologia e a geografia. Ao final do século XIX, difundia-se as noções de “vida selvagem” e as ideias de que era necessário proteger áreas ameaçadas pela civilização. As ideias do escritor americano John Muir (1838-1914) que compartilhou seus deslumbramentos pela natureza em variados textos de sua autoria tornou-se a base para que surgisse o conceito de preservação.

Em 1872, criou-se o Parque Nacional de Yellowstone nos EUA, com o objetivo de “Preservar as belas paisagens virgens para as gerações futuras” (ALCÂNTARA, 2008, p. 16). A implementação dessa área protegida gerou conflitos porque populações tradicionais foram forçadas a se deslocar para outras regiões, uma vez que passou a ser proibida a ocupação humana, a não ser que fosse por visitação (ALCÂNTARA, 2008). A implementação do Parque de Yellowstone incentivou o aparecimento de outras áreas protegidas preservacionistas em diversos outros países no mundo. No início do século XX, o primeiro chefe do Serviço Florestal dos EUA chamado Gifford Pinchot (1865-1946) se contrapôs às ideias de John Muir sobre a proibição da ocupação humana nas áreas protegidas. Surge então, a ideia de conservação.

No Brasil, as ideias de preservação e conservação teriam ganhado força com os movimentos ambientalistas nas décadas de 1970 e 1980. Em busca de soluções para os diversos problemas ambientais muito discutidos na época, surge a proposta pautada no preservacionismo norte americano. Os preservacionistas propõem a delimitação de áreas em que a presença

humana fosse permanentemente proibida, podendo ser implementadas estratégias coercitivas e punitivas caso necessário. O argumento defendido implica em manter a biodiversidade de ecossistemas livres de qualquer distúrbio que pudessem afetá-los.

Na década de 1990, a ideia de conservação se consolida como uma crítica a preservação. A preservação busca proteger a Natureza em seu estado original, sem que haja nenhuma interferência humana na área, que deve permanecer intocada como uma forma de apreciação da vida selvagem. Em contrapartida, a conservação busca adotar estratégias pautadas na ideia de sustentabilidade a fim de evitar maior interferência humana em um ambiente que já sofreu a influência do ser humano. Alcântara (2008) aponta os principais pontos que distingue a Conservação e a Preservação (**Quadro 6**):

**Quadro 6:** diferenças entre Preservação e Conservação

<b>PRESERVAÇÃO</b>	<b>CONSERVAÇÃO</b>
Proibição da Ocupação humana, pois as comunidades locais são vistas como saqueadoras da Natureza.	Permissão da Ocupação humana. As comunidades locais tornam-se atores sociais importantes para a conservação dos recursos naturais.
Ambiente Natural deve ser intocado, com caráter contemplativo.	Implementação da ideia de Sustentabilidade.
Defende a internacionalização da Proteção da Natureza, sob os cuidados de uma instituição Supranacional (poder superior ao governo de cada país) com recursos financeiros de países desenvolvidos e forças policiais que evitem ataques às áreas protegidas.	A sociedade Civil passa a adquirir um papel de colaboradores das instâncias governamentais na elaboração de políticas e de gestão ambiental, conferindo-lhe o direito de solicitar estruturas mais participativas de tomadas de decisão.

**Fonte:** Alcântara (2008)

Embora a ideia de conservação tenha surgido com o americano Gifford Pinchot, apenas ao fim do século XX que atrelou-se a sustentabilidade ao seu conceito. Em 1968, o economista italiano Aurélio Peccei fundou um grupo de pessoas que se reuniam para discutir e debater uma variedade de assuntos, dentre os quais a crise ambiental e o futuro da humanidade. Este grupo conhecido como “Clube de Roma” divulgou seu primeiro relatório intitulado como “Os limites do Crescimento”, em 1972. Neste documento, foram mostradas projeções matemáticas que foram elaboradas para simular os impactos ambientais do crescimento populacional, da poluição e esgotamento de recursos naturais e concluiu-se que o limite de desenvolvimento do planeta alcançaria seu nível máximo em um período de 100 anos. A escassez dos recursos naturais, a poluição, doenças e a fome poderia provocar uma repentina redução da população mundial (COSTA, 2008).

Com esses dados alarmantes, a preocupação com os problemas ambientais se intensificou. Na Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, foram discutidos a falta de planejamento no uso dos recursos naturais no mundo cada vez mais industrializado e suas consequências tais como a poluição e a pobreza. Na busca por soluções dos problemas discutidos, foi proposto pela primeira vez a associação entre os conceitos de conservação e desenvolvimento industrial. Neste momento, o secretário da Conferência de Estocolmo Maurice Strong introduziu o termo ecodesenvolvimento (MONTIBELLER FILHO, 1993).

Na definição do economista Ignacy Sachs, ecodesenvolvimento “trata-se de gerir a natureza de forma a assegurar aos homens de nossa geração e a todas as gerações futuras a possibilidade de se desenvolver” (SACHS apud MONTIBELLER FILHO, 1993, p. 133). A definição de Ecodesenvolvimento demonstra uma preocupação nítida com a economia, referindo-se a busca por uma melhor maneira de gestão de recursos naturais que favoreça o crescimento econômico. O próprio significado de desenvolvimento já remete a ideia de economia em processo de crescimento e o não envolvimento de algo. Na terminologia “Ecodesenvolvimento”, a palavra “des-envolvimento” está intimamente ligada ao termo “Eco”, derivado da palavra grega “Oikos” que significa casa. Neste sentido, a casa representa o ambiente em que se vive. Há uma certa contrariedade entre o significado do termo e a ideia de uma proposta que busca soluções para os problemas socioambientais.

Em 1987, a comissão apresentou o Relatório *Brundtland* (CMMAD, 1991) nomeado como “*Our Common Future*” (Nosso Futuro Comum), introduzindo a expressão e o conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo o portal da WWF (2018), a definição mais aceita de desenvolvimento sustentável implica na capacidade de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade necessária para as gerações futuras.

O desenvolvimento Sustentável se popularizou com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) realizada no Rio de Janeiro (Brasil) em 1992, com a participação de 179 países (TEXEIRA, 2006). Esta Conferência, também conhecida como Rio-92, Eco-92 e Cúpula da Terra, realizou-se com os objetivos de examinar a situação ambiental do mundo pós-conferência de Estocolmo e buscar estratégias para promoção do desenvolvimento sustentável. A finalidade principal da RIO-92 era “vincular desenvolvimento e meio ambiente através da conciliação de três critérios: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica” (PEREIRA; CHIARI; ACCIOLY, 2010).

Vários autores (MONTIBELLER FILHO, 1993; SACHS, 1993; SOARES, 2010; BARBOSA, 2013) defendem que a sustentabilidade aborda diferentes dimensões, dentre as quais inclui os aspectos sociais, econômicos, ecológicos, geográficos, culturais e tecnológicos.

Em adaptação, principalmente das ideias de Sachs (1993), foi elaborado o seguinte quadro descritivo (**Quadro 7**):

**Quadro 7:** dimensões da Sustentabilidade

<b>Dimensões</b>	<b>Componentes</b>	<b>Objetivos</b>
<b>Sustentabilidade Social</b>	Criação de Postos de trabalho que permitem renda e habitação adequada; melhor condição de vida e qualificação profissional; Produção de bens dirigida prioritariamente as necessidades básicas sociais; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.	Reduzir as Desigualdades Sociais.
<b>Sustentabilidade Econômica</b>	Fluxo permanente de investimentos públicos e privados; Manejo eficiente de recursos; Custos Ambientais da Empresa; Lucratividade individual e coletiva; modernização de instrumentos de produção; inserção soberana na economia internacional.	Aumentar a produção e a riqueza social, sem dependência externa.
<b>Sustentabilidade Ecológica</b>	Produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas; Prudência no uso de recursos não renováveis; Prioridade à Produção de Biomassa e a industrialização de insumos naturais renováveis; Redução da intensidade energética e aumento da conservação de energia; tecnologias e processos produtivos de baixa geração de resíduos; cuidados ambientais.	Melhorar a qualidade do meio ambiente e a proteção das fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações.
<b>Sustentabilidade espacial ou geográfica</b>	Descentralização espacial (atividades econômicas de produção); relação cidade-campo equilibrada, evitando conglomerados, concentrações excessivas e alta densidade demográfica.	Evitar excessos de aglomerações
<b>Sustentabilidade Cultural</b>	Soluções adaptadas a cada ecossistema; Respeito a formação cultural comunitária;	Evitar conflitos culturais com potencial regressivo
<b>Sustentabilidade Tecnológica</b>	Emprego de técnicas modernas que contribuam para que os processos produtivos, agrícolas ou industriais, sejam menos impactantes ao meio ambiente e à sociedade; disponibilidade de tecnologias apropriadas que permitam um padrão de crescimento poupando capital e recursos.	Gerar Desenvolvimento tecnológico com tecnologias limpas e/ou pouco impactantes.

**Fonte:** Adaptação Sachs (1993), com base em Montibeller Filho (1993, p.134), Soares (2010, p.24) e Barbosa (2013, p.17).

No Brasil, a primeira iniciativa para criação de áreas protegidas ocorreu em 1876 com a criação de dois parques nacionais, sendo um deles localizado na região de Sete Quedas do Rio Paraná e o outro na ilha do Bananal (MEDEIROS, 2006; COSTA, 2008). As discussões sobre a criação de áreas protegidas no país se intensificaram com a publicação da obra “Mapa Florestal do Brasil” (1911), que descrevia os diferentes biomas e seus estados de conservação (MEDEIROS, 2006; COSTA, 2008). Nesta obra, o autor defendia “a conservação da beleza natural e dos bons exemplos da natureza ainda intacta, antes de sua destruição pelo desenvolvimento humano, segundo os preceitos estabelecidos pela ideologia norte-americana de preservação” (MEDEIROS, 2006, p. 45). Neste momento, a concepção norte-americana de Gifford Pinchot sobre conservação se associou claramente a ideologia de John Muir sobre preservação.



O Brasil começou de fato a implementar as áreas protegidas em seu território ao final da década de 1930. Sob a influência das discussões que iniciaram ao final do século XIX e começo do século XX no país, publicou-se o antigo código florestal estabelecido pelo decreto nº23.793 de 1934 (BRASIL, 1934). Este código florestal foi considerado “o primeiro instrumento de proteção brasileiro a definir claramente tipologias de áreas a serem especialmente protegidas” (MEDEIROS, 2006, p. 50), tratando pela primeira vez na legislação sobre a conservação de áreas florestais e a criação de parques (UC de Proteção integral). Nesta antiga legislação, as florestas foram classificadas como protetoras, remanescentes, de modelo e de rendimento. As florestas ditas protetoras eram áreas de domínio privado com a função de proteger os elementos naturais. A criação de parques se dava pela demarcação de florestas remanescentes, consideradas áreas declaradas pelo poder público federal, estadual ou municipal. Também haviam as florestas de modelo e de rendimento, nas quais era permitido o manejo dos recursos naturais tais como o extrativismo da madeira.

Na época da Ditadura Militar, o código florestal de 1934 foi substituído por um novo código instituído pela lei nº4.771 de 15 de setembro de 1965 (BRASIL, 1965). Com este código de leis florestais de 1965, as quatro categorias de áreas protegidas declaradas na legislação de 1934 foram revogadas. Em substituição, as áreas protegidas foram categorizadas em Floresta Nacional, Parque Nacional, Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal. As florestas e Parques Nacionais foram consideradas áreas de interesse público com a função de resguardar atributos naturais, sendo proibida qualquer tipo de exploração dos recursos.

As áreas de preservação permanente foram tratadas como espaços intocáveis, de caráter completamente preservacionista. E as reservas legais foram determinadas como áreas privadas, cujos proprietários rurais deveriam se responsabilizar em proteger. Posteriormente, este Código Florestal foi revogado durante o governo de Dilma Rousseff, pela Lei nº 12.651 de 2012 (BRASIL, 2012), que rege sobre a proteção e recuperação da cobertura vegetal em propriedades rurais e trata especificamente sobre reserva legal e áreas de preservação permanente.

O decreto-lei nº 289 (BRASIL, 1967) criou o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). O IBDF era uma autarquia vinculado ao Ministério da Agricultura que surgiu no intuito de administrar as áreas protegidas existentes no país. Após alguns anos, durante o contexto dos movimentos ambientais e discussões internacionais, sentiu-se a necessidade de criar um órgão específico responsável pelo uso racional dos recursos naturais e a conservação do ambiente. Na década de 70, pós conferência de Estocolmo, o decreto nº 73.030 (BRASIL, 1973) cria em nível federal a Secretaria Especial do Meio

Ambiente (Sema), que passou a gerir e fiscalizar, juntamente com o IBDF, as áreas protegidas em território brasileiro. Com a lei nº 6.902/81 (BRASIL, 1981a), as Áreas de Proteção Ambiental e as Estações Ecológicas foram criadas no país. Segundo os artigos 8 e 9 desta lei de 1981, trata-se as Áreas de Proteção Ambiental (APA) como:

**Art. 8º** O poder Executivo, quando houver relevante interesse público, poderá declarar determinadas áreas do Território Nacional como de interesse para a Proteção Ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais.

**Art. 9º** Em cada **Área de Proteção Ambiental**, dentro dos princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade, o Poder Executivo estabelecerá normas, limitando ou proibindo: **a)** a implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água; **b)** a realização de obras de terraplenagem e abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais; **c)** o exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas/ **d)** o exercício de atividades que ameacem extinguir na área protegida espécies raras da biota regional (BRASIL, 1981a, Art.8-9, grifo nosso).

Em um período pós-ditadura, o Presidente da República propôs mudanças em um processo de redemocratização. A constituição de 1965, elaborada durante o regime militar, não estava mais se adequando a nova situação política. Então, em 1988 surge uma Nova Constituição Federal (CF) que reserva um capítulo inteiro sobre a Proteção do Meio Ambiente. Destaca-se o artigo 225 da CF/88:

**Art. 225.** Todos têm direito ao Meio Ambiente Ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, Art..225).

Na Constituição Federal de 1988, o meio ambiente se torna um direito fundamental de todos. A expressão “ecologicamente equilibrado” denota a Sustentabilidade, que defende a defesa do ambiente para as presentes e próximas gerações. A responsabilidade de proteger o meio ambiente é dever do poder público e da sociedade. E para garantir esse ambiente equilibrado, são necessárias medidas tais como o estudo prévio de impactos ambientais, a EA e o controle de atividades humanas.

Neste período, os problemas ambientais haviam se intensificado. As queimadas e a devastação de florestas estavam mais frequentes, revelando o potencial destrutivo do ser humano na relação com o ambiente. Os autores Grande e Messias (2004, p.7) destacam essa problemática ao afirmar que “ao longo dos anos 80, os índices de desflorestamento da Amazônia chegaram a consumir mais de 21 mil km<sup>2</sup> de floresta por ano”. Com esses dados alarmantes, surgiram críticas no âmbito nacional e internacional. As pressões sobre as questões ambientais impulsionaram mais ações do governo que sob a influência das discussões

internacionais da Conferência de Estocolmo (1972) e da promulgação da Constituição Brasileira de 1988, passam a se fundamentar nas noções de sustentabilidade.

Um avanço considerado importante para a proteção de áreas naturais ocorreu no início do século XXI. A lei federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000) instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Por lei, o SNUC define, categoriza e regulamenta as unidades de conservação em níveis federais, estaduais e municipais. Primeiramente, o SNUC define a unidade de conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob o regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, Cap.1, Art.2)

As unidades de conservação são divididas em dois grupos, podendo ser unidades de proteção integral ou de uso sustentável. As Unidades de Conservação de proteção integral são criadas com o objetivo de preservar a natureza. Nestas unidades não são permitidas ocupação e atividades humanas que promovam o consumo, a coleta, dano ou destruição dos recursos naturais, a não ser por fins educativos e pesquisa científica. Em contrapartida, as unidades de uso sustentável buscam compatibilizar a conservação com a sustentabilidade, sendo permitidas atividades humanas tais como a visitação pública (**Quadros 8 e 9**):

**Quadro 8:** Unidades de Conservação de Proteção integral

<b>PROTEÇÃO INTEGRAL</b>				
<b>Categorias de UC</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Uso Permitido</b>	<b>Uso Proibido</b>	<b>Posse e domínio das terras</b>
<b>Estação Ecológica</b>	Preservar a Natureza e realizar pesquisas científicas	Pesquisa Científica	Visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o plano de manejo; Alterações nos ecossistemas.	Público
<b>Reserva Biológica</b>	Preservar integralmente a biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais	Pesquisa Científica	Visitação pública, exceto com objetivo educacional, de acordo com o plano de manejo; interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados.	Público
<b>Parque Nacional</b>	Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica	Pesquisas científicas, educação, interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico	Atividades incompatíveis com os objetivos da área e o plano de manejo.	Público
<b>Monumento Natural</b>	Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica	Pesquisa científica e visitação pública	Atividades incompatíveis com os objetivos da área e o plano de manejo.	Público ou Privado
<b>Refúgio de Vida Silvestre</b>	Proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória	Pesquisa Científica e visitação pública	Atividades incompatíveis com os objetivos da área e o plano de manejo	Público ou Privado

**Fonte:** Com base na Lei federal nº9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o SNUC.

**Quadro 9:** Unidades de Conservação de Uso Sustentável

<b>USO SUSTENTÁVEL</b>				
<b>Categorias de UC</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Usos Permitidos</b>	<b>Usos proibidos</b>	<b>Posse e domínio das terras</b>
<b>Área de Proteção Ambiental (APA)</b>	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso de recursos naturais.	Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada na unidade.		Público ou Privado
<b>Área de relevante interesse ecológico</b>	Manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.	Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada na unidade.		Público ou Privado
<b>Floresta Nacional/ Estadual/ Municipal</b>	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas	Pesquisa científica; visitação pública; permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no plano de manejo	Caça amadorística ou profissional	Público
<b>Reserva Extrativista (RESEX)</b>	Proteger os meios de vida e a cultura de populações extrativistas tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade	Pesquisa científica, visitação pública, extrativismo, agricultura de subsistência, criação de animais de pequeno porte	Exploração de recursos minerais e caça amadorística ou profissional	Público
<b>Reserva de Fauna</b>	Área natural com populações animais de espécies nativas, adequadas para estudos técnico científicos sobre o manejo econômico sustentáveis de recursos faunísticos.	Pesquisa científica; visitação pública	Caça amadorística ou profissional	Público
<b>Reserva de Desenvolvimento sustentável</b>	Preservar a natureza e assegurar as condições de meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos de qualidade das populações tradicionais; valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.	Pesquisa científica; visitação pública; exploração dos componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição de cobertura vegetal por espécies cultiváveis	Caça amadorística ou profissional	Público
<b>Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)</b>	Área privada, gravada com perpetuidade, com objetivo de conservar a diversidade biológica	Pesquisa científica e visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais	Caça amadorística ou profissional	Privado

Fonte: Com base na Lei federal nº9.985 de 18 de julho de 2000 que institui o SNUC.

### 3.2. Caracterização da Área de Proteção Ambiental do Itapiracó

Com base principalmente no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a Lei Municipal nº 4.669 que institui o Plano Diretor do Município de São Luís disponibilizou, dentre outros assuntos tratados, a organização de áreas protegidas, categorizando-as em unidades de proteção integral ou de uso sustentável (SÃO LUÍS, 2006). As unidades de uso sustentável, na qual pertence às Áreas de Proteção Ambiental (APA), dispõem-se da seguinte maneira:

**Art. 29.** Áreas de Uso Sustentável são áreas destinadas a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade de forma socialmente justa e economicamente viável. § 1. O objetivo das áreas de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais.

§ 2. Compõem a Área de Uso Sustentável: I. Área de Proteção Ambiental do Maracanã; II. **Área de Proteção Ambiental do Itapiracó**. III. O Parque Ecológico da Lagoa da Jansen; IV. O sítio Santa Eulália; V. Os Parques Urbanos do Bom Menino, do Diamante e do Rio das Bicas; VI. Áreas de praias; VII. Áreas de Recarga de Aquífero (SÃO LUÍS, 2006, Cap. III, Art.29; grifo nosso).

A APA do Itapiracó está localizada ao norte do estado do Maranhão, entre os municípios de São Luís e São José de Ribamar. Esta unidade de conservação abrange uma área de 322 hectares com as coordenadas geográficas limítrofes entre as latitudes 2°00'00" S – 2°31'58,69" S e longitudes 44°11'19,12" W – 44°13'15,69" W do estado maranhense (MARANHÃO, 1997). Esta unidade de conservação de uso sustentável representa um fragmento importante da Floresta Amazônica que caracteriza-se por apresentar uma grande biodiversidade. A APA do Itapiracó faz parte da Amazônia Legal, sendo pertencente ao Domínio amazônico (AB'SÁBER, 1970).

De extrema importância, a Amazônia é considerada o maior bioma brasileiro. Segundo o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU, 2014), o bioma Amazônico ocupa uma área de 4,2 milhões de Km<sup>2</sup>, o que representa 49% do território brasileiro. Neste bioma há 1/5 da disponibilidade mundial de água potável, 1/3 das florestas tropicais do planeta e uma amostra importante de diversidade biológica. No Brasil, o bioma Amazônia engloba nove estados brasileiros nas regiões Norte, Centro-oeste e Nordeste do país, dentre os quais está o Estado do Maranhão. Com a finalidade de planejar o desenvolvimento econômico dessas regiões no Brasil, criou-se o conceito de "Amazônia Legal". Por meio da Lei nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953, o Maranhão à 44° oeste do meridiano foi incorporado politicamente à Amazônia brasileira (BRASIL, 1953).

A importância do bioma Amazônia não se limita apenas em manter a diversidade biológica de uma única localidade, mas torna-se essencial nos diversos aspectos a nível mundial. Devido a um contínuo desmatamento da Amazônia Legal, a criação de áreas protegidas tornou-se uma estratégia viável para combater a perda da biodiversidade, discutida e estabelecida pelos países que participaram da Convenção das Nações Unidas sobre a diversidade biológica (MMA, 2000). Perante a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil também assumiu o compromisso de criar áreas protegidas. Assim, uma boa parte do patrimônio amazônico encontra-se protegido em unidades de conservação.

Segundo o relatório diagnóstico da Embrapa (2013), o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio) realizou entre os anos de 1997 e 2000 uma consulta ampla com a finalidade de definir áreas prioritárias para a conservação nos diversos biomas brasileiros tais como a Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica, Campos Sulinos, Zona Costeira e Zona Marinha. No estado do Maranhão, 49 áreas prioritárias foram identificadas, abrangendo uma área total de 16.758.383 hectares. Boa parte estava concentrada no bioma amazônico com uma área de 10.883.225 hectares (EMBRAPA, 2013). Existem atualmente 15 Unidades de Conservação no estado do Maranhão, sendo 8 identificadas e divulgadas em Relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE/MA, 2013) como pertencentes ao bioma amazônico. Entre uma lista de unidades amazônicas (**Quadro 10**), encontra-se a APA do Itapiracó:

**Quadro 10:** Unidades Amazônicas do Maranhão

Unidades de Conservação	Grupo Pertencente
APA Itapiracó, APA da Baixada Maranhense, APA Maracanã, APA Upaon-Açu Miritiba Alto do Rio Preguiças.	Uso Sustentável
Parque Estadual do Bacanga; Parque Estadual do Rangedor.	Proteção Integral

**Fonte:** Adaptação – Quadro do Relatório do Tribunal das Contas do Estado (TCE/MA, 2013)

A APA do Itapiracó, como sendo uma parte dessa Floresta Amazônica, caracteriza-se por apresentar uma vegetação tipicamente de terra firme com diversas espécies registradas e divulgadas na literatura (PINHEIRO; TEIXEIRA; CALDAS, 2014; PANTOJA, 2017) tais como a janaúba (*Himatanthus drasticus*), andiroba (*Carapa guianensis*), bacuri (*Platonia insignis*), buriti (*Mauritia flexuosa*) e ipê (*Tabebuia* sp.). Na fauna local, destaca-se espécies como a jibóia (*Boa constricto*), preguiça (*Bradypus variegatus*), abre-asas (*Mionectes oleagineus*), dentre muitas outras. A dificuldade na busca bibliográfica por essas espécies encontradas na APA revela uma necessidade para a realização e publicação de pesquisas mais

aprofundadas, com levantamentos específicos, mais abrangentes e atualizados para identificar espécies da flora e fauna locais.

Na APA do Itapiracó, encontra-se muitas espécies do bioma amazônico. No entanto, também há espécies típicas do Cerrado como as plantas caju (*Anacardium occidentale*), candeia (*Gochnatia polymorpha*) e manga (*Mangífera indica*). As matas de galerias que circundam o Rio Itapiracó representam, por exemplo, uma vegetação arbórea e arbustiva típica do Cerrado que protege as margens de corpos de água contra o assoreamento, além de fornecer abrigo e alimentação à fauna nativa. O Rio Itapiracó possibilita abrigo aos animais aquáticos tais como os peixes, além de fornecer água que sacia a sede dos animais terrestres. As três nascentes do Rio Itapiracó, cujas condições de poluição são alarmantes há décadas, estão inseridas na Microbacia Hidrográfica do Rio Paciência.

O nome Itapiracó possui origem indígena e significa lugar onde há pedra pontiaguda (Ita = pedra/morro; pira = ponta/penhasco; có = lugar). Este nome faz referência ao Rio Itapiracó. Estudos (MARQUES, 2008; MATOS, 2014) constatam que no início da colonização havia 27 aldeias tupinambás nos locais nomeados com nomes indígenas como Itapiracó, Turu, Camboa e Bacanga. As primeiras ocupações eram tribos indígenas que habitavam áreas de extensa e densa vegetação. A origem do nome “Itapiracó” pode ter surgido pelos antigos povos indígenas, ao designarem o rio localizado naquela região. A presença de pedras pontiagudas nas margens desse rio teria possivelmente chamado atenção dos indígenas que povoavam a região, denominando-o Itapiracó.

Em um período de grande avanço na economia brasileira na década de 1960, as pesquisas em diversos setores foram incentivadas. Nesta época, a área do Itapiracó era considerada uma gleba de 435,60 hectares de cobertura vegetal, correspondendo uma área superior aos 322 hectares propostos no decreto que institui posteriormente a APA. Em termos legais, considera-se gleba um local que é judicialmente dividido. As terras foram concedidas para o Ministério de Agricultura em regime de comodato. O comodato consiste em um tipo de contrato estabelecido para firmar um empréstimo de bens insubstituíveis. Isso quer dizer, que as terras foram concedidas ao Ministério da Agricultura como uma forma de empréstimo pelo Departamento de Patrimônio da União (DPU). Após o contrato estabelecido, o Ministério da Agricultura realizava no local diversas pesquisas científicas nos campos da citricultura, fruticultura, suinocultura e avicultura.

A área do Itapiracó funcionava como um campo experimental do Ministério da Agricultura. Algumas espécies frutíferas e exóticas ao habitat foram introduzidas no local. A área apresentava inicialmente uma vegetação primária da Floresta Amazônica, ou seja, a



vegetação predominante ainda era um fragmento não alterado do bioma Amazônico. Com a implementação do Campo, testes experimentais com fins de pesquisa foram realizados. Neste momento, a castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa* H.B.K) e os eucaliptos (*Eucalyptus grandis*), além de espécies frutíferas como manga (*Mangifera indica*), jaca (*Ariocarpus heterophyllu* Lam) e caju (*Anacardium occidentale*) foram introduzidos nessa área (PANTOJA, 2017). No local também criavam animais tais como aves, porcos, bois e cavalos.

Sob forte influência das atividades humanas, a área não podia ser mais representada como um fragmento inalterado da Amazônia. Aos poucos a vegetação deixou de ser primária para tornar-se secundária. Uma vegetação secundária é caracterizada como “resultante dos processos naturais de sucessão, após supressão total ou parcial da vegetação primária por ações antrópicas ou causas naturais” (BRASIL, 1994, art.2). O decreto de criação da APA considera que mais de 70% da área em 1997 já apresentava uma cobertura vegetal muito alterada.

Durante o período da ditadura militar com o governo do general Médici, o campo experimental do Itapiracó foi desativado por motivo de corte de verbas, tendo funcionado até a década de 1970. Com a desativação desse campo, as terras foram devolvidas para o Departamento de Patrimônio da União (DPU). Como uma forma de compensar os trabalhadores que ficaram desempregados, o Ministério da Agricultura doou mais de 80 hectares das terras, na área correspondente ao que hoje é a Chácara do Itapiracó (PANTOJA, 2017). Os funcionários do campo experimental começaram a ocupar o entorno.

Ao longo dos anos, o processo de ocupação humana na área acelerou, tornando-se mais intensa. A cidade de São Luís se expandia cada vez mais sob a influência de políticas desenvolvimentistas, do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e dos recursos financeiros do extinto Banco Nacional de Habitação (BNH). Sistemas de Cooperativa Habitacional (Cohab) e outras instituições passaram a ser implantadas, originando os primeiros conjuntos habitacionais. Na década de 90, construtoras maranhenses financiadas pela Caixa Econômica Federal entregaram novas moradias, iniciando o processo de ocupação do Parque Vitória.

Em 1992, a Lei Estadual nº 5.405 instituiu o código de Proteção do Meio Ambiente e impulsionou a criação do Sistema Estadual (Sisema) e Conselho Estadual (Consema) de Meio Ambiente (MARANHÃO, 1992). Prevista no texto da lei, a política estadual incentiva a participação de representantes da comunidade para o controle e fiscalização do ambiente e de situação de interesse ecológico, dentre muitas outras atribuições. Após a promulgação da Lei que institui o Código Estadual do Meio Ambiente (Lei nº 5.405/92) e sob a influência da Política Nacional (Lei nº 6.938/81), o decreto nº 13.150 de 09 de julho de 1993 criou o Parque Estadual do Itapiracó, na qual faz parte do grupo das unidades de proteção integral.

A área funcionou como um Parque Ambiental por apenas 4 anos. Em 23 de junho de 1997, o decreto nº 15.618 revogou o decreto anterior e criou a Área de Proteção Ambiental (APA) do Itapiracó, considerada pela lei do SNUC como uma unidade de conservação de uso sustentável. Segundo o documento de criação da APA, a área não atendia diversos critérios para se constituir como Parque Ambiental. Sua extensão territorial era muito inferior ao limite estabelecido.

Também constatou-se que mais de 70% de sua cobertura vegetal já era constituída por vegetação secundária. Dessa forma, não atendia ao critério sobre cobertura vegetal primitiva que deveria ser correspondente a mais de 80% de toda área. Outro fator importante que possibilitou a transferência do Parque Ambiental para APA está relacionado às pressões antrópicas. Quando a região foi decretada como uma APA do Itapiracó, o processo de urbanização no entorno da área já estava avançado. A área sofria forte pressão antrópica, pois já havia muitas ocupações no entorno. A área do Itapiracó se insere em uma zona urbana com elevada densidade habitacional no entorno, o que possibilita uma influência humana maior no local.

O artigo 2º do decreto de criação também afirma que a APA abrange a Mata de Galeria que protege as nascentes do Rio Itapiracó. No documento da portaria nº129 de 2017 diz que “Considerando o decreto de criação da referida Área de Proteção Ambiental – APA do Itapiracó prevê a necessidade de preservar atributos naturais ainda remanescentes (...)” (MARANHÃO, 2017, p.2). Um dos objetivos da criação da APA seria a proteção de recursos naturais tais como o rio Itapiracó. No entanto, ao longo dos anos, registros na mídia e na literatura apontam uma realidade de contínua degradação desse rio. Estudos (COSTA et al, 2006; MAFRA; LIMA; DINIZ, 2010; TORRES; SOUSA; COSTA, 2017) registram impactos antrópicos que afetaram diretamente o Rio Itapiracó tais como a presença de dejetos oriundos de esgotos e sedimentos não biodegradáveis.

A APA do Itapiracó com sua cobertura vegetal é importante para a manutenção do microclima local que gera uma sensação térmica mais agradável à região (PINHEIRO; TEIXEIRA; CALDAS, 2014). A presença de uma cobertura vegetal na área ameniza o calor. Durante o dia, as plantas absorvem dióxido de carbono que reage com a água para produzir glicose suficiente para seu crescimento em um processo chamado de fotossíntese. Isso possibilita uma redução de partículas de dióxido de carbono no ar atmosférico.

Com a fragmentação da cobertura vegetal para construção de equipamentos e o intenso fluxo de carros resultante da expansão urbana, a concentração de dióxido de carbono e outros gases poluentes no ar atmosférico aumenta consideravelmente. O aumento dessa concentração possibilita uma alteração na temperatura do ambiente que causa uma sensação térmica de calor, contribuindo para o aquecimento global. Dessa forma, a presença da vegetação na área possui um significativo papel nas condições climáticas da cidade, auxiliando em uma temperatura amena e sensação térmica mais agradável às pessoas.

Assim, a proteção dessa Unidade de Conservação é importante para manter a biodiversidade local de espécies da flora e fauna, proteger os recursos naturais tais como a presença do Rio Itapiracó e amenizar a temperatura do ambiente pela realização de processos bioquímicos (fotossíntese) da cobertura vegetal. Algumas espécies vegetais encontradas na APA podem apresentar propriedades terapêuticas que podem ser pesquisadas com cautela. Outras espécies fornecem frutos que podem servir de alimentos para a população. Em geral, a APA do Itapiracó torna-se fundamental para a sobrevivência de muitos seres vivos e também possui sua importância social. Na APA do Itapiracó, foi construído um complexo com áreas de lazer e esporte (**Figura 2**) que valorizam a região e incentivam a visitação de pessoas.

Com base nas determinações do decreto inicial de criação da APA (nº 15.618/97), a área legalmente protegida está limitada ao norte pelo Conjunto residencial Parque Vitória, ao sul pelo Condomínio Itapiracó, a oeste pelo Conjunto Habitacional Ipem Turu, a leste pelos bairros Cohatrac (I, II, III e IV) e o Loteamento Soterra (MARANHÃO, 1997). Segundo Pantoja (2017), o entorno da APA também inclui os bairros Turu, Cohab Anil, Parque Aurora, Jardim de Fátima, Chácaras do Itapiracó, Planalto Anil, Novo Cohatrac, Residencial Matões, Canudos e Terra Livre (**Figura 1**):

**Figura 1:** Mapa do Google Earth, indicando a APA do Itapiracó e seu entorno



Fonte: PANTOJA (2017).

**Figura 2:** Espaços de lazer e esporte do Complexo da APA do Itapiracó – nov./2017



Fonte: Registros feitos pela pesquisadora.

### 3.3 Movimentos, associações e atividades comunitárias em defesa da APA do Itapiracó

Ao longo dos anos, a comunidade local se organizou em movimentos e associações em defesa à APA do Itapiracó. O Conselho Comunitário do Complexo Cohatrac (Comunic), foi criado em 2004, sendo um desses movimentos organizados. O Comunic realizou a ação “SOS Itapiracó” (JUNIOR, 2005). Em comemoração ao dia mundial da água, o evento ficou marcado por várias atividades tais como apresentações culturais, atos públicos e passeios ecológicos com a finalidade de mobilizar a população sobre a necessidade de proteger a APA do Itapiracó e seus recursos naturais.

Em novembro de 2008, surge a Organização Não Governamental Abará, que significa “Associação de Apoio aos Recursos Ambientais”. A ONG Abará teria levantado toda a questão sociológica e a questão fundiária da APA. Atualmente esta ONG não é atuante na área por motivos desconhecidos na pesquisa. Em audiência pública ocorrida em 17 de março de 2018, solicitou-se para que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) entrasse em contato com a Abará a fim de disponibilizar todo o acervo fotográfico, de pesquisa e levantamento sobre a APA do Itapiracó.

A APA do Itapiracó apresentava quatro pavilhões, onde a Abará realizava, principalmente nos anos de 2009 e 2010, atividades educativas e de capacitação com crianças, jovens e adultos da comunidade do entorno. As atividades educativas incluíam cursos de artesanato, culinária e de música (SOUZA, 2011). Em conjunto com a comunidade da rua das Hortas e da rua São Pedro, a Abará também teria participado do mutirão comunitário para a construção da ponte da Juçara. Essa ponte (**Figura 3**), que fica próxima ao Rio Itapiracó, foi inaugurada no dia 11 de abril de 2010:

**Figura 3:** Ponte da Juçara ao lado do Rio Itapiracó, construída em um mutirão da comunidade em 2010.



Fonte: SOUZA (2011); TV BRASIL (2015).



Em busca por mobilizar a população sobre as problemáticas da APA do Itapiracó, o movimento comunitário Moderi realizou o evento que ficou conhecido como “Um abraço na reserva do Itapiracó” no dia 20 de março de 2010. Em seguida, o Moderi promoveu uma ação de sensibilização em defesa ao rio Itapiracó. O Movimento em Defesa do Itapiracó (Moderi) também conseguiu a proibição de obras, sob a alegação de que a instalação de grandes empreendimentos imobiliários poderia descaracterizar a APA Itapiracó, causando impactos negativos de grande magnitude tais como a supressão da cobertura vegetal e a destruição da fauna. O informativo do Moderi (**Figura 4**) questionou sobre tais problemáticas:

**Figura 4:** Informativo do Moderi

**MOVIMENTO EM DEFESA DA RESERVA DO ITAPIRACÓ**

**MODERI**

- Quantas áreas verdes ainda restam em São Luís?
- Você sabia que a área do Itapiracó esta sendo retalhada?

Veja só! dos 322 hectares ainda existente na Área de Proteção Ambiental do Itapiracó.

- 87 hectares vão para a EMBRAPA
- 35 hectares vão para o IFMA
- 35 hectares vão para o DNOCS
- 35 hectares vão para o CODEVASF

**ISTO É PRESERVAÇÃO AMBIENTAL?  
SÓ NÓS PODEMOS MUDA ESTE QUADRO.**

**Fonte:** MODERI (2010).

Além da luta contra a construção de grandes empreendimentos na APA do Itapiracó, moradores se preocuparam com os problemas do lixo na área. Em 2015, Moradores dos bairros da Cohab, do Cohatrac e adjacentes se reuniram para formar o Fórum Comunitário do Complexo Cohab/Cohatrac (Focco), que realiza atividades de discussão e debate.

Moradores preocupados com a situação do Complexo da APA também se reuniram para constituir a Associação dos Defensores do Complexo do Itapiracó (Adecoi). Essa associação de moradores desenvolve trabalhos que buscam resultados em defesa dessa Unidade de Conservação e de seu entorno. Em parceria com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semosp), a Adecoi buscou solucionar o problema do lixo identificado na entrada principal após um evento religioso. A Adecoi também apoia projetos como a Brigada Voluntária Ambiental, que contempla jovens da comunidade.

## 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 4.1 Tipo de Pesquisa e Referencial de Análise

O presente trabalho possui abordagem qualitativa, tendo em vista que este tipo de pesquisa possui foco na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). A pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Para Minayo (2001, p. 14), este tipo de pesquisa “trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo adquire a forma de um estudo de caso. Segundo Gil (2007), o estudo de caso é um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de forma a detalhar determinado conhecimento. Fonseca (2002, p. 33) caracteriza o estudo de caso como:

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador.

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso pelo fato de buscar a compreensão sobre a realidade atual da APA do Itapiracó através da análise de representações dos moradores de seu entorno. Considerando que a pesquisa adquire uma abordagem qualitativa em um estudo de caso aprofundado, o presente trabalho objetiva analisar as representações sociais de moradores do entorno da área de proteção ambiental (APA) do Itapiracó sobre as problemáticas socioambientais locais.

O referencial metodológico desta pesquisa é a teoria da Análise Crítica do Discurso (ACD), proposto pelo linguista Norman Fairclough. Essa teoria assume um caráter interdisciplinar por estabelecer uma relação com diferentes áreas do conhecimento (TÍLIO, 2010; QUEIROZ; FREIRE, 2014), possibilitando o diálogo com o referencial teórico deste trabalho. A ACD propõe uma análise linguística e social do discurso. Na análise, leva-se em consideração não apenas os aspectos textuais como também todo um contexto sócio histórico na qual o discurso está inserido.

O discurso é uma representação social que manifesta as identidades, relações sociais e os diferentes posicionamentos dos sujeitos. As formas simbólicas como os diálogos falados, entrevistas, textos escritos e imagens são os discursos que estão suscetíveis às contínuas mudanças sociais. Norman Fairclough (2008) elaborou um método de análise que busca investigar as mudanças sociais, reunindo a análise linguística com a teoria social.

Os elementos da prática social correspondem aos valores, as identidades sociais, as relações interpessoais, a cultura, a atividade produtiva e os meios de produção. Essas variáveis possibilitam que os atores sociais apresentem distintas representações e conseqüente diferença nos posicionamentos desses indivíduos diante de uma mesma situação. O método de Fairclough (2008) trabalha com um conjunto de significações.

## 4.2 Coleta de Dados

O modelo da Análise Crítica do Discurso proposto por Fairclough apresenta flexibilidade necessária para que haja distintas maneiras de aplicar o método na pesquisa. Fairclough (2008, p. 275) afirma que a prática da ACD não deve ser rígida porque “não há procedimento fixo para se fazer análise do discurso; as pessoas abordam-na de diferentes maneiras, de acordo com a natureza específica do projeto e conforme suas respectivas visões do discurso”. Tendo em vista, que nesta pesquisa, a Análise Crítica do Discurso se relaciona com a Teoria das Representações Sociais, a coleta de dados baseou-se nos teóricos Souza Filho (1995), Abric (2000) e no uso de entrevistas típicas de uma abordagem qualitativa.

Segundo Souza Filho (1995), na coleta de dados, a compreensão do fenômeno precisa ser realizada por meio da observação devido ao fato de que, nesta etapa, ainda não se pode falar em causa e efeito, mas da interação entre elementos da realidade a ser estudada. Dessa maneira, “o método de observação sistemática serve de pré-requisito para qualquer passo à frente no campo, que é mais adotado pelos estudiosos do mundo” (REIS; BELLINI, 2011, p. 153). O próprio fundador da TRS, Moscovici (2004), considera o método de observação como importante para o estudo das representações sociais. Considerando todos estes aspectos, o primeiro passo para a realização da pesquisa foi a observação do contexto em análise, verificando as relações das pessoas com o ambiente e as atividades realizadas no local.

Após a observação, foram selecionados, de forma aleatória, 15 participantes maiores de 18 anos que frequentam o local e moram nas proximidades da APA do Itapiracó. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (**Apêndice A**) foi assinado pelos participantes da pesquisa. Em seguida, os indivíduos responderam um formulário (**Apêndice B**) para um breve



levantamento socioeconômico e participaram de uma entrevista semiestruturada (**Apêndice C**) com questões que abordavam sobre as noções de meio ambiente, problemáticas socioambientais, relações de pertencimento com a área, bem como sobre outros elementos que pertencem ao contexto da APA do Itapiracó. Para se referir a cada indivíduo entrevistado, foi utilizado o código E seguido do número de ordem da entrevista.

Durante a entrevista semiestruturada, a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) foi aplicada. Esta técnica da Psicologia Social foi abordada por Abric (2000) que associou-a com a TRS. Tavares et. al. (2014, p. 75) consideram a TALP como um instrumento de coleta de dados que auxilia “nos processos que favorecem a revelação de desejos fundamentais, elementos de conflitos, momentos significativos da história de vida e as representações sociais relacionadas a objetos e fenômenos”. A aplicação da TALP nesta pesquisa implicou em solicitar aos entrevistados que pensassem e mencionassem oito palavras, das quais quatro estivessem relacionadas com as noções de meio ambiente e mais quatro relacionadas especificamente à APA do Itapiracó.

### **4.3 Análise de Dados**

A análise do formulário socioeconômico possibilitou a construção do perfil dos moradores entrevistados. Os dados socioeconômicos tais como sexo, faixa etária do grupo, cor de pele autodeclarada, estado civil, número de filhos, condições de escolaridade, tempo e situação de moradia foram levados em consideração para elaboração e análise desse perfil.

As estruturas das RS sobre Meio Ambiente e a APA do Itapiracó foram identificadas pela análise da TALP, em que foi verificada a frequência das palavras evocadas pelo grupo. Os vocábulos pronunciados com maior frequência se destacaram entre as demais palavras por mostrar maior força significativa dentro do grupo de moradores. O núcleo central e periférico propostos por Abric foram analisadas individual e coletivamente, considerando o contexto na qual estão inseridos. As palavras com toda a gama de significação foram relacionadas entre si, apresentando uma lógica de ideias que compõem as representações no âmbito social.

Os discursos das entrevistas semiestruturadas que abordou sobre o meio ambiente, a APA do Itapiracó e as problemáticas socioambientais foram analisados por meio do método da ACD. Com base em Fairclough (2008), o discurso pode ser analisado em três dimensões que correspondem às análises textual, discursiva e social em um “modelo tridimensional”.

Essas três dimensões estão superpostas na prática, não estabelecendo assim uma sequência específica de análise. Na análise textual, são levados em consideração os aspectos linguísticos, tais como a estrutura textual de organização das palavras, a gramática, o vocabulário e a coesão. Na análise discursiva, o foco de análise está nas condições da prática dos discursos que incluem o uso, a produção, interdiscursividade e coerência. A análise social inclui os aspectos sociais, considerando as relações interpessoais e com o ambiente, os posicionamentos e atitudes, as identidades sociais e as relações de pertencimento. Com base em Fairclough (2008), as diretrizes do modelo tridimensional da ACD estão organizadas didaticamente no **Quadro 11**:

**Quadro 11:** Propostas do modelo tridimensional de Fairclough

Dimensão	Elementos de análise	Tópicos	Diretrizes
<b>Textual</b>	Controle interacional e estrutura textual	Interação no diálogo da entrevista	- Tomada de turno - Estrutura de troca no diálogo - controle dos temas abordados - hesitações e pausas do entrevistado - respostas contínuas dos entrevistados - Afirmações implícitas
		Formulação	- Ambivalência
		Polidez	Tom na abordagem dos assuntos (provocante, de ironia, alegre, triste, de indignação, neutro...) – sensibilidade do entrevistado
	Coesão	Argumentação	- Descrições, definições e deduções na arquitetura de um texto. - Palavras com o mesmo domínio semântico
	Gramática	Tema	- Assuntos - Motivação que leva o entrevistado a abordar o tema
		Modalidade	- Tipo de enunciado (afirmação, negação, dúvida, pedido, ordem, obrigação, sugestão...)
	Vocabulário	Significado das palavras	- Os significados potenciais das palavras
		Criação das palavras	- Multiplicidade de meios de expressar um significado com novas palavras.
		Metáfora	- figura de linguagem – relação de comparação
	<b>Prática discursiva</b>	Produção	Interdiscursividade
Intertextualidade manifesta			- Recorre explicitamente a outros textos específicos
Distribuição		Cadeias intertextuais	- Transformações dos discursos entre os diferentes tipos de textos
Consumo		Coerência	- Interpretações dos textos
<b>Prática Social</b>	Matriz Social	- Estruturas sociais e hegemônicas	
	Ordens do discurso	- Relação da prática social com o discurso	
	Efeitos ideológicos	- Sistemas de conhecimento e crenças - Relações sociais e identidades sociais	

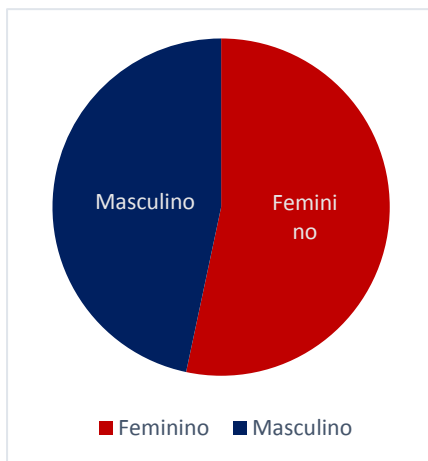
Fonte: Fairclough, 2008.

## 5. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS SUJEITOS DA PESQUISA

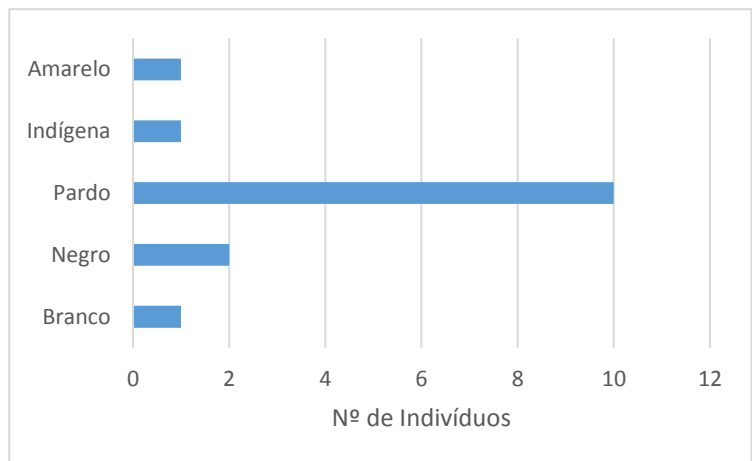
### 5.1 Perfil dos Moradores Entrevistados

Uma densa população mora nos diversos bairros do entorno da APA do Itapiracó. Visto que esta pesquisa não visa quantidade, mas qualidade das informações coletadas e analisadas, foram selecionadas de forma aleatória 15 moradores provenientes dos bairros do Ipem Turu, Cohab Anil, Cohatrac, Parque Vitória, Matões Turu, Canudos e Terra Livre. Participaram 15 moradores, sendo 8 mulheres e 7 homens (**Gráfico 1**) com uma faixa etária entre 20 e 69 anos (**Gráfico 3**). A maioria se autodeclarou de cor parda (**Gráfico 2**).

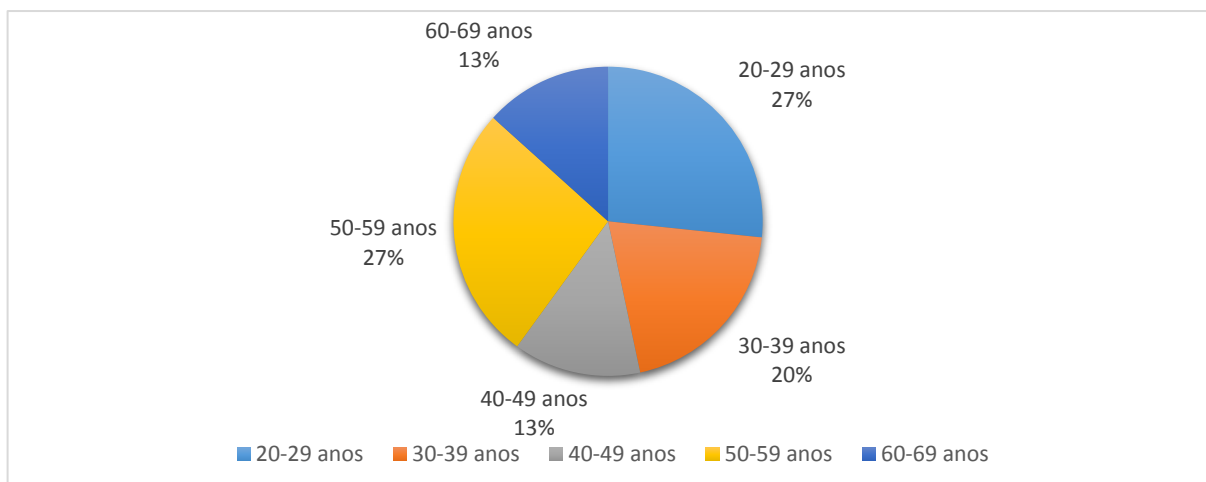
**Gráfico 1:** Perfil dos Entrevistados quanto ao sexo



**Gráfico 2:** Perfil dos Entrevistados como se autodeclararam

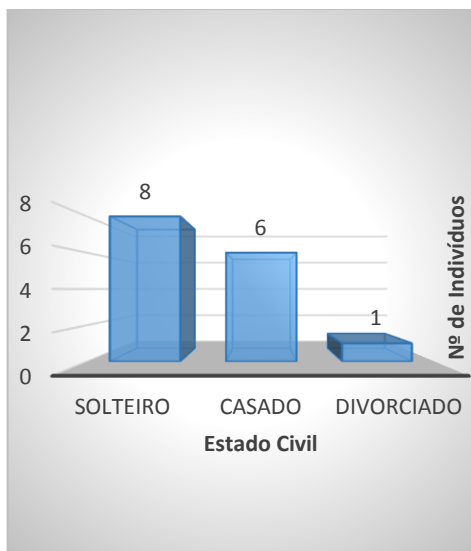


**Gráfico 3:** Perfil dos Entrevistados quanto a Faixa de Idade

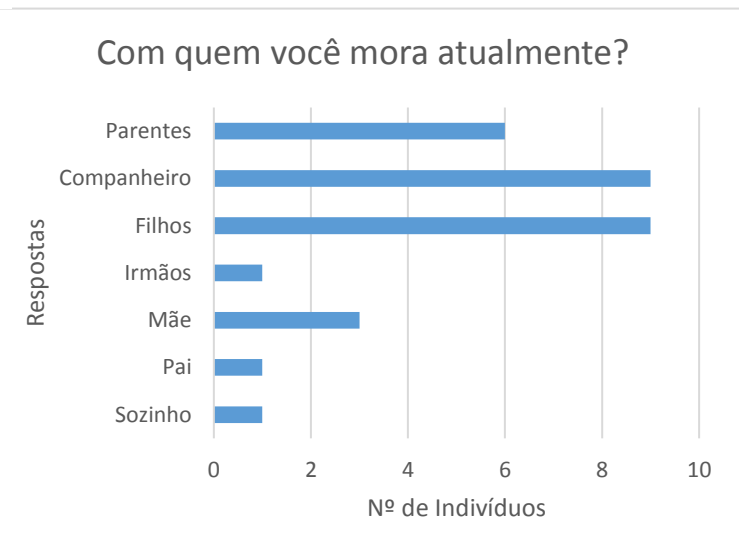


O Estado Civil representa a maneira como a pessoa convive no meio social, o modo como este sujeito estabelece as relações sentimentais com os outros e as escolhas de um ator social consciente de suas próprias atitudes. A própria expressão “estado civil” é proveniente de dois vocábulos latins “*status*” e “*civilis*”. O termo latim “*status*” significa condição ou situação, enquanto o termo “*civilis*” está relacionado à vida pública em sociedade. As pessoas podem apresentar basicamente um estado civil de solteiro, casado ou divorciado. Nesta pesquisa, houve uma diferença pequena entre os casados e solteiros entrevistados (**Gráfico 4**). No entanto, 3 moradores que se consideraram solteiros afirmaram morar com companheiros, indicando uma possível união estável. Quando questionou-se “Com quem você mora atualmente?”, a maioria respondeu que convive com o companheiro e os filhos (**Gráfico 5**). Tal resposta impulsiona pensar que nesta fase da vida, cujos os indivíduos são maiores de 18 anos, muitos já constituíram famílias. Mesmo aqueles que se consideraram solteiros geralmente moram com algum parente próximo tal como netos e primas, além da convivência com as mães, pais e irmãos.

**Gráfico 4:** Perfil dos Entrevistados quanto ao Estado Civil

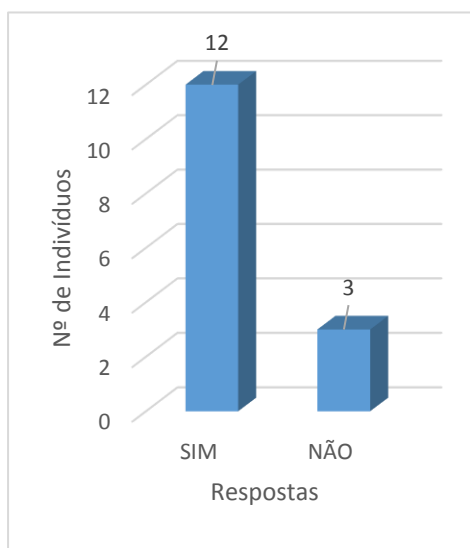


**Gráfico 5:** Pessoas que moram nas residências dos entrevistados

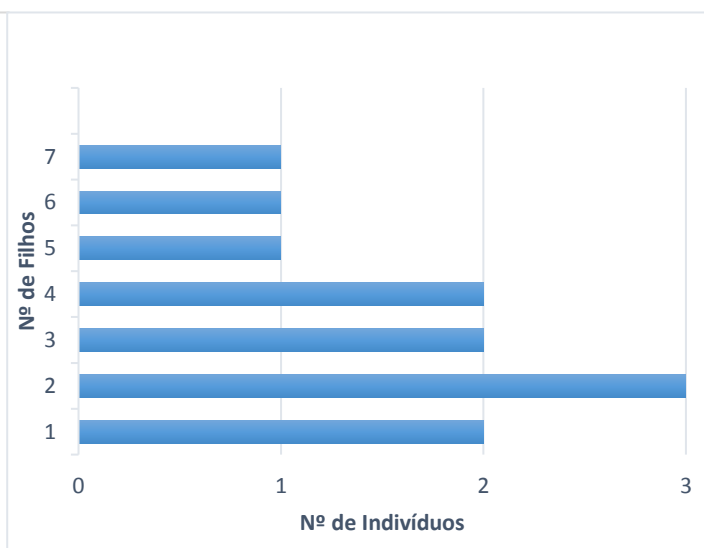


A maioria dos moradores entrevistados possuem filhos (**Gráfico 6**). A quantidade de filhos varia de um a sete (**Gráfico 7**). Alguns filhos possivelmente crescidos já não moram mais com os pais; outros ainda dependem de seus progenitores para o seu sustento, auxílio na habitação e alimentação. Em uma realidade em que as mulheres estão inseridas cada vez mais no mercado de trabalho, as famílias pequenas com a presença em média de dois filhos passam a ser mais predominantes.

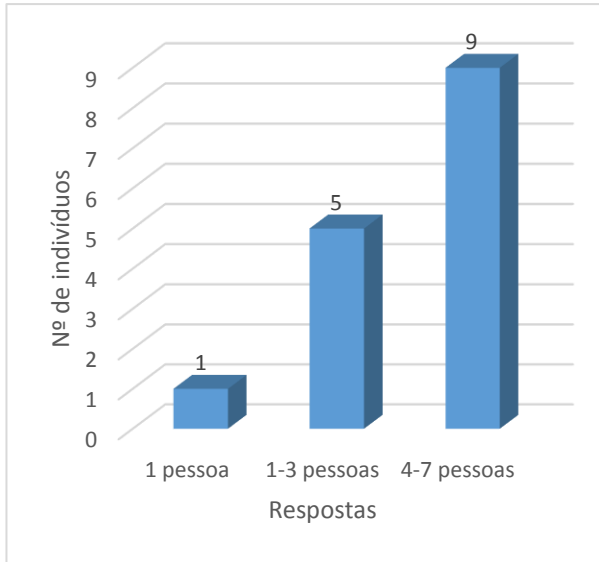
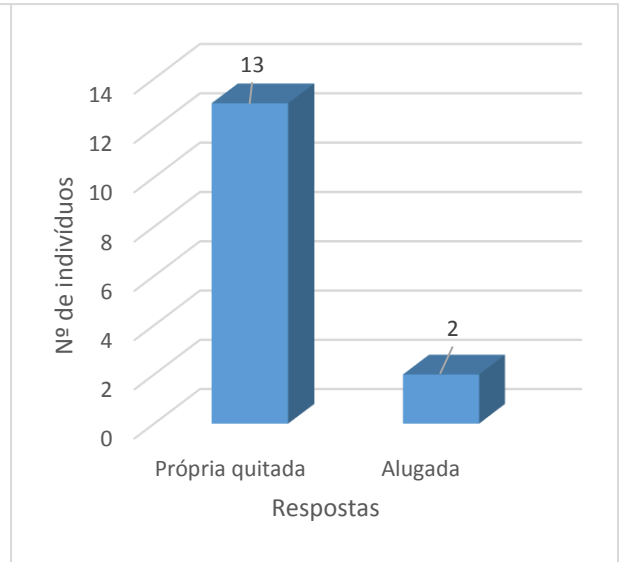
**Gráfico 6:** Perfil dos Entrevistados quanto a presença de filhos



**Gráfico 7:** Perfil dos Entrevistados em relação à quantidade de filhos



Em uma mesma residência, vivem cerca de quatro a sete pessoas por moradia, dentre os entrevistados, nos bairros do entorno da APA do Itapiracó (**Gráfico 8**). Nesta pesquisa, a maioria respondeu que sua moradia é própria e quitada (**Gráfico 9**). Geralmente, uma moradia que apresenta muitas pessoas vivendo conjuntamente no mesmo espaço requer uma renda familiar maior que deve ser compartilhada entre os membros da família. Na realidade do Brasil, moradias com mais de dez pessoas geralmente estão na linha da pobreza por diversos fatores socioeconômicos, os quais incluem as poucas oportunidades em trabalho, educação, saúde e habitação. Em contrapartida, moradias com famílias muito pequenas entre duas a três pessoas geralmente possuem melhores condições financeiras e consequente qualidade de vida em uma sociedade capitalista.

**Gráfico 8:** Número de pessoas por moradia**Gráfico 9:** Perfil dos Entrevistados quanto à situação atual de moradia

Com uma média aproximada de 20 anos de permanência na área (**Quadro 12**), os moradores tiveram a oportunidade de presenciar muitas mudanças na região ao longo do tempo, tal como a contínua urbanização e expansão demográfica.

**Quadro 12:** Tempo de permanência dos moradores nas residências.

Tempo de permanência informado		
Entrevistado	Tempo	Local do Entorno da APA
E01	21 anos	Ipem Turu
E02	25 anos	Ipem Turu
E03	23 anos	Ipem Turu
E04	39 anos	Ipem Turu
E05	38 anos	Ipem Turu
E06	5 anos	Canudos
E07	20 anos	Terra Livre
E08	19 anos	Terra Livre
E09	13 anos	Parque Vitória
E10	39 anos	Matões Turu
E11	14 anos	Parque Vitória
E12	20 anos	Cohab Anil
E13	11 anos	Cohab Anil
E14	27 anos	Cohab Anil
E15	2 meses	Cohatrac
<b>Média</b>	20, 9 anos	

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora.

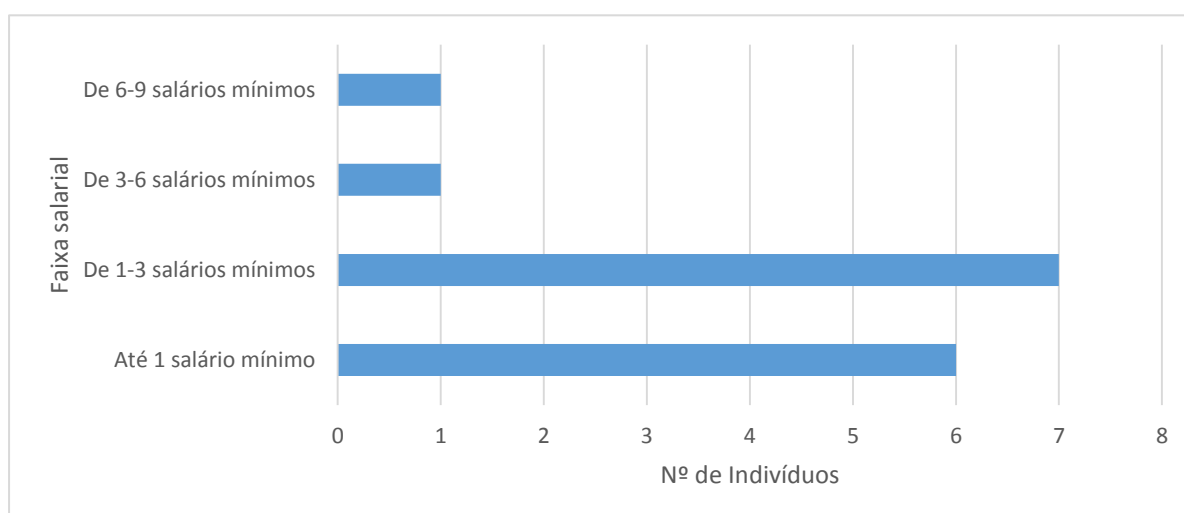
A renda familiar predominante nesse grupo de moradores compreende a uma faixa de um a três salários mínimos. Comparando os dados com as cinco faixas de salários mínimos utilizados com base em pesquisas do IBGE (**Quadro 13**) que determinam uma classe social, a renda familiar do grupo se enquadra principalmente nas classes D e E.

**Quadro 13:** Classes Sociais por faixas de Salários Mínimos

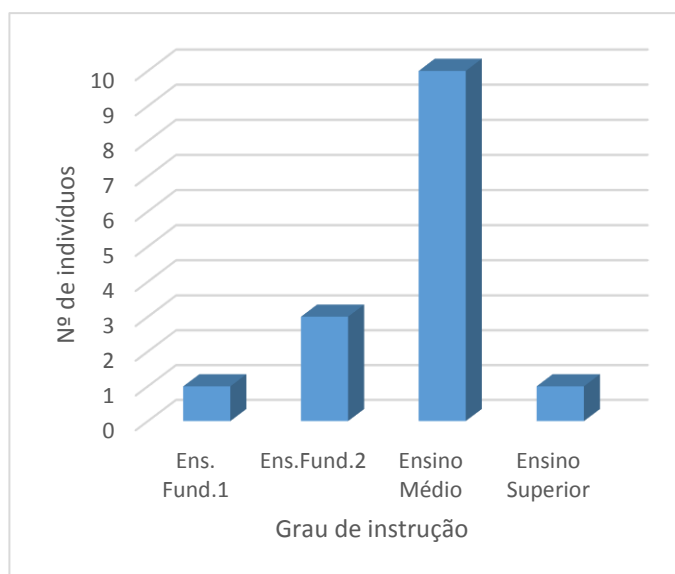
Classe	Número de Salários-mínimos (SM)	Renda Familiar (R\$) 2016/2017
A	Acima de 20 SM	R\$ 18.740,01 ou mais
B	De 10 a 20 SM	R\$ 9.370,01 a R\$ 18.740,00
C	De 4 a 10 SM	R\$ 3.748,01 a R\$ 9.370,00
D	De 2 a 4 SM	R\$ 1.874,01 a R\$ 3.748,00
E	Até 2 SM	Até R\$ 1.874,00

Fonte: COELHO, 2017; CARNEIRO, 2018.

**Gráfico 10:** Perfil dos Entrevistados quanto a renda familiar



Um dos fatores socioeconômicos fundamentais que geram uma má distribuição de renda na população compreende a diferença das oportunidades de educação e trabalho. O nível de escolaridade está intimamente ligado a renda, pois o mercado de trabalho exige cada vez mais uma mão de obra especializada que atenda suas exigências no mundo capitalista. Nesta pesquisa, 7 entrevistados afirmaram apresentar uma renda familiar de 1 a 3 salários mínimos e 6 moradores possuem uma renda familiar de até 1 salário (**Gráfico 10**).

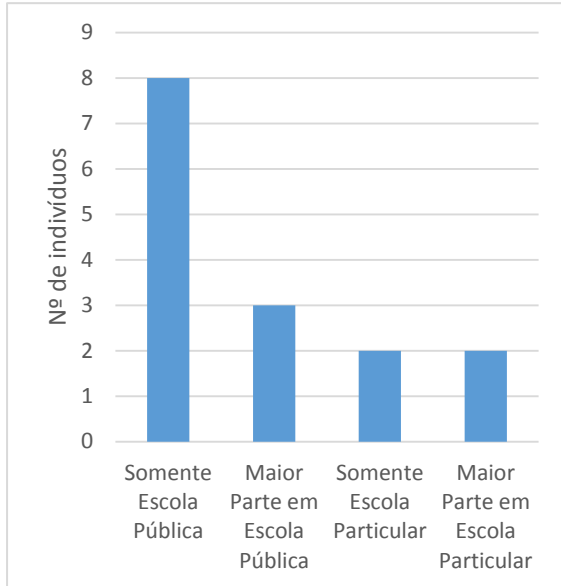
**Gráfico 11:** Perfil dos Entrevistados quanto ao grau de instrução

Na presente pesquisa, a maioria dos moradores entrevistados apresenta ensino médio completo (**Gráfico 11**). Durante este breve levantamento, não houve registros de indivíduos que nunca estudaram e nem casos de pessoas que completaram os níveis de especialização, mestrado e doutorado. Neste levantamento com os moradores do entorno da APA do Itapiracó, observou-se que a maioria estudou somente em escola pública (**Gráfico 12**) e ensino regular (**Gráfico 13**). Os dados levantados indicam a presença de uma geração que teve acesso à educação, mas ainda precisa vencer os obstáculos que dificultam, de certa forma, avanços aos níveis de instrução. A maioria dos pesquisados trabalham (**Gráfico 14**) e as profissões variam em doméstica, vendedor, pedreiro, motorista, fotógrafo, militar, lavradora e pedagoga (**Gráfico 15**). Estudantes universitários e aposentada também contribuíram com a pesquisa.

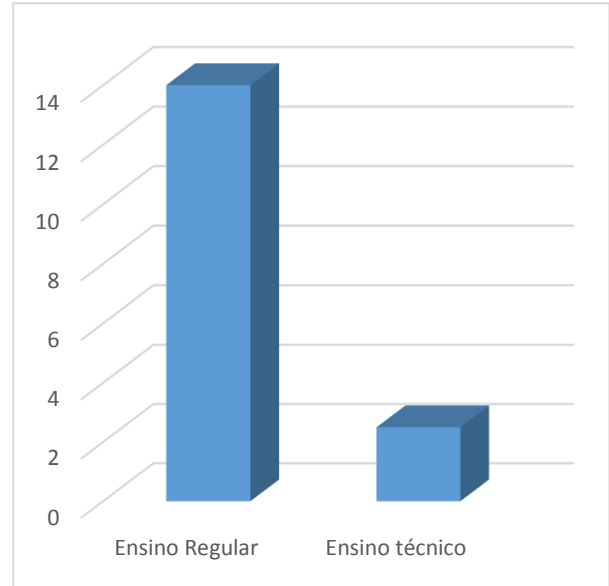
Considerando que este grupo também pertence a um grupo maior de brasileiros e que o contexto social tem influência significativa na situação de vida de cada indivíduo, é possível comparar os dados da pesquisa com a situação do país. Dados do IBGE (2017, p. 98) indicam que “o nível de instrução mais frequente passou a ser o médio completo e superior incompleto para a geração mais nova ao invés de fundamental incompleto para a geração mais velha (...)”. A popularização do ensino com a expansão no mercado e a queda dos custos pessoais em educação possibilitou esse avanço ao longo do tempo. Apesar desses avanços, o quadro atual de educação é preocupante. Notícias divulgadas (PINA, 2017; RAMAL, 2018) discutem sobre taxas elevadas de abandono escolar em um país com cortes do orçamento governamental em investimentos para educação.



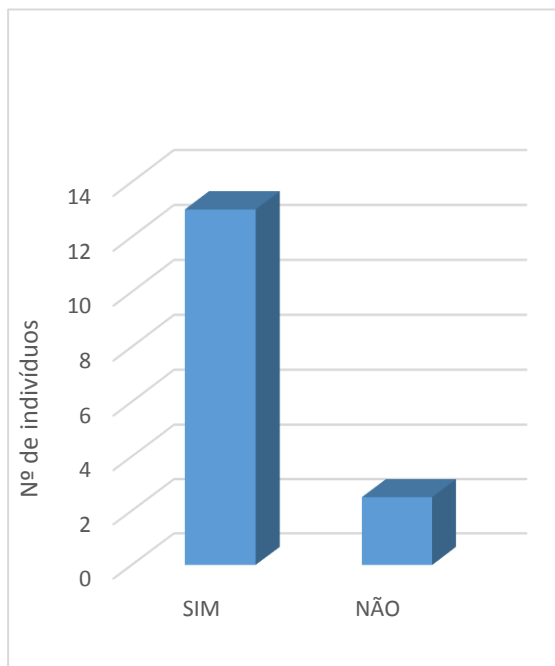
**Gráfico 12:** Perfil dos Entrevistados quanto a escolaridade



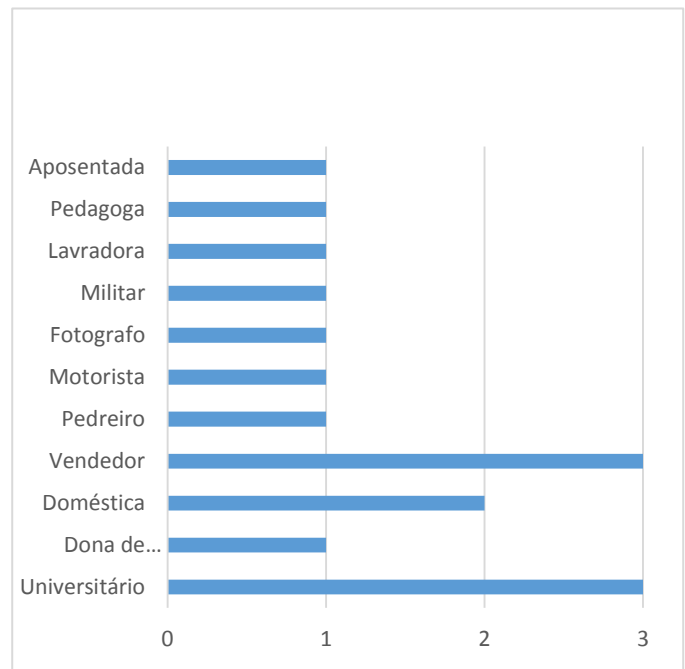
**Gráfico 13:** Perfil dos Entrevistados quanto a modalidade de Ensino



**Gráfico 14:** Perfil dos Entrevistados quanto ao trabalho



**Gráfico 15:** Perfil dos Entrevistados quanto a profissão

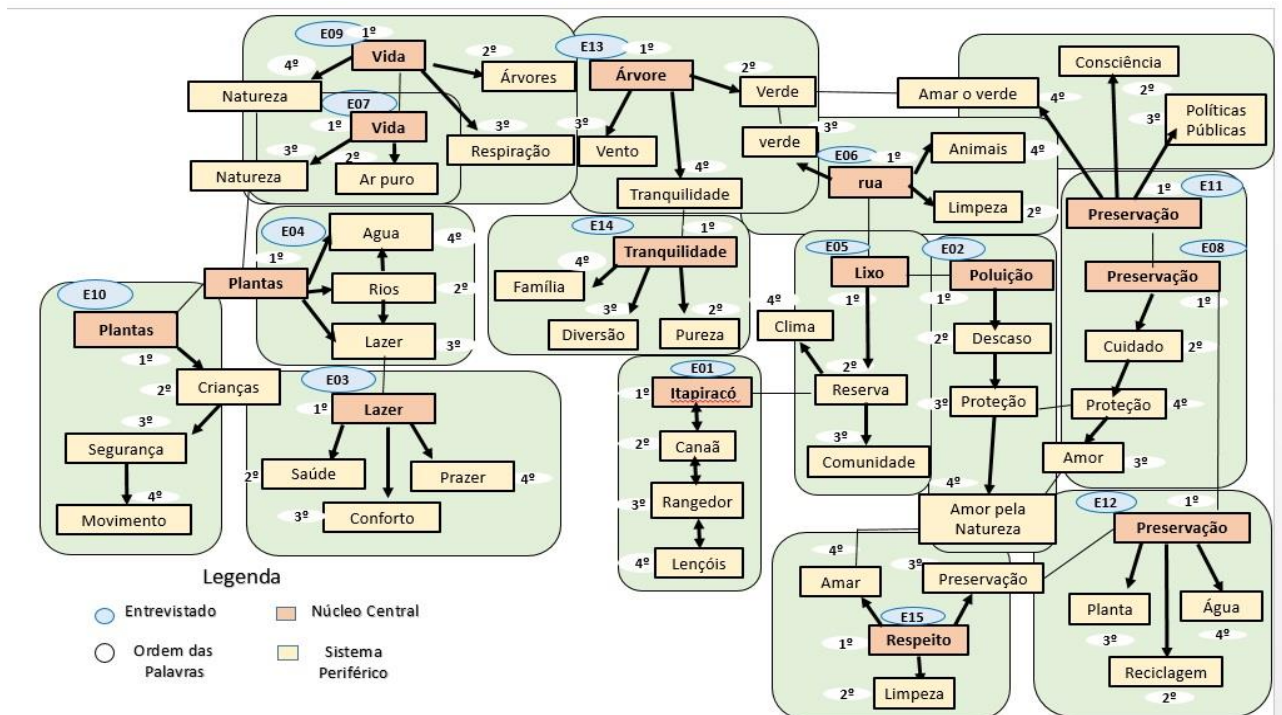


## 5.2 Representações sobre Meio Ambiente

Durante a técnica de TALP aplicada nesta pesquisa, 59 palavras sobre meio ambiente foram evocadas pelos 15 participantes, dentre as quais 11 pronunciadas por mais de uma vez. O total esperado era de 60 palavras, no entanto E07 não conseguiu mencionar a última palavra. Segundo Abric (2000), o núcleo central consiste no elemento ligado a memória coletiva que fornece o sentido principal à representação e o sistema periférico compreende aos elementos adicionais influenciados pelas experiências individuais que auxiliam na fundamentação do núcleo central.

A ordem das palavras evocadas é levada em consideração, porque corresponde a maneira como essas informações foram acessadas na mente e qual o grau de importância que cada pessoa atribui para cada palavra. A primeira palavra pronunciada indica que esta informação estava de fácil acesso na memória e geralmente apresenta um sentido principal que forma uma ideia, compondo assim o núcleo central. As demais palavras, geralmente apresentam os significados relacionados entre si, compondo o sistema periférico das representações. As palavras evocadas pelos participantes foram associadas entre si por meio de um fluxograma (Figura 5):

**Figura 5:** Fluxograma de Associação Livre de Palavras (TALP) sobre Meio Ambiente



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

As palavras remeteram às ideias sobre os elementos do ambiente, benefícios, lugares, sentimentos, problemas e atitudes (**Quadro 14**). Para os participantes da pesquisa, o ambiente representa a vida com tudo que está a sua volta. A vida neste ambiente inclui a presença de plantas, os animais, as crianças, as pessoas da comunidade. Neste ambiente, também se encontram os elementos abióticos de fundamental importância tais como a água, os rios, o vento e o clima. O ambiente natural ou construído apresenta benefícios para os seres humanos, pois proporciona tranquilidade e lazer. Diante de alguns problemas percebidos tais como a deposição de lixo, os entrevistados reconhecem em suas representações a importância de “preservar”, proteger, cuidar e respeitar o ambiente.

**Quadro 14:** Frequência e significações das palavras evocadas sobre Meio Ambiente.

<b>Técnica de Associação Livre de Palavras</b>							
<b>Significações</b>	<b>Palavras</b>	<b>Frequência Absoluta</b>		<b>Significações</b>	<b>Palavras</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	
<b>Elementos</b>	Plantas	3		<b>Lugares</b>	Itapiracó	1	
	Árvores	2			Canaã	1	
	Verde	2			Rangedor	1	
	Vida	2			Lençóis	1	
	Natureza	2			Reserva	1	
	Água	2			Rua	1	
	Rios	1		<b>Sentimentos</b>	Amor	4	
	Animais	1		<b>Problemas</b>	Poluição	1	
	Vento	1			Descaso	1	
	Clima	1			Lixo	1	
	Comunidade	1					
Crianças	1						
<b>Benefícios</b>	Lazer	2		<b>Atitudes/ Solução de problemas</b>	Preservação	4	
	Tranquilidade	2			Proteção	2	
	Saúde	1			Limpeza	1	
	Conforto	1			Cuidado	1	
	Prazer	1			Movimento	1	
	Ar Puro	1			Reciclagem	1	
	Respiração	1			Consciência	1	
	Segurança	1			Políticas	1	
	Pureza	1			Respeito	1	
	Diversão	1					
	Família	1					

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora.

No sentido referente aos elementos que compõem o ambiente, a palavra que mais se destacou no grupo de moradores foi “plantas”, seguida de “árvores”, “verde”, “vida”, “natureza” e “água”. As plantas compreendem aos seres vivos do reino vegetal e as árvores são plantas de grande porte com tronco lenhoso. O verde consiste em uma cor que conota a presença da vegetação. Ao analisar essas três primeiras palavras, a presença da vegetação no ambiente parece ser enfatizada, se destacando em relação aos outros vocábulos. O ambiente representado no campo das ideias necessariamente apresenta uma vegetação predominante.

As palavras “vida” e “natureza” possuem uma significação mais abrangente. A vida pode conotar a existência de todos os seres vivos do planeta, bem como os fenômenos que envolvem essa existência tais como o nascimento, crescimento, reprodução e morte. A vida também significa a forma como a pessoa realiza suas atividades, pratica seus hábitos, estabelece suas relações e constrói sua história. O ambiente apresenta vida em suas distintas formas. A vida se relaciona com tudo que está a sua volta. O ambiente se torna um meio de vida, aonde as pessoas habitam e realizam suas atividades rotineiras.

Quando se trata de ambiente, leva-se em consideração o seu entorno. Basicamente, o ambiente pode ser natural ou construído. Para os moradores, a natureza se refere ao ambiente natural. Diferentemente de um ambiente construído, o ambiente natural apresenta componentes que não são produzidos pelo ser humano, pois inclui as plantas, os animais, o vento, o clima, os rios, entre outros. O ambiente mostra sua complexidade, uma vez que os elementos bióticos e abióticos interagem continuamente entre si.

Entre os elementos abióticos, destaca-se a água que pode se encontrar nos rios, lagos, mares, geleiras e até nas profundezas subterrâneas. A palavra “água” significa muito mais que sua presença no ambiente natural. A água representa a condição necessária para a existência dos seres vivos, inclusive a do ser humano. Sem água, não existiria vida nos diferentes ambientes do planeta Terra.

O ambiente representado possui qualidades benéficas para o ser humano, trazendo tranquilidade, conforto, prazer, pureza, ar puro, respiração, saúde, lazer, diversão, relação com a família e segurança. Neste sentido, o ambiente com uma vegetação predominante e todos os seus elementos naturais proporcionam as condições favoráveis para um clima agradável. Assim, a presença das plantas no ambiente gera as condições necessárias para que haja uma temperatura mais amena, causando-lhes uma sensação de conforto e bem-estar.

Os moradores retratam o prazer de estar em um local arborizado e ventilado. O vento que move as folhas no dia quente e ensolarado em um ambiente afastado da agitação da cidade conota a pureza que retrata a tranquilidade, conforto e bem-estar. A pureza também está

relacionada com o “ar puro” que significa o ar atmosférico em um ambiente sem poluição. Este “ar puro” é respirável e faz bem para os pulmões, proporcionando ao corpo e alma a saúde desejável.

O ambiente traz alegria da criançada que se diverte no espaço, onde a diversão está garantida e a família se sente tranquila. Em meio a tantas palavras ditas, as mais frequentes pronunciadas foram justamente “lazer” e “tranquilidade”. O vocábulo “lazer” provém do latim “*licere*” que significa ser lícito ou permitido. O “lazer” pode indicar tanto uma atividade divertida e prazerosa, quanto um descanso de uma rotina de trabalho. A “tranquilidade”, proveniente do latim “*traquillitas*” adiciona ao ambiente o valor de paz, sossego, calma e quietude.

O meio ambiente também está associado aos lugares, aonde o ser humano pode estabelecer suas relações com o seu entorno. A maioria dos lugares mencionados se refere às Unidades de Conservação tais como a APA do Itapiracó, a Reserva Ambiental do Canaã, o Parque Estadual do Rangedor e os Lençóis Maranhenses. Essas unidades de conservação representam ambientes, cujos elementos naturais precisam ser protegidos. A palavra “rua” também foi mencionada uma única vez, indicando um ambiente construído e um espaço público em que pessoas podem transitar. Os lugares pronunciados passam a ser representações de um ambiente do mundo real.

Ao evocar palavras associadas ao meio ambiente, os moradores acessaram memórias que trazem em evidência o que estava oculto em suas mentes tais como as lembranças. Neste processo, os sentimentos em relação ao que está sendo evocado também foram expressos. O ambiente remete ao ato do amor. O “amor” indica um sentimento agradável que é sentido por uma pessoa em relação à algo ou alguém. Novas memórias positivas ligadas às emoções e sentimentos positivos são formados, à proporção que estes indivíduos frequentam, permanecem mais presentes e se sentem parte desse ambiente. Neste sentido, o ambiente deixa ser apenas um espaço para ser um lugar com valor sentimental.

A preocupação com o ambiente repleto de problemas gera uma inquietação na mente dos participantes que passam a evocar palavras que conotam as problemáticas percebidas. Assim, as palavras “poluição”, “descaso” e “lixo” também foram pronunciadas. Aqueles que evocaram tais palavras presenciaram e guardaram em suas memórias situações de poluição do ambiente, considerando-as problemas que deveriam ser resolvidos mas acabam se agravando com o descaso das pessoas.

De todas as palavras pronunciadas, a mais frequente no grupo foi a “preservação”. Preserva-se com a ideia de que é necessário proteger, estabelecendo uma relação considerada

sustentável com o ambiente. O uso popular dessa palavra também está presente na mídia e na própria legislação, tornando-se um reflexo na fala dos indivíduos. Para os moradores, o ambiente precisa ser preservado, protegido, cuidado e respeitado pelas pessoas.

Os moradores entrevistados reconhecem a importância do ambiente para suas vidas e que suas atitudes podem mudar a realidade. Problemáticas como o lixo ocorrem muitas vezes porque as pessoas não estão conscientes de que suas atitudes interferem positiva ou negativa em seu entorno. Pessoas conscientes de sua responsabilidade com o ambiente movimentam atitudes em busca de proteção ambiental. As políticas públicas também mencionadas durante a evocação de palavras significam um conjunto de ações e programas do Estado com a participação da sociedade civil na busca à proteção do meio ambiente, tais como medidas de sensibilização da população para a limpeza de locais e a reciclagem de materiais que podem gerar renda às pessoas e reduzir a quantidade de lixo depositado.

A noção do coletivo parte de uma significação individual. Cada indivíduo apresenta uma particularidade. Através das experiências pessoais, as noções de ambiente presentes na memória coletiva ganham um sentido particular com maior ou menor criticidade. O meio ambiente pode ser representado em diferentes perspectivas, pois cada pessoa que é influenciado coletivamente pelo contexto sócio histórico apresenta suas próprias percepções, visões de mundo e valores.

As representações de meio ambiente variam dentro do grupo em perspectivas tradicionais, pragmáticas e críticas. Os discursos apresentaram diferentes visões sobre meio ambiente, aproximando-se de categorias representativas dos autores Reigota (2004), Sauv e (2005), Santos e Imbernon (2014). Visto a complexidade e individualidade de cada entrevistado, a presença de duas ou mais visões de meio ambiente podem estar presentes em fragmentos distintos de um mesmo discurso.

A perspectiva tradicional engloba visões consideradas acríticas, em que o ambiente é percebido como uma relação harmoniosa não conflituosa entre homem e natureza. Em uma perspectiva tradicional, três participantes da pesquisa apresentaram uma visão naturalística e cinco demonstraram uma visão mais antropocêntrica. Na visão naturalística, o ambiente é percebido como uma natureza distante e intocável, enquanto na visão antropocêntrica o ser humano se coloca como superior e dominador do ambiente.

O entrevistado E05 apresentou o discurso “*Preservar as florestas e o meio em si*”. Em sua visão, os ambientes são as florestas e todo seu entorno. O morador considerou os elementos naturais na composição desse ambiente, na qual possivelmente não se inclui. Em sua

visão, o ser humano estaria com a função de proteger este ambiente natural que se restringiria a uma floresta distante do local em que vive e estabelece suas relações com as outras pessoas.

No dicionário Larousse, a floresta é definida como “uma formação vegetal densa em que predominam as árvores de grande porte” (CARVALHO, 2009, p. 370). No livro de Ciências do Ensino Fundamental (USBERCO, 2012, p.21), as florestas são consideradas como sinônimo de Matas. Na definição do Serviço Florestal Brasileiro (SNIF, 2018), florestas correspondem a uma área de mais de 0,5 ha com árvores maiores de 5 metros de altura e cobertura vegetal superior a 10% dessa área. Considerando tais definições, as florestas mencionadas podem representar um ambiente com vegetação densa arbórea e o seu entorno inclui todos os elementos naturais relacionados a esse ambiente tais como os animais e os rios.

No discurso “*O meio ambiente, pra mim representa tudo, o verde, os animais...*” apresentado pelo entrevistado E06, a visão de ambiente identificada foi naturalística. Embora a palavra “tudo” apresente uma gama de possibilidades, o “tudo” para este indivíduo entrevistado está relacionado com os elementos naturais, tais como os animais e o “verde”. A palavra “verde” representa uma simbologia que sugere uma variedade de significados.

O verde corresponde a uma cor que simboliza as plantas, natureza, vida, saúde, esperança e prosperidade. Incorporado no marketing para produção de anúncios publicitários, o verde é muito utilizado na “cosmética verde” que vendem produtos de origem natural, em campanhas de sensibilização que passam a ideia de que as florestas são “os pulmões verdes” das nossas cidades, e também na política “verde” que ideologiza uma preocupação com a natureza.

O verde esteve presente em uma campanha da fundação SOS Mata Atlântica lançada em 1987 (**Figura 6**). Esta campanha repercutiu no país, tornando-se uma das marcas do movimento ambientalista. Com o lema “Estão tirando o verde da nossa terra”, a campanha mostra a retirada da cor verde na imagem da bandeira do Brasil para tratar sobre o desmatamento. O verde na bandeira do Brasil representou as matas do território brasileiro que precisavam ser protegidas. No discurso apresentado, pode haver uma interdiscursividade ao apresentar “o verde” como elemento fundamental na composição do ambiente representado em uma visão naturalística.

**Figura 6:** Campanha da Fundação SOS Mata Atlântica (1987)



**Fonte:** SOS Mata Atlântica (2018)

A visão naturalística também foi identificada no discurso do entrevistado E09 que relaciona o meio ambiente com a vida, árvores, respiração e natureza. E09 considera o meio ambiente como uma parte da natureza, onde são encontradas “a vida” dos seres vivos como os animais e as árvores. Neste contexto, a palavra “vida” está relacionada com os animais e os demais seres vivos. O ambiente representado possui árvores que fornecem uma condição favorável para a respiração desses seres vivos. O ser humano assume uma posição de protetor das árvores e da “vida” presente no ambiente natural. Assim, o discurso do entrevistado E09 (grifo nosso) indica uma visão naturalística:

*Vida, porque o meio ambiente traz de certa forma uma **natureza**, uma vida, né. Porque se trata também de árvores, respiração...tantas coisas que até some a mente...Natureza. É uma parte da natureza que você precisa preservar e que o ser humano não destrua, tenha mais cuidado.*

A respiração mencionada neste discurso indica a presença de um “ar puro” que o ambiente natural pode favorecer. A ideia da existência de um ar vital, respirável e não poluído também foi apresentada em outros discursos do grupo de moradores entrevistados, cujas visões de ambiente se mostraram mais antropocêntricas.

A visão predominante neste grupo correspondeu ao antropocentrismo, que valoriza o ser humano como sujeito dominador que se beneficia e usufrui dos recursos naturais. A ideia antropocêntrica que prevalece no coletivo relaciona o meio ambiente com o espaço que fornece benefícios tais como o “ar puro”, para que os seres humanos possam respirar.

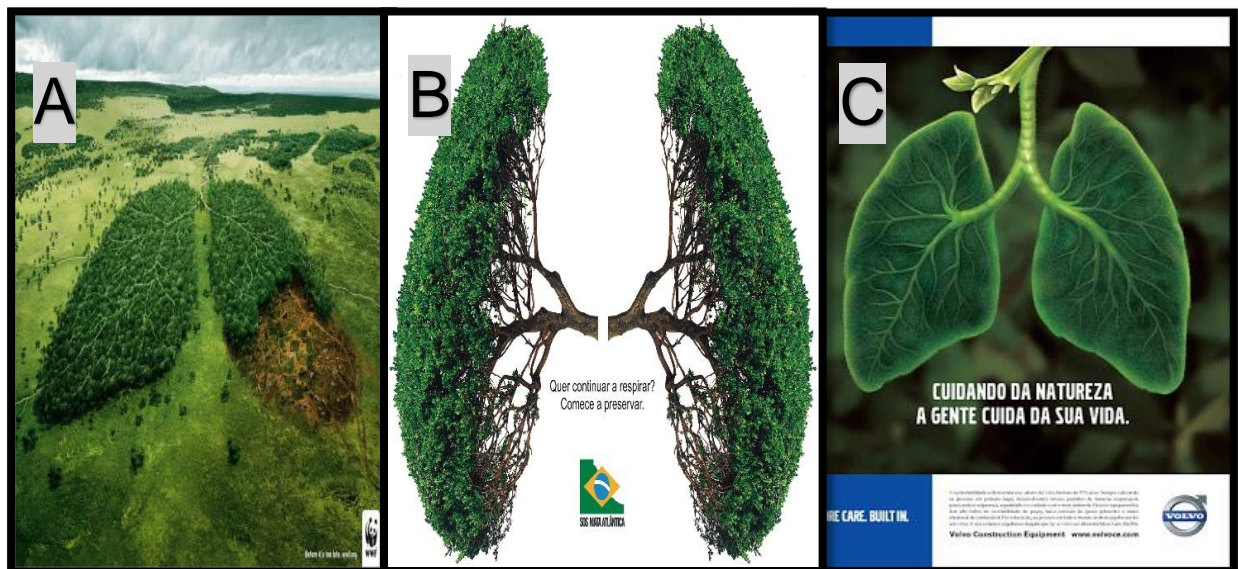
Neste sentido, os discursos: “O meio ambiente é a base de hoje a gente viver e respirar”, do entrevistado E02, “O meio ambiente é o ar que respiramos”, do entrevistado E03; e “Pra mim, representa a vida, saúde, é o nosso ar que respira” do entrevistado E08,



apresentam uma visão antropocêntrica por enfatizar a presença humana como o principal beneficiário desse ar vital.

Esta visão também está presente em uma das definições de meio ambiente do dicionário Larousse, no trecho “o meio em que se vive, o ar que respira (CARVALHO, 2009, p. 35), podendo haver uma interdiscursividade. No mesmo sentido, os anúncios da WWF, da Fundação SOS Mata Atlântica e da empresa sueca Volvo mostram uma vegetação no formato de pulmão humano (**Figura 7**), revelando essa representação de ambiente, aonde o ar puro circula e fornece as condições necessárias para respiração vital aos seres humanos.

**Figura 7:** Anúncios de campanhas que tratam sobre o “pulmão verde”. A. Campanha da WWF. B. Campanha da Fundação SOS Mata Atlântica. C. Campanha da Empresa sueca Volvo.



**Fonte:** WWF (2011); IDEIA (2014); CARVALHO; GONÇALVES (2018).

O ambiente representado oferece as condições favoráveis ao ser humano que possibilitam a promoção da saúde, qualidade de vida e equilíbrio. Esta representação de ambiente é vista explicitamente no discurso “Pra mim, o meio ambiente representa vida, equilíbrio e qualidade de vida” do entrevistado E11. A ideologia da sustentabilidade que visa estabelecer uma relação harmoniosa entre o desenvolvimento socioeconômico humano e a proteção do ambiente natural está presente implicitamente no enunciado. A Constituição Federal de 1988, no artigo 225 trata o ambiente como um bem de uso comum do povo. A partir deste momento, o ambiente passa representar a busca por um equilíbrio entre atividades humanas e a proteção do ambiente. No entanto esse “equilíbrio” reproduzido no discurso

analisado mascara levemente uma relação de poder e reforça uma preocupação maior com o bem-estar do ser humano do que propriamente com o ambiente.

O equilíbrio na vida em sociedade, nesse sentido, se relaciona com a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida do indivíduo que habita em um ambiente. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (1996), a qualidade de vida é a percepção que uma pessoa apresenta sobre sua posição na vida dentro do contexto de um sistema de cultura e valores que influencia suas expectativas, preocupações, metas e atitudes. Esta definição de qualidade de vida incorpora um conjunto de fatores que possibilitam um grau de satisfação do indivíduo diante de sua vida cotidiana tais como sua saúde física, o estado psicológico e as relações sociais positivas. Na visão antropocêntrica, a presença do corpo humano é ressaltada em relação aos demais elementos que compõem o ambiente tal como evidenciado no discurso do entrevistado E15:

*É viver bem nos lugares aonde o corpo humano está presente. Por exemplo, aqui aonde eu estou com esse clima, pra mim, é o meio ambiente. Aonde meu corpo está é o meio ambiente. É todo lugar onde eu esteja.*

O pensamento crítico sobre os efeitos de uma interação que o ser humano estabelece com o seu meio não é levado em consideração em uma perspectiva puramente tradicional. Na perspectiva pragmática, os problemas resultantes dessa interação homem-ambiente já são percebidos, impulsionando a busca por soluções imediatas. No entanto, a criticidade somente está de fato presente em uma perspectiva mais crítica. Na perspectiva crítica, o contexto social, econômico, político e histórico influencia na construção de uma representação de meio ambiente mais ampla.

A perspectiva pragmática não constrói uma visão abrangente de meio ambiente, típica de uma perspectiva crítica. O pragmatismo também é considerado como acrítico, assim como a perspectiva tradicional. A perspectiva pragmática torna-se, de certa maneira acrítica, porque apresenta o foco principal na ação sem exigir uma reflexão e análise crítica profunda que possa produzir uma variedade de possibilidades de interpretações.

Durante as entrevistas, três moradores centraram suas noções de ambiente em problemas a serem solucionados. Dois que apresentaram as noções de ambiente como problemas, também incluíram seus sentimentos e valores em seus discursos. O entrevistado E04 apresentou um discurso voltado sobre a problemática do lixo nas praias. Essa problemática é frequentemente noticiada em jornais locais.

A possível experiência pessoal do entrevistado E04 ao frequentar os pontos poluídos e ao ter contato com tais notícias auxiliam na elaboração de uma representação de ambiente focada no problema:

*Significa limpeza, né, porque pra viver no meio ambiente a gente tem que cuidar. Se não cuidar, não pode, porque fica nojeira. Precisa limpar, cuidar, tirar o lixo na beira da praia, essas coisas...que diz que é tão sujo que a gente nem pode tomar banho.*

Neste discurso, o ser humano se posiciona como modificador do ambiente na qual pertence. Os sujeitos sociais tornam-se causadores do problema socioambiental do lixo nas praias, mas também agentes transformadores que buscam soluções práticas tais como a limpeza dos locais a partir da retirada do lixo na beira da praia. Em alguns pontos das praias de São Luís podem ser observadas placas que alertam sobre a qualidade da água imprópria para banho (**Figura 8**). Este fato pode despertar insatisfação por implicar em uma redução da opção de lazer à população.

**Figura 8:** Trecho da Praia Ponta d'areia que está impróprio para banho



Fonte: JESUS (2018).

O problema do lixo também foi abordado no discurso do entrevistado E07. Em sua representação, o problema do lixo já está presente na reserva do Itapiracó. A comunidade seria a principal contribuinte para a deposição desse lixo e também apresentaria a responsabilidade por cuidar, limpar e proteger este ambiente. Esta representação está evidenciada no fragmento do discurso “*Meio Ambiente é tudo, é vida. A gente precisa é mais, nós todos cuidar mais do meio ambiente. Começar pela reserva, a gente como se não limpasse, mas a própria comunidade contribui para estar jogando lixo.*” Os valores e sentimentos são incluídos nesse discurso ao afirmar que:

*Está faltando mais a gente preservar o meio ambiente. Quando você tem o meio ambiente bem cuidado você tem um “ar puro”. Ai já está dizendo, um “arzinho puro” pra gente respirar aí. A natureza muito boa. Isso que a gente precisa. Sentindo este ventinho bom, sentindo o cheiro, essa necessidade.*

No discurso, E07 demonstra uma relação afetiva com o ambiente representado que passa a ser o local na qual o indivíduo pode sentir um “ventinho bom”, “ar puro” e “cheiro”. Em alguns casos observados foi considerado a presença de múltiplas representações que se inter-relacionam em fragmentos distintos do discurso proposto por um mesmo indivíduo. Assim, o trecho “*um arzinho puro pra gente respirar*” do discurso do entrevistado E07, parece retomar a visão antropocêntrica presente no discurso do entrevistado E02 que afirma “*o meio ambiente é a base de hoje a gente viver e respirar*”. No entanto, o uso do diminutivo “arzinho puro” conota uma relação mais afetiva que o indivíduo estabelece com seu ambiente representado.

O entrevistado E02 também ressalta problemas em suas noções de ambiente, associando-os a seus valores e sentimentos. O problema da poluição é agravado pelo descaso das pessoas que precisam ter a consciência e assumir o compromisso de proteger a natureza. O discurso mostra uma insatisfação referente aos problemas. O desejo de mudança está implícito na ideia de que é necessário proteger o ambiente para que tais problemas possam ser solucionados. Essa “proteção” ocorre mediante a necessidade do “amor pela natureza”. Desta forma, E02 afirma:

*Ah, eu vejo o meio ambiente como a poluição, descaso de pessoas que não tem consciência, que muita gente não ajuda a proteger, né. A realidade é que o próprio ser humano está destruindo a natureza e a gente tem que ver a realidade das coisas que realmente estão acontecendo porque tem gente que não tem visto...Proteção de nossas matas também, o Amor pela Natureza que eu acho que é fundamental. Muita gente hoje não tem, né.*

Nesta representação, o ser humano possui a capacidade de destruir o ambiente natural, visando suprir suas próprias necessidades. Essa destruição pode ocorrer por meio do desmatamento para a construção de prédios e casas. No entanto, o problema mais enfatizado consiste na poluição pela deposição do lixo no ambiente. Os valores e os sentimentos do indivíduo trazem a importância de cuidar, proteger e amar a natureza. A realidade tratada no discurso remete a uma sociedade, cujas pessoas pouco incentivam a construção de valores em favor do meio ambiente.

A charge que conta estórias do personagem Armandinho mostra essa problemática de destruição e a importância de cuidar de uma natureza para que próximas gerações tenham a oportunidade de presenciar este ambiente (**Figura 9**).

**Figura 9:** Charge do artista Alexandre Beck – personagem Armandinho



Fonte: BECK (2013).

A música “Amor a Natureza”, cantada por Elis Regina e composta por Paulinho da Viola, remonta um cenário de transformação do ambiente natural. A ausência de consciência das pessoas que resulta em um descaso a proteção do ambiente natural é tratada na música como um ar de desprezo aos problemas ambientais. O amor à natureza simboliza a luta, o sonho e a esperança diante dessas problemáticas, como visto em um trecho da canção:

(...) neste cenário de tristeza/ relembro momentos de real bravura/ dos que lutaram com ardor/ em nome do amor a natureza/ cinzentas nuvens de fumaça/ umedecendo meus olhos/ de aflição e de cansaço/ imensos blocos de concreto/ ocupando todos os espaços/ daquela que já foi a mais bela cidade/ que o mundo inteiro consagrou/ com suas praias tão lindas/ tão cheias de graça, de sonho e de amor/ flutua no ar o desprezo/ desconsiderando a razão/ que o homem não sabe se vai encontrar/ um jeito de dar um jeito na situação/ uma semente atirada/ num solo fértil não deve morrer/ é sempre uma nova esperança/ que a gente alimenta de sobreviver.

Em blocos de concreto de uma cidade que já foi bela há uma descrição de um ambiente urbano em contraposição a natureza. Assim, o ambiente também pode assumir a forma de um espaço habitável da vida cotidiana do indivíduo que vive na cidade. A representação de ambiente como meio de vida foi observada em três discursos. No discurso do entrevistado E10, o ambiente representa o espaço em que as crianças podem brincar com segurança:

*Uma coisa boa. Aqui é uma área boa pras crianças, a parte das quadras das crianças, mais seguro pras crianças. Só o que está impedindo bem aqui é esse trânsito. As coisas boas como a segurança pras nossas crianças. As brincadeiras que têm vindo pra eles que não tinham aqui no bairro. Mais segurança..*

Na composição dessa representação, a noção de ambiente se associou com as lembranças dos netos que brincam próximos à casa do indivíduo e o desejo de que essas crianças estejam sempre seguras no ambiente em que estiverem. A família também está presente na construção da representação do entrevistado E14:

*Existem vários lados que essa palavra “o meio ambiente” pode remeter. O meio ambiente remete a Natureza, remete a aproximação que a gente tem com ela, mas também remete a diversão que a gente tem, que a gente pode ter nela. Me remete a tranquilidade, a paz espiritual, a presença familiar.*

O morador destacou a aproximação afetiva com sua família no espaço que lhe traga tranquilidade, paz e diversão. Após uma rotina de trabalho, o indivíduo possui o tempo disponível para estabelecer essa relação com sua família. A natureza a que se refere consiste no ambiente considerado natural, o qual pode ser frequentado por sua família, tal como a APA do Itapiracó. Nestes espaços, as pessoas interagem com os elementos naturais que lhe proporcionam paz, tranquilidade e um lazer desejável.

Para o entrevistado E12, o ambiente é todo espaço da vida cotidiana. O meio ambiente está presente não apenas na relação com a família, mas na interação com outras pessoas em locais de estudo e trabalho, na vizinhança do lugar onde mora e nas relações comerciais de uma sociedade capitalista. No fragmento de seu discurso, “*Eu acho que representa um espaço que a gente convive diariamente. E todo e qualquer espaço é um meio. É tudo que está a nossa volta*”, o pesquisado expressa sua representação de meio de vida.

O discurso do entrevistado E12 passa a assumir uma representação globalizante quando evidencia a relação recíproca entre sociedade e ambiente no fragmento do discurso “*Apesar de quando a gente pensa em meio ambiente, a gente pensa logo em planta, mas não é só isso, né. É um espaço que a gente convive, onde se mantém as relações sociais*”. No planeta habitável, chamado de “Terra”, as pessoas interagem não apenas com outros seres humanos. A interação ocorre também com os demais seres vivos e todos os elementos que podem compor o ambiente.

Em contraposição às perspectivas das representações anteriores, a perspectiva crítica não delimita ou restringe o sentido amplo de “meio ambiente”. Na perspectiva crítica, a visão holística permite que o indivíduo perceba o ambiente das mais diversas formas possíveis como evidenciado nos discursos dos entrevistados E13 e E01.

O entrevistado E13 consegue discutir os diferentes sentidos que o “meio ambiente” pode assumir. Em seu discurso, o indivíduo aborda o sentido literal, geográfico e biológico. O ambiente está presente em espaços naturais, construídos e também pode assumir o meio de vida, na qual inclui as relações sociais do cotidiano:

*No ponto de vista mais geográfico e até biológico, creio eu, pode ser até a própria natureza em si. Os lugares onde a influência urbana não atingiu (...), o próprio ambiente em que vivo, podendo ser cidade ou no interior ou até mesmo um lugar cercado do meio natural ou o próprio meio natural em si. Pra mim, o meio ambiente representa tanto o ambiente natural em si quanto o ambiente construído em que vivo.*

Suas experiências acadêmicas voltadas aos estudos filosóficos ajudam a compor essa representação de ambiente. A Filosofia estimula a reflexão do indivíduo sobre os diversos aspectos da vida. Essa reflexão sobre a vida permite um olhar mais profundo sobre o ser humano e o ambiente. Assim, ele consegue visualizar em sua mente as diversas possibilidades que o ambiente oferece no campo das significações.

A visão holística é resumida em uma única palavra no discurso do Entrevistado E01. A palavra “onipresença” significa a presença em todos os lugares ao mesmo tempo. O meio ambiente é caracterizado como “onipresente”, indicando a amplitude de suas significações. Todo o discurso está fundamentado no sentido de que o ambiente pode estar presente em todos os lugares, assumindo suas diferentes configurações:

*Onipresença, ao todo. Sabe, por quê? Se eu pego uma caneta dessa, com certeza, a matéria prima dela é refinada a partir do meio ambiente...o armário, a cadeira que você está sentada...e é um dos princípios do direito ambiental que é a onipresença do meio ambiente. Ele está em todas as relações e interações humanas. Logo, ele é o todo. Tudo o que você vai fazer, o meio ambiente está incluso. É o todo, porque está presente em todas as relações e interações.*

O entrevistado mostrou conhecimento sobre os princípios do Direito Ambiental. Suas experiências tais como sua vida acadêmica e profissional direcionadas a área do Direito auxiliam na construção dessa representação crítica de meio ambiente. Os princípios do Direito Ambiental podem estar presentes explicitamente ou implicitamente na legislação, das quais destaca-se o princípio da ubiquidade, tido como sinônimo de “onipresença”. De acordo com este princípio, a proteção do ambiente deve ser aplicada em todas as atividades, porque o meio ambiente está em todos os lugares nas mais diversas formas.

### **5.3 Representações sobre problemas socioambientais**

Durante a entrevista semiestruturada, foi realizada a seguinte questão: “As ações humanas prejudicam o ambiente?”. Mediante a questão, todos os entrevistados responderam “sim”. A maioria mostrou convicção nessa resposta. No entanto, observou-se uma hesitação na resposta por parte do entrevistado E10, que mostrou dúvida por um possível não entendimento da pergunta ou o desconhecimento do assunto.

Considerando que a poluição indica uma ação humana prejudicial que causa um impacto ambiental, questionou-se sobre a possibilidade do ser humano poluir o ambiente. Neste momento, o entrevistado confirmou que o ser humano pode poluir o ambiente quando, por exemplo, corta uma árvore. A afirmação “fazer alguma coisa de mau mesmo” confirma sua mudança explícita na resposta. O ser humano se torna o agente modificador do ambiente, capaz

de destruí-lo. Mediante uma análise contextualizada sobre os discursos, torna-se compreensível a hesitação e as dúvidas de E10. Esta moradora possui uma noção de ambiente com perspectiva pragmática, focando suas representações em ações práticas de sua vida cotidiana. As ações humanas prejudiciais ao ambiente representam práticas distantes da sua rotina, estando presente por exemplo no ato isolado de cortar uma árvore.

O entrevistado E14 afirmou “*nós, seres humanos, somos os principais problemas.*” O ser humano destrói o ambiente em que vive e estabelece relações. As pessoas exploram, utilizam, usufruem e transformam os recursos que o ambiente pode oferecer das mais diversas formas. Na relação entre seres humanos e ambiente, não há dificuldades para o equilíbrio proposto pela ideologia da sustentabilidade. A urbanização, o crescimento populacional, a industrialização e o desenvolvimento econômico estabelecem condições desfavoráveis à proteção do ambiente. O entrevistado E01 expõe em um discurso mais crítico a sua opinião sobre a sustentabilidade e a potencialidade humana em prejudicar o ambiente:

*Em uma visão mais macro, as ações humanas prejudicam de fato o meio ambiente porque nunca vai haver perfeito equilíbrio entre a atividade humana e o meio ambiente, que hoje eles chamam disfarçadamente de Sustentabilidade - uma coisa que não acredito (...). E a palavra que buscaram para o equilíbrio é a Sustentabilidade. Mas é uma coisa disfarçada, porque vai ser sempre necessário requerer mais do meio ambiente, da fauna, da flora, do bioma...sempre vai se precisar mais pelo principal, a matéria prima para a produção de todos os meios necessários que são encontrados no meio humano. Então, não acredito que o ser humano vai estar ali e vai viver saudavelmente com o meio ambiente. Eu acredito que pode haver aí ações de proporcionalidade. Um sempre vai perder. É incrível. É uma briga de interesses.*

Ao longo das entrevistas, diversas problemáticas socioambientais foram apontadas, dentre as quais o desmatamento, as queimadas, a deposição do lixo, a impermeabilização do solo, a caça ilegal, o consumismo desenfreado, etc. O desmatamento foi associado, basicamente, as ideias estereotipadas do corte de madeira, à retirada de mata e destruição de árvores. O entrevistado E05 relacionou o desmatamento com a destruição de florestas em seu discurso “*O homem destrói a floresta*”. O entrevistado E06 já associou com a extração da vegetação em uma proporção menor, a qual chama de “*Um bocado de mato*”. Os entrevistados E09 e E13 limitaram mais seu campo representativo sobre desmatamento, associando-o à destruição das árvores. E04 e E08 utilizaram a figura de linguagem da metonímia, que substitui o todo pela parte. Neste caso, a extração da madeira passa a compor a representação do desmatamento. Em relação às queimadas, os indivíduos apenas mencionaram rapidamente, associando-as ao ato de tocar fogo.

A questão do lixo foi a problemática socioambiental mais abordada. O acúmulo de lixo nas ruas da cidade representa um problema preocupante. O entrevistado E13 relatou “*Me*



*mandaram por grupo de WhatsApp uma foto do Carnaval que teve no Cohatrac que mostrava muito lixo nas ruas. As pessoas não pensam nas consequências quando jogam o lixo*". O entrevistado E04 mostrou sua indignação sobre a problemática, afirmando que *"É uma porcaria, mesmo tudo... na praia, em tudo que é lugar tem sujeira. Em todo lugar que a gente vai tem sujeira"*. Os adjetivos "porcaria", "nojeira" e "sujeira" representam o modo como a cidade é percebida pelo morador que observa o lixo amontoado nos lugares em que frequenta.

O lixo consiste em tudo aquilo que se descarta por não possuir mais utilidade humana. A forma como este lixo é descartado pela população, muitas vezes, não ocorre adequadamente. A deposição inadequada do lixo foi mencionada pelo entrevistado E09 que considerou *"Colocar lixo em locais inadequados"* como uma das ações humanas prejudiciais ao ambiente.

O lixo doméstico apresenta uma variedade de resíduos materiais, dentre os quais inclui a matéria orgânica e os materiais potencialmente recicláveis. A matéria orgânica tais como as sobras de alimentos se decompõe rapidamente pela ação de decompositores. Ao falar que *"o lixo emite uma forma gasosa e líquida"*, o entrevistado E01 se refere ao chorume, que é o produto dessa decomposição de matéria orgânica.

O acúmulo de matérias orgânicas depositado em locais inadequados fornece as condições necessárias para a proliferação de bactérias, fungos, protozoários, insetos e roedores. O entrevistado E01 consegue relacionar a deposição do lixo com o problema de saúde pública, ao falar em seu discurso que *"o lixo acaba desdobrando outras problemáticas como as doenças"*. O acúmulo de lixo atrai vetores de doenças, aumentando o risco de ocorrência de enfermidades à população local.

O lixo também pode conter materiais potencialmente recicláveis como o plástico, alumínio, papel e vidro. Apesar do potencial para reciclagem, muitos resíduos sólidos produzidos com estes materiais não são reaproveitados. Sacolas plásticas, latas, papel e garrafas de vidro demoram muito tempo para se decompor, acumulando gradativamente no ambiente. Esses resíduos sólidos podem entupir bueiros, dificultando o escoamento da água das chuvas nas ruas da cidade.

O entrevistado E13 abordou este assunto, afirmando que: *"A água da chuva pode levar o lixo pros ralos de forma a entupi-los, ocasionando alagamentos nas ruas"*. O entupimento de bueiros ocorre mediante o acúmulo de lixo nas ruas da cidade, causando o problema do mau escoamento da água. O entrevistado E12 contou que: *"Quando chove, minha casa mesmo já foi alagada por falta de escoamento, por causa dessa loucura de entupir bueiro, de não ter para onde escoar a água"*.

Entre os diversos tipos de resíduos sólidos, destaca-se as sacolas plásticas de supermercado que acondicionam o lixo urbano, sendo lançadas em grandes quantidades ao ambiente. Produzidas por resina sintética proveniente do petróleo, essas sacolas não são biodegradáveis. O plástico pode demorar mais de 400 anos para se decompor, causando muitos impactos ambientais. Além de entupir bueiros nas ruas da cidade, as sacolas plásticas afetam a vida dos animais, tais como tartarugas, baleias, golfinhos e aves marinhas que ingerem os plásticos por confundi-los com comida.

Além dos impactos que o lixo pode proporcionar, os moradores também discorreram sobre as possíveis soluções a essa problemática. A substituição de sacolas plásticas por bolsas foi proposta pelo entrevistado E02, que percebe a importância de sua atitude para o meio ambiente:

*Oh, eu particularmente quando vou fazer compra, eu vejo aquele horror de sacola e fico “nossa gente, eu tô contribuindo também” (...). Então, tô tentando substituir esse meio de sacolinhas pequenas e eu já tenho umas bolsas grandes que eu levo agora. E eu acho que é isso também...sacola, gente que joga garrafas. Muito a questão do lixo.*

Os discursos pautados na ideologia da sustentabilidade utilizam a Política dos 5R's, que prioriza a redução do consumo e o reaproveitamento de materiais potencialmente recicláveis. Os 5R's indicam cinco ações que estão expressas nos verbos “reduzir”, “repensar”, “reaproveitar”, “reciclar” e “recusar”, pertencendo ao processo educativo que busca: reduzir o consumo desenfreado e o desperdício; repensar valores e práticas; reaproveitar os materiais, prolongando a vida útil dos produtos; reciclar os resíduos sólidos; e recusar o consumo de produtos que geram impactos socioambientais. No discurso do entrevistado E02, observa-se implicitamente a presença de 2R's que consistem em “repensar” valores e “recusar” o consumo de sacolas plásticas. Estas ações humanas sugerem mudanças de hábitos no modo de vida das pessoas.

A preocupação com a destinação dos resíduos e a coleta de lixo está evidenciada no discurso pronunciado pelo entrevistado E11, que considera “*Jogar lixo nos córregos, não tratando e não fazendo coleta seletiva*” como uma ação prejudicial ao ambiente. O lixo apresenta diferentes tipos de materiais que podem ser destinados para distintas finalidades. A matéria orgânica pode ser utilizada para compostagem e os plásticos podem ser destinados à reciclagem. No entanto, os diferentes tipos de materiais muitas vezes são destinados a algum local inadequado, de forma a impactar ambientes terrestres e aquáticos.

A coleta seletiva representa um passo importante para a reciclagem. Por meio da coleta seletiva, o lixo é separado e os diferentes materiais são selecionados. Pensar sobre coleta seletiva remete à imagem comum dos contêineres de diferentes cores. No entanto, a presença

desses contêineres não indica a única forma de aplicar a coleta seletiva. Os contêineres ou pequenos depósitos de diferentes cores correspondem aos postos de entrega voluntária. Cada cor do depósito representa um tipo de resíduo sólido, sendo os mais comuns o vermelho para o plástico, o amarelo para o metal, o verde para o vidro e o azul para o papel. Os depósitos são colocados em diferentes pontos físicos da cidade, incentivando a população a depositar os materiais recicláveis nos locais adequados.

Além dos postos de entrega voluntária, a coleta seletiva pode ocorrer pela presença de veículos que percorrem as residências a fim de coletarem os materiais selecionados. Para auxiliar na coleta seletiva, foram construídos ecopontos em distintos pontos da cidade. Com capacidade para armazenar mais de 100 toneladas de lixo ao mês, os ecopontos podem receber diferentes tipos de materiais que não são recolhidos pela coleta regular. Qualquer pessoa pode levar os resíduos sólidos para esses locais, onde o lixo é encaminhado para associações e cooperativas responsáveis em selecionar e comercializar os materiais. Ao tratar sobre os problemas do lixo na cidade, o entrevistado E08 relatou:

*Apareceu a reportagem aí do local, onde está tendo as coletas seletivas de lixo do ecoponto que não está indo muito resíduo para lá, porque as pessoas preferem jogar próximo da sua casa. Vai ali mais na frente e joga no lugar próximo. Tem aquele comodismo de não ter trabalho ao levar ao ecoponto.*

A reportagem comentada na entrevista não foi referenciada pelo entrevistado. Entretanto, é possível perceber a influência dessa reportagem para construção de sua representação sobre as problemáticas socioambientais na cidade. O entrevistado reconhece a importância da construção de ecopontos na cidade e considera o comodismo das pessoas como a principal causa para a problemática do lixo.

Embora a coleta de lixo seja feita regularmente pelo sistema de limpeza pública, a presença de resíduos sólidos nas ruas da cidade se tornou um grave problema perceptível à população. O discurso do entrevistado E08 retrata explicitamente sobre a problemática:

*A nossa cidade tem muito lixo, apesar de ter coleta. Tem muito lixo não porque não existe coleta de lixo, é porque - como te falei - da cultura. As pessoas não têm costume de armazenar o lixo, de colocar o lixo no local adequado.*

A deposição de lixo surge de uma simples atitude individual. Uma pessoa descarta o lixo produzido em sua casa em qualquer lugar que lhe convém, sem ao menos refletir criticamente sobre o destino desse lixo. Essa atitude individual adquire uma maior proporção, tornando-se comum ao coletivo. O entrevistado E08 afirma que as pessoas: “[...] não têm cultura de olhar o lixo, pegar, guardar, armazenar de forma correta (...) Aqui é uma questão cultural e essa cultura pra mudar é difícil”. O problema do lixo está arraigado na cultura de nossa sociedade. Geralmente, as pessoas reconhecem que suas ações afetam o ambiente. Ao

longo da vida, aprendem que é errado “*não colocar lixo nos devidos locais*”, tal como falado pelo entrevistado E05. Contudo, as práticas não dependem exclusivamente do conhecimento da teoria. As pessoas praticam ações benéficas ao ambiente quando seus valores, sentimentos, crenças, opiniões, hábitos e tradições são favoráveis para isso.

A cultura do comodismo influencia muito no comportamento do coletivo. O entrevistado E12 traz sua experiência pessoal atrelada a ideia do coletivo ao afirmar que: “*Em relação à gente mesmo, a gente não cuida das nossas coisas, sabe; E eu falo por mim também de: Ah, é só um papelzinho, e jogar nas ruas ou então não guarda dentro da bolsa*”. O ato de jogar um simples papel no chão das ruas parece algo irrelevante. Uma pessoa descarta o lixo a fim de se livrar daquilo que não tem mais valor para ela. O comodismo está na passividade do sujeito que dispensa a responsabilidade de cuidar do ambiente que pertence, se preocupando apenas na facilidade e conforto próprio.

A falta de educação foi mencionada como um importante fator que contribui à prática de muitas atitudes na relação do ser humano com o ambiente. O entrevistado E05 considera como problemática “*a falta de educação mesmo do povo*”. O entrevistado E07 afirma: “*Falta de educação, tudo isso. Muitos não têm educação. A maior parte, tudo é educação que muita gente não tem e aí acarreta tudo isso*”. E08 também considera que as pessoas “[...] *não têm educação adequada para proteger o meio ambiente*”.

A educação possui um papel transformador na formação de pessoas, incentivando o pensamento mais reflexivo e crítico sobre as coisas. Com a educação, as pessoas possuem a oportunidade de conhecer e atuar criticamente sobre os diversos fenômenos da vida. A intervenção pedagógica extrapola o âmbito escolar. A base da educação está na atuação da família desde a primeira infância do indivíduo. O entrevistado E15 relatou a importância da atuação da família na educação, ao enunciar que: “*Eu eduquei meus filhos, colocando lixo no lixo, pedindo com licença, a pessoa espirrar e você dizer saúde. É uma forma de educar meus filhos pra esse ambiente*”. A atuação de instituições de ensino também assume uma função importante na educação. O entrevistado E01 propõe a implementação de projetos de Educação Ambiental que atuem nesse processo de ensino e aprendizagem nas escolas e faculdades:

*Eu sinto a falta de educação que vai gerar atitudes...é uma falta de educação ambiental, uma falta de educação sobre o lixo de forma mais assídua. Não é só uma ação que o governo vai fazer um dia aqui não. É a implementação de um projeto que às vezes nem demanda muito dinheiro. Às vezes, o que demanda é força de vontade e uma confiança enorme (...) Apenas com a confiança das pessoas a gente pode começar a fazer (...) A educação ambiental é a implementação na escola (...), na faculdade, onde estiver (...). É uma questão que tem que ser arraigada desde lá das primeiras gerações. Eu não estou falando de coisas que são necessários milhões pra gente fazer agora que vai solucionar. Estou dando uma problemática com uma solução razoável.*

As instituições de ensino podem contribuir significativamente para a educação. Contudo, a infraestrutura precária de muitas escolas e a ausência de vagas escolares afetam drasticamente a formação de crianças e adolescentes. O entrevistado E08 contou que: “*Ainda tem muitas crianças, principalmente aqui neste bairro com dificuldades de vagas escolares*”. As dificuldades perpassam a dimensão da educação e atingem outros setores da sociedade. Os entrevistados relataram problemáticas na infraestrutura da cidade, no tráfego, no tratamento de água, no saneamento básico, na saúde, na segurança pública, no investimento público e na organização do sistema (**Quadro 15**).

**Quadro 15:** Diferentes problemáticas socioambientais da cidade que foram mencionadas pelos entrevistados

<b>Problemáticas socioambientais na Cidade</b>		
<p><b>Infraestrutura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Buraco</li> <li>- Ruas escuras</li> <li>- Ruas não asfaltadas</li> <li>- Carros nas calçadas</li> <li>- Calçadas quebradas</li> <li>- Falta de pavimentação</li> <li>- Falta de limpeza na cidade</li> <li>- Falta de praças</li> <li>- Falta de Saneamento Básico</li> <li>- Bueiro entupido</li> <li>- Falta de escoamento de água</li> <li>- Casas Alagadas</li> <li>- Falta de moradia decente</li> <li>- Falta de tratamento de água</li> <li>- má conservação dos alimentos nos supermercados</li> <li>- Infraestrutura precária</li> </ul>	<p><b>Tráfego</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Engarrafamento ou Congestionamento</li> <li>- Falta de sinalização</li> <li>- Fumaça de veículos</li> <li>- Movimento de carros</li> <li>- Má qualidade de transporte público</li> <li>- trânsito caótico</li> <li>- Fluxo de carros</li> <li>- Superlotação de veículos</li> </ul> <hr/> <p><b>Lixo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Lixão</li> <li>- Lixo nas ruas</li> <li>- Sujeira</li> <li>- Coleta de lixo irregular</li> </ul> <hr/> <p><b>Poluição visual</b>  <b>Poluição Sonora</b>  <b>Poluição do ar</b>  <b>Desmatamento</b>  <b>Queimadas</b></p>	<p><b>Educação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de educação</li> <li>- Infraestrutura precária nas escolas</li> <li>- Ausência de vagas escolares</li> <li>- Falta de inclusão social</li> <li>- Necessidade em implementar educação ambiental nas escolas</li> </ul> <hr/> <p><b>Saúde</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de médicos</li> <li>- hospitais lotados</li> <li>- hospitais que não funcionam</li> </ul> <hr/> <p><b>Sociedade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Consumismo desenfreado -</li> <li>- Desigualdade social</li> <li>- Pobreza</li> <li>- Abandono de pessoas</li> <li>- pessoas dormindo nas calçadas</li> <li>- droga</li> <li>- Falta de segurança pública</li> <li>- Corrupção</li> <li>- Falta de investimento público</li> <li>- Falta de organização do sistema</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pela Pesquisadora.

#### 5.4 Importância das APA para os participantes da pesquisa

Dos 15 entrevistados, a maioria elaborou uma definição distorcida e/ou limitada do que seja uma Área de Proteção Ambiental. O entrevistado E03 definiu APA como: “*Uma área de lazer em que a gente pratica esporte, lugar de caminhadas, essas coisas*”. E03 elaborou a definição de APA a partir de sua visão antropocêntrica que considera benefícios ao ser humano. A área do Itapiracó constitui o lugar de referência, onde este indivíduo estabelece uma relação de lazer e prática de esportes. Suas experiências pessoais com o lugar contribuíram para a elaboração de sua definição.

A definição do entrevistado E04 também está relacionada com a visão de ambiente e sua relação com a APA do Itapiracó: “*Pra mim é um lugar onde a gente não pode botar lixo, não pode fazer sujeira, deixar tudo limpinho, tudo arrumado do jeito que está. Tem que limpar para as crianças brincarem, pras pessoas poderem andar*”. Sua visão de ambiente focada no problema do lixo auxiliou para a elaboração dessa definição. Uma área protegida consiste em um ambiente que deve ser limpo e organizado. Tendo como referência a APA do Itapiracó, para ela, as Áreas de Proteção Ambiental representam lugares urbanizados, onde as atividades humanas devem ser compatíveis com o bem-estar das pessoas.

Ao definir uma Área de Proteção Ambiental, o entrevistado E02 centra seu discurso no exemplo da APA do Itapiracó. Em sua fala “*A nossa reserva é uma área protegida que a gente não pode desmatar*”, ela estabelece uma relação de pertencimento com a área. A relação de pertencimento com a APA do Itapiracó também contribuiu para a elaboração da definição do entrevistado E07. No discurso: “*No meu ponto de vista, é um lugar tudo de bom como a reserva do Itapiracó, que precisa da gente cuidar né. Só falta a gente cuidar da reserva, a gente como comunidade*”, o entrevistado compara uma área de proteção ambiental com o complexo da APA do Itapiracó e considera a comunidade como o principal contribuinte para o cuidado com este ambiente.

O cuidado com o ambiente compõe a definição do entrevistado E08. Para ela, uma Área de Proteção Ambiental é “*Uma área preservada para que as pessoas não mexam, que seja o mais natural possível. Que as pessoas tenham o contato, mas não desmatem, não polua. Que não tenha lixo também, mas aqui tá difícil*”. Esta definição contemplou as unidades de proteção integral e de uso sustentável. A proteção integral está evidenciada na ideia de preservação, no intuito de manter o ambiente mais natural. A proteção de uso sustentável está implícita no contato das pessoas com o ambiente, cujas atividades devem ser compatíveis com

a proteção. As problemáticas do lixo, da poluição e do desmatamento foram tratadas como práticas que não deveriam ocorrer dentro de uma Área de Proteção Ambiental.

A definição do entrevistado E06 foca especificamente nessas problemáticas. Uma Área de Proteção seria *“onde ninguém coloca lixo, ninguém corta nada, não tira madeira”*. Para o entrevistado E12, as áreas de proteção ambiental representam espaços impactados pelas atividades humanas que devem ser protegidos com o máximo de cuidado, tal como dito em seu discurso: *“Eu acho que é uma área que a gente não pode mexer sabe, a gente tem que ter total cuidado porque se já tá em proteção ambiental é sinal que alguém já foi lá e desmatou”*.

A entrevistada E14 reconhece que é leiga no assunto. Entretanto, considera as áreas de proteção ambiental como grandes áreas verdes, tal como mostra em seu discurso *“Eu não sei dizer o que é exatamente. Mas eu sei que são áreas grandes...verdes...eu acho que é isso uma área de proteção ambiental”*. Para E10: *“É uma área onde tem mais segurança”*. Os entrevistados E05 e E09 relataram que desconhecem a definição de Áreas de Proteção Ambiental. Em nenhum momento da vida desses moradores, essa definição foi claramente explicada.

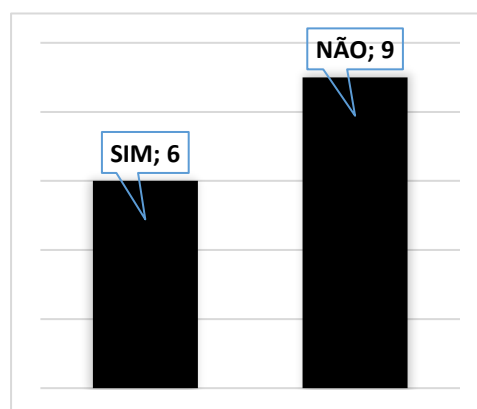
O conhecimento necessário à comunidade local pode ocorrer por meio da implementação de projetos duradouros de EA. Com essas oportunidades, os moradores podem ter maior acesso ao conhecimento sobre as unidades de conservação e as demais questões ambientais. A EA contribui para gerar mudanças no modo de pensar e em atitudes que podem se tornar cada vez mais favoráveis à proteção do meio ambiente. No entanto, a interpretação sobre a situação atual revela que muitas pessoas ainda desconhecem as implicações conceituais e legais que regem as unidades de conservação.

No senso comum, os diferentes saberes individuais se misturam com as concepções de mundo e os distintos modos de pensar, possibilitando uma variedade de definições sobre um mesmo assunto. Para o entrevistado E10, uma área de proteção ambiental é definida como um espaço em que a segurança deve ser assegurada para todos. A legislação passa a ser reconhecida explicitamente no discurso do entrevistado E11 que afirma: *“Pra mim, é uma área que possui leis, delimitações, regras e um comitê de gestão para fiscalizar”*. No entanto, no discurso do entrevistado E15, as leis ambientais específicas às APA são confundidas com a lei de crimes ambientais que prevê a distância de uma edificação urbana em cursos de água em áreas de preservação permanente. O entrevistado E15 afirma que: *“Me parece que é tipo aquela área com 10 metros de distância de um rio para não se devastar. É isso? Uma área protegida que não pode ser devastada.”*

As definições mais abrangentes sobre as Áreas de Proteção Ambiental foram dos indivíduos com visões holísticas de ambiente. O entrevistado E13 apontou sobre a proteção de espécies ameaçadas, afirmando: “*Creio eu, que pelo menos uma área de proteção ambiental é um local onde há espécies ameaçadas, podendo ser vegetal ou animal*”. Em contrapartida, o entrevistado E01 explicou a diferença entre preservação e conservação:

*Uma APA – existem dois segmentos: a área de preservação ambiental e a área de conservação ambiental. A área de preservação ambiental é proteção integral, em que não pode haver atividade humana. Já a área de conservação, há o uso de sustentabilidade. Há uma proteção, só que parcial. No entanto, o homem pode exercer atividade dentro daquela área. Então, uma área de proteção ambiental é uma área que existe ali, em via de regra, uma flora, uma fauna, um bioma que deve ser protegido, de forma que venha a ser preservado integralmente ou conservado parcialmente. Quando falo conservado parcialmente não é porque vou conservar pela metade, mas é conservado parcialmente sob a luz da sustentabilidade, para que haja atividade humana. A área de proteção ambiental é uma área com fauna e flora que deve ser protegida a nível de preservação ou conservação [para que não venha ser confundido os dois].*

**Gráfico 16:** Quantidade de entrevistados que responderam “sim” ou “não” para o questionamento “você sabe o que seria uma Área de Proteção Ambiental?”



**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora.

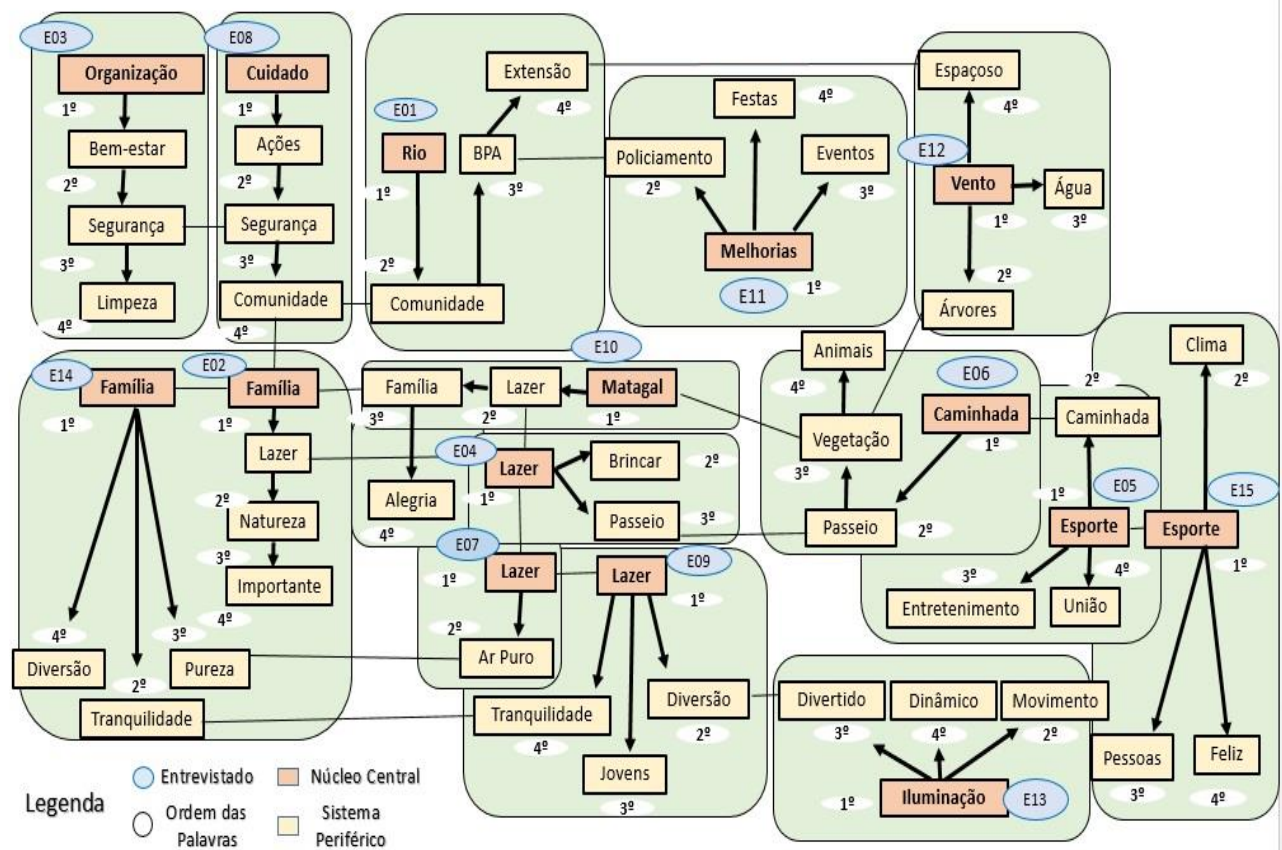
A maioria dos entrevistados reconheceram que não sabem o que é uma Área de Proteção Ambiental (**Gráfico 16**). Embora existam pessoas que desconhecem as APA, todos os participantes da pesquisa consideraram essas áreas como importantes. A maioria associou a importância dessas áreas com a presença de um ar puro no ambiente. Os significados da expressão “ar puro” assumem tanto uma dimensão ecológica quanto psicológica. O ar puro representa a purificação de elementos poluentes do ar através da absorção de dióxido de carbono pelas plantas. Também representa o bem-estar psicológico que as pessoas sentem ao frequentar essas áreas de proteção ambiental. Em geral, os benefícios das áreas de proteção ambiental mencionados foram a presença de um ar puro, clima, bem-estar, tranquilidade, contato com a natureza, saúde, recreação, lazer e vida.



## 5.6 Representações sobre a APA do Itapiracó

Durante a TALP aplicada nesta pesquisa, 57 palavras sobre a APA do Itapiracó foram evocadas pelos 15 participantes, dentre as quais nove pronunciadas por mais de uma vez. O total esperado era de 60 palavras, no entanto E04 não conseguiu pronunciar a última palavra e E07 não mencionou mais duas palavras. As palavras evocadas pelos participantes foram associadas em um fluxograma (**Figura 10**). Essas palavras remeteram às ideias sobre os elementos do ambiente, atividades, sentimentos, problemas, atitudes e benefícios que esta Unidade de Conservação pode proporcionar (**Quadro 16**).

**Figura 10:** Fluxograma de Associação Livre de Palavras (TALP) sobre a APA do Itapiracó



**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora.

**Quadro 16:** Frequência e significações das palavras evocadas sobre a APA do Itapiracó

<b>Técnica de Associação Livre de Palavras</b>										
<b>Significações</b>	<b>Palavras</b>	<b>Frequência Absoluta</b>		<b>Significações</b>	<b>Palavras</b>	<b>Frequência Absoluta</b>				
<b>Elementos</b>	Comunidade	2		<b>Sentimentos</b>	Feliz	1				
	Pessoas	1			Alegria	1				
	Jovens	1			Bem-estar	1				
	Policiamento	1		<b>Problemas</b>		Falta de iluminação	1			
	BPA	1								
	Extensão	1								
	Vegetação	1		<b>Atitudes/ valores</b>		Limpeza	1			
	Matagal	1								
	Árvores	1								
	Animais	1								
	Água	1								
	Rio	1		<b>Benefícios</b>		Lazer	5			
	Vento	1								
	Clima	1								
	Natureza	1								
<b>Atividades</b>	Esporte	2							Família	3
	Caminhada	2								
	Passeio	2								
	Brincar	1								
	Eventos	1								
	Festas	1								
					Tranquilidade	2				
					Segurança	2				
					Diversão	2				
					Divertido	1				
					Entretenimento	1				
					Dinâmico	1				
					Movimento	1				
					União	1				
					Organização	1				
					Espaçoso	1				
					Melhorias	1				
					Ar puro	1				
					Pureza	1				

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora.

A Área de Proteção Ambiental do Itapiracó foi representada socialmente por um conjunto de elementos que caracteriza o local. Essa unidade de conservação corresponde ao ambiente que possibilita o contato das pessoas com a natureza. Neste ambiente há elementos naturais como uma vegetação proveniente do bioma amazônico e o Rio Itapiracó.

Em sua vasta extensão territorial, há pessoas que se movimentam continuamente e deixam o ambiente mais dinâmico. No ambiente arborizado, as pessoas sentem o vento que lhes proporcionam um clima agradável, um ar puro ou uma tranquilidade. Os jovens conversam e as crianças brincam. A área também passa a ser um local de passeio com a família. Para garantir a segurança das pessoas, a área possui policiamento feito pelo Batalhão de Polícia Ambiental (BPA).

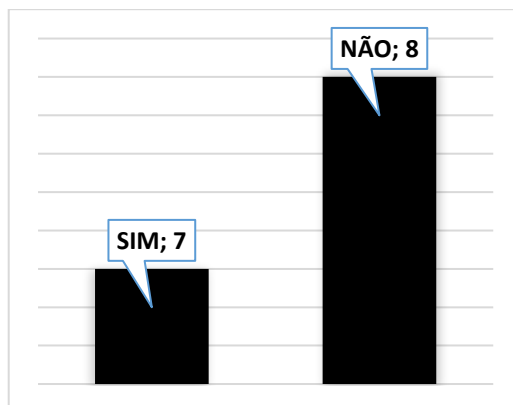
Muitas pessoas frequentam a APA do Itapiracó para realizar atividades tais como esportes e caminhada. Eventos e festas já foram realizadas na área, proporcionando mais lazer à população. De todas as palavras evocadas na TALP, a mais frequente no grupo foi justamente “lazer”. Essa palavra é reforçada pela pronúncia de outros vocábulos tais como “diversão”, “divertido” e “entretenimento”, que apresentam o mesmo domínio semântico.

A Área de Proteção Ambiental do Itapiracó se tornou referência de lazer à população. Ao longo dos anos, a mídia já divulgou inúmeras reportagens jornalísticas que trataram a APA do Itapiracó como área de lazer, com espaços para exercícios físicos tais como caminhada e práticas de esportes. Os próprios indivíduos estabelecem relações recreativas com a área. Tudo isso pode ter refletido na forma como essa unidade conservação é representada pela população.

Durante a técnica de evocação de palavras, apenas o problema de falta de iluminação no complexo do Itapiracó foi pronunciado. A palavra “limpeza” remete ao um ambiente limpo e organizado. Entre inúmeras palavras evocadas, a “comunidade” se destaca. A comunidade local representa a união de moradores do entorno da APA do Itapiracó que está presente continuamente na luta por ações que buscam o cuidado com o ambiente. Para estes indivíduos, a APA do Itapiracó é importante por oferecer um espaço agradável que lhes proporcionam tranquilidade e bem-estar.

Dos 15 entrevistados, a maioria afirmou não conhecer que a área do Itapiracó é uma APA (**Gráfico 17**). Muitos indivíduos desconhecem o real significado da Sigla “APA”. Popularmente, a APA do Itapiracó é conhecida como uma reserva, cujos objetivos não estão claramente definidos para a população.

**Gráfico 17:** Quantidade de entrevistados que responderam “sim” ou “não” para o questionamento “você sabia que a área do Itapiracó é uma APA?”



**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora.

Para alguns, a APA do Itapiracó também indica fonte de renda. Para outros, a área é considerada um local de estudo e pesquisa na busca por conhecer um pouco mais sobre a biodiversidade local. Os participantes da pesquisa também relataram diversas problemáticas na APA do Itapiracó tais como o processo de extinção do rio, o lixo, insegurança, pouca fiscalização, desmatamento, queimadas, tentativa de fuga da fauna, vandalismo, problemas na infraestrutura do complexo e falta de educação das pessoas.

Ao longo do tempo, a APA do Itapiracó vem sofrendo com vários problemas socioambientais. Por estar inserida em uma zona urbana com vários bairros no entorno, a influência humana no local é intensa. Quando esta área passou a ser considerada APA, o processo de expansão urbana já estava de certa forma consolidado. Ao tratar sobre o plano diretor de São Luís, Brito (2009) considera um contrassenso a delimitação de áreas de caráter ambiental, uma vez que essas áreas com destaque à APA do Itapiracó se encontram densamente povoadas.

O crescimento urbano acabou avançando rumo ao interior dessa área protegida legalmente. A imprensa local (TV BRASIL, 2015) já constatou por exemplo a presença de muros muito próximos às margens do Rio Itapiracó. A poluição do Rio Itapiracó é uma problemática que há anos está sendo discutida e ainda não foi nem um pouco solucionada. Durante muito tempo, o Rio Itapiracó era utilizado para banho e lazer de visitantes. Em entrevista à TV Brasil no ano de 2015, um profissional em Saneamento Ambiental falou da situação desse rio na época:

O Rio Itapiracó hoje ele é de classe 2. Isso significa que o rio pode ser recuperado. Ele tem alguns trechos em que a classe é 4. Isso significa que as águas não podem ser utilizadas para nenhum outro fim útil, ou seja, recreação, abastecimento, mesmo com o sistema de tratamento bastante avançado.

Se em 2015 a situação estava alarmante, três anos depois a situação é muito mais preocupante. O Rio Itapiracó não apenas deixa de ser um local prazeroso aos visitantes e moradores, como passa a oferecer um risco de contaminação aos animais sobreviventes da área. O lançamento de esgotos e a deposição de lixo ao longo desses anos tornou a água imprópria ao uso (**Figura 11**). Os pesquisadores Torres, Sousa e Costa (2017) registraram a descarga de efluentes e o processo de assoreamento do canal desse riacho que resultam em um impacto no meio físico e biótico da APA.

**Figura 11:** Poluição do Rio Itapiracó



**Fonte:** SOUZA (2011); UEMA (2016); TORRES; SOUSA; COSTA (2017).

O entrevistado E01 mencionou “a quase extinção do rio, senão deve ter dois por cento dele existente” como preocupante problemática na APA do Itapiracó. A principal causa para a possível extinção do Rio Itapiracó corresponde a deposição de lixo, tal como o entrevistado E07 considerou em seu discurso “É mais a questão do lixo, o rio que está morrendo justamente por causa do lixo”. O lixo é uma problemática pertinente (**Figura 12**). O entrevistado E08 contou sobre a presença de um lixão nas proximidades da APA do Itapiracó:

*Semana passada, eu passei lá e tinha bastante lixo. Mas essa área não é cercada. Aí o pessoal joga lixo. Por isso que estávamos lutando para cercar até aqui assim, para inibir um pouco de jogarem lixo. Vem é caminhão com lixo para jogar ali.*

O esgoto e a deposição de lixo proveniente do entorno da APA do Itapiracó acabam afetando diretamente a fauna, prejudicando os animais que vivem na região e dependem desse



recurso hídrico para a sobrevivência. Os materiais não biodegradáveis como os plásticos podem reduzir a capacidade de retenção de oxigênio na água, provocando a morte de peixes e outros animais aquáticos. Os animais terrestres também sofrem com o esgoto e o lixo a céu aberto, pois estão suscetíveis a contaminação por ingestão da água ou dos materiais poluentes.

A presença de lixo na região não afeta apenas os recursos hídricos e a fauna local, como também a própria população humana residente. O acúmulo de resíduos sólidos em diversas localidades da área gera pontos propícios para a proliferação de vetores e agentes patogênicos como mosquitos, vermes e bactérias que podem gerar problemas de saúde pública. Os odores indesejáveis de um lixo a céu aberto, resultantes da liberação de gases gerados pela decomposição da matéria orgânica, também podem interferir na qualidade de vida de quem mora nas proximidades.

**Figura 12:** Lixo no Entorno da APA do Itapiracó - Parque Vitória e Terra livre.



Fonte: ADECOI e Registro da Pesquisa.

Para o entrevistado E06, o problema do lixo decorre da pouca fiscalização. Este pesquisado falou “*Aí, o pessoal coloca lixo. Se tivesse um posto bem aqui de frente pra avenida, ninguém colocaria lixo, entendeu?*”. A presença de um posto policial que ficasse mais próximo da avenida foi uma sugestão do indivíduo, que reconhece o problema do lixo como resultante

do pouco policiamento, como ele complementa: *“O problema daqui é ter um pouco mais de policiamento. Tem carros do BPA aí (...), mas acho que passa muito pouco”*. O entrevistado E08 considerou que esse ambiente pouco fiscalizado resulta em pouca segurança para as pessoas. Com a pouca fiscalização e violência como pode ser evidenciado em sua fala:

No caso assim, em termos de mais fiscalização (...) Pelo meu conhecimento, pelo o que eu vejo ali...que muitas pessoas jovens, crianças e tudo, tem pouca fiscalização. Não é um lugar muito seguro (...) porque já deve ter várias monstras [assaltos] ali pelo que eu saiba.

A questão da violência foi o único problema mencionado pelo entrevistado E04, que tratou em seu discurso sobre a presença de “malandros”. Para E04, *“Lá o único problema que tem é malandro, um bocado de gente assim – malandra – lá que a gente olha assim desconfiada. Tem um bocado de tipo de gente, mas desde que não mexa, tudo bem.”*

Essas pessoas ditas “malandras” são as possíveis causadoras do vandalismo que gera problemas na infraestrutura do complexo da APA do Itapiracó. O entrevistado E15 mencionou sobre a pouca segurança e indicou o ambiente com pouca iluminação durante o período noturno no complexo. O entrevistado E02 relatou *“E agora estão andando uns vandalozinhos aí.”* O entrevistado E12 também verificou o vandalismo nas placas da pista de corrida do complexo. Em seu discurso, afirmou *“Vandalismo eu vejo nas placas, porque tem umas placas que indicam 200 metros, 400 metros, 600 metros e tem umas que estão trocadas...tem outras que nem tem mais.”* O vandalismo também foi retratado no discurso do entrevistado E10:

*Vi quebrarem uma vez metade da quadra, suspendendo. Aí, eles começaram a chutar até suspender mais um pouco a tela. Aí fui lá, e falei pra eles. Eles disseram “ah, não sabia que você era mulher (...)” e eu disse “eu não sou mulher (...), mas Estou aqui porque aqui é bom para nosso todo, isso aqui é pra nós (...) Não estão gostando porquê estou aqui? Então parem.*

O vandalismo não foi percebido por todos. O entrevistado E14 focou na problemática no lixo e na falta de educação das pessoas, ao afirmar que *“O único problema são as pessoas que não cuidam daqui, mas fora isso é incrível (...) Vandalismo não vi não, mas sujeira bastante”*. O entrevistado E13 considerou o ambiente bem supervisionado e sem vandalismo. As problemáticas se centraram também no lixo e na falta de educação. Em seu discurso, afirmou:

*A falta de iluminação mesmo. E também a própria educação das pessoas porque eu vejo muito lixo jogado no chão aqui na APA. Esses foram os problemas que mais se destacaram. Mas eu não notei vandalismo e acho bem supervisionado. De vez em quando vem polícia aqui e eles dão uma rondada. Eu acho que só isso que pude notar.*

A falta de iluminação mencionada não se refere exatamente à ausência de luz, mas à pouca iluminação no local durante o período noturno. Na concepção do entrevistado E13, essa

pouca iluminação não seria resultante do vandalismo. O entrevistado E02 também fala sobre a falta de iluminação e explica:

*Só as luzes, o poste, a falta de iluminação. Aí uma vez, fui pro parquinho, tava de noite e escuro. Eles arrumaram as luzes, mas ligeiro queima (...). Diz que no parquinho é porque falta o refletor e a lâmpada não pega por causa das árvores que é extremamente baixa. Aí tem que ter um refletor. Logo, eles preferiram deixar mais árvores aqui do que lá em cima. Eles derrubaram muito...muito pé de caju mesmo.*

O desmatamento é explicado quando ele trata da derrubada de cajueiros para implantação de postes de iluminação. O desmatamento também foi evidenciado pelo entrevistado E08 que se referiu ao corte das árvores. Segundo o relato, a madeira é depositada em um lixão que está localizado dentro da APA do Itapiracó. O resto de entulho é queimado, indicando a presença de queimadas. O entrevistado E08 fala em “tocar fogo” e “queimar entulho”:

*Pessoas jogam lixo, tocam fogo, corta a madeira (...) Tocam, às vezes tocam. Eles queimam e colocam resto de entulho. Também tem muito lixo dentro da reserva. Pode passar bem nessa parte ali que tem um monte de lixo lá. Cortam as árvores e jogam lá. Tem até resto de sofá.*

A queima do lixo também afeta o ecossistema porque libera gases que possuem uma participação efetiva no efeito estufa como o dióxido de carbono. Registros na literatura (BITTENCOURT et al. 2012; TORRES, SOUSA, COSTA, 2017) citam também a queima da madeira e focos de incêndio na vegetação. A queima da madeira e dos resíduos sólidos altera o solo, destrói a flora, afugenta os seres vivos que vivem no local, reduz a biodiversidade e libera gases poluentes.

A retirada da cobertura vegetal implica em uma série de mudanças no ecossistema. Sem abrigo e fonte de alimentação, muitos animais passam a se deslocar para outras regiões. Os animais que não conseguem se adaptar a nova realidade, não sobrevivem em um ambiente que não oferece mais as condições necessárias. Assim, o desmatamento também gera uma perda da biodiversidade, afetando a existência de todos os seres vivos que se encontram no local.

O desmatamento e as queimadas geram consequências ao ecossistema tais como a tentativa de fuga da fauna. Este impacto negativo foi mencionado pelo entrevistado E01. A extração de plantas do habitat pode alterar a temperatura do ambiente, causando uma sensação térmica de calor para as pessoas. Isso ocorre porque as plantas realizam processos bioquímicos como a fotossíntese que permite a absorção de moléculas de dióxido de carbono a fim de produzir glicose e disponibiliza mais oxigênio para atmosfera como subproduto.

Com a revitalização da APA do Itapiracó, as problemáticas do desmatamento e da impermeabilização do solo se intensificaram. Para a construção de praças, trilhas, pistas de



caminhada e instalação de equipamentos de ginástica, houve o desmatamento. A impermeabilização do solo ocorre principalmente por conta do asfaltamento. O uso de materiais que impedem a absorção da água no solo afeta a vegetação existente. As raízes das plantas precisam retirar água do solo para a realização de processos bioquímicos que possibilitam o crescimento e desenvolvimento vegetal. Com o asfaltamento e o calçamento, o solo não consegue absorver mais água de modo eficiente pois uma capa impermeável o envolve. O entrevistado E01 questionou sobre a necessidade de asfaltamento na área de proteção ambiental e sugeriu o uso de bloquetes:

*O próprio Itapiracó, a construção do complexo do Itapiracó é um exemplo dessas ações prejudiciais. A impermeabilização do solo, onde já se viu? Asfaltar um complexo...asfaltar uma reserva...cortar ela no meio e asfaltar. Por que não o uso de bloquetes? Que evitam essa impermeabilização, que faz com que a água passe? Em barreirinhas está sendo usado isso, a pista de bloquete. Mas não – foi feito o uso do asfalto. Calçadas de cimento e por que não bloquete? Por que não outro meio? Hoje já existe outras formas, mas é caro. Ou não sei quais são os interesses deles por trás. Mas esses são os piores, os mais gritantes que você chega e olha. Não precisa ser ambientalista não. É você chegar em uma reserva e se perguntar o que é isso? Asfalto? Cimento? Estão impermeabilizando o solo e várias plantas morreram... várias, diversas.*

Em algumas localidades da APA onde não há asfaltamento como playgrounds e campos de futevôlei, as gramíneas foram retiradas para as práticas de determinados esportes ou atividades de lazer. Em substituição, foram colocadas uma areia de coloração clara, pedregosa e possivelmente com pouca fertilidade. Em época de chuva, observa-se pontos de alagamento, o que dificulta o uso desses espaços pelas pessoas.

O entrevistado E03 considerou o ambiente limpo e organizado, tal como apresentado em sua fala “A limpeza tá muito bem. Tem uma equipe que limpa, tem um lugar pra gente colocar lixo, eu acho importante isso aí.” O único problema relatado por este morador implicou na questão da infraestrutura. O entrevistado E03 falou:

*Ah, o nosso campo aqui é um problema, porque (...) era um campo de grama, né. E botaram essa areia que não ficou legal. Tiraram a grama e botaram barro. É um problema (...) que a gente reclama por aí...e era pra ser grama, né. De repente eles mudaram. E essa areia também não é de qualidade que se joga.*

A substituição da grama por areia no campo foi considerada como uma problemática. O campo de areia gerou desconforto para alguns moradores que utilizam o espaço para a prática de esportes. Outro morador relatou um problema semelhante naquele espaço. Contudo, o problema está associado à presença de uma areia de má qualidade que atrapalha a dinâmica dos jogos. O entrevistado E05 considerou a quadra repleta de pedras que podem machucar os visitantes: “A gente vê muito naquela quadra de esporte que tá cheia de pedra, na

*quadra de areia, que era de ser de areia, mas tem muita pedra. Várias vezes, não só eu, mas várias pessoas se machucaram”.*

O entrevistado E12 considerou a APA do Itapiracó organizada, mas sem acessibilidade adequada para as pessoas com deficiência e sem a presença de um guia para acompanhamento nas trilhas. Este morador afirmou:

*Eu acho...bem que tem uma rampa no início mas eu não sei dizer se ela própria totalmente nos quesitos das pessoas que são deficientes, por exemplo, entendeu? Já vi umas rampas...mas me questiono sobre a questão da acessibilidade. Lá também dá pra fazer trilha mas eu não sei como se faz trilha lá...eu nunca fui e fico morrendo de medo porque lá é só mato né...é só tu entrar na trilha, mas nada dizendo e também não tem guia. Aí a gente não vai, a gente não faz trilha. Mas não vejo assim problemas...eu acho que lá tá muito bonitinho, muito organizadinho. Por enquanto, ninguém nunca mexeu. Os aparelhos estão tudo funcionando.*

Após a revitalização, foram construídas algumas trilhas. No entanto, não foram introduzidas a essas trilhas um caráter educativo com a presença de um guia que pudesse falar aos visitantes sobre os elementos do ambiente e sua importância. Neste sentido, as trilhas passam a ser apenas caminhos abertos na vegetação para o trânsito de pessoas. Assim, problemáticas como o desmatamento, impermeabilização do solo, trilhas sem guia e pontos de alagamentos também foram mencionados na pesquisa (**Figura 13**).

**Figura 13:** Outras problemáticas Socioambientais



**Fonte:** Registros da pesquisadora; ADECOI (2018); TORRES, SOUSA, COSTA (2017).

A literatura (MAFRA; LIMA; DINIZ, 2010; BITTENCOURT et al. 2012; PINHEIRO; TEIXEIRA; CALDAS, 2014; PANTOJA, 2017; BAYMA, 2017; TORRES;

SOUSA; COSTA, 2017) registra e discute essas problemáticas pertinentes. Isso mostra que tais problemas socioambientais têm ocorrido ao longo dos anos, afetando o ecossistema gradativamente.

Recentemente, uma outra situação problemática passou a ganhar destaque como fator preocupante na luta pela conservação da APA do Itapiracó. Em fevereiro de 2018, uma placa anunciava a venda de lotes na Avenida Joaquim Mochel, em região próxima à APA (**Figura 14**). O local anunciado estava inserido na presente Unidade de Conservação, o que gerava questionamentos sobre o título e o poder de propriedade dessas terras.

A venda de lotes representa uma ameaça à APA, pois fragmenta a área em prol de um sistema puramente capitalista. Na medida em que as terras passam a ser tratadas como uma propriedade privada, o seu uso torna cada vez mais fundamentado no sistema capitalista de compra, venda e lucratividade. O suposto proprietário passa a ter direito de construir prédios e casas, aumentando a ocupação humana e outras problemáticas tais como o desmatamento. Diante da presente situação, o responsável pela tentativa de vendas de lotes alegou ter documentos oficiais da união que fundamentam a utilização do solo. Ao se identificar para a unidade gestora da APA, a pessoa se apresentou como representante de uma empresa de engenharia. Esse representante mostrou alguns documentos, mas não o suficiente para comprovar sua posse diante das terras. Com isso, a venda foi embargada temporariamente, conforme informações dadas em audiência pública do dia 17 de março de 2018.

**Figura 14:** Placa de Venda de lotes na APA do Itapiracó



**Fonte:** ADECOI (2018).

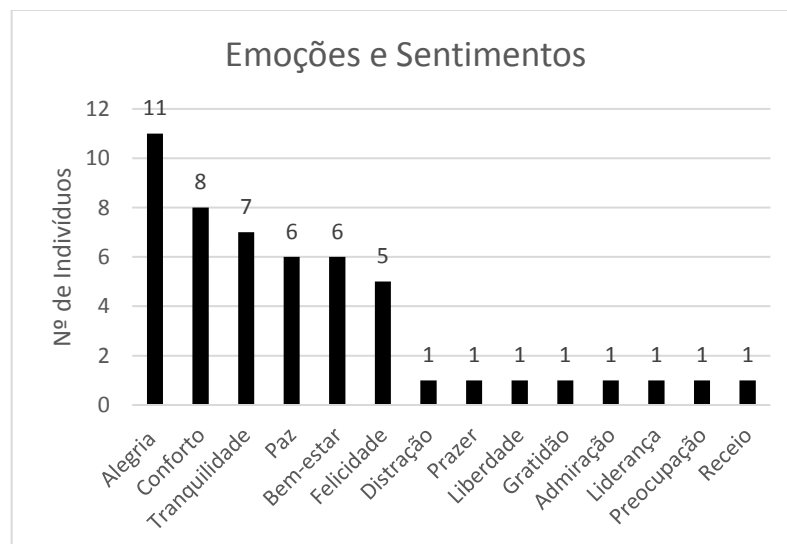
**Quadro 17:** Problemáticas socioambientais da APA do Itapiracó, que foram mencionadas pelos participantes da pesquisa

Problemáticas Socioambientais da APA do Itapiracó	
<p><b>Infraestrutura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pouca iluminação</li> <li>- Vandalismo</li> <li>- Campo de areia</li> <li>- Quadra de esporte cheia de pedra</li> <li>- Trilhas sem guias</li> <li>- Falta de Acessibilidade adequada para as pessoas deficientes</li> <li>- Asfaltamento</li> </ul> <p><b>Educação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de educação</li> <li>- Falta de conscientização das pessoas</li> </ul>	<p><b>Ambiente Natural</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Extinção do rio</li> <li>- Tentativa de fuga da fauna</li> <li>- Impermeabilização do solo</li> <li>- Desmatamento</li> <li>- Queimadas</li> </ul> <p><b>Sociedade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Lixo</li> <li>- Pouca fiscalização</li> <li>- Falta de segurança</li> <li>- Violência</li> <li>- Falta de sinalização no tráfego</li> <li>- Falta de políticas voltadas para vendedores ambulantes</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora.

É possível notar que existe uma relação de pertencimento e reconhecimento sobre a importância dessa área para a vida dessas pessoas sob os aspectos individuais e coletivos. A relação de pertencimento se estabelece quando os indivíduos se identificam com o local e criam representações positivas sobre o ambiente. A APA do Itapiracó ganha atributos de uma mãe que protege e acolhe seus filhos. Essa unidade de conservação representa um espaço de lazer para praticar esporte e caminhada, a busca por uma vida saudável, um local de reunião familiar, um lugar agradável de paz interior e reflexão. Boas sensações são atribuídas à APA do Itapiracó tais como alegria, paz, conforto, tranquilidade, felicidade e bem-estar (**Gráfico 18**).

**Gráfico 18:** emoções e sentimentos dos participantes da pesquisa



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, 15 moradores dos bairros Ipem Turu, Cohab Anil, Cohatrac, Parque Vitória, Matões Turu, Canudos e Terra Livre foram selecionados aleatoriamente. Dos 15 moradores, oito mulheres e sete homens com faixa etária entre 20 e 69 anos responderam o formulário socioeconômico e participaram da entrevista. Com base na análise do formulário socioeconômico, a maioria dos entrevistados constituíram famílias e convivem com o (a) companheiro (a) e filhos na mesma residência. Em média, vivem quatro a sete pessoas por moradia. Há aproximadamente 20 anos de permanência desses moradores na área. A maioria dos entrevistados estudaram em escola pública, concluíram o ensino médio, trabalham e ganham um a três salários mínimos.

Durante a TALP, os 15 participantes evocaram 59 palavras sobre meio ambiente, dentre as quais 12 pronunciadas por mais de uma vez. As palavras remeteram às ideias sobre os elementos do ambiente, benefícios, lugares, sentimentos, problemas e atitudes. O meio ambiente representa a vida com tudo que está a sua volta, incluindo plantas, animais e as pessoas da comunidade. O ambiente pode ser natural ou construído. O “ar puro” possui uma dupla significação, podendo estar no seu sentido ecológico ou psicológico. De todas as palavras pronunciadas, a mais frequente no grupo foi a “preservação”. Preserva-se com a ideia de que é necessário proteger, estabelecendo uma relação sustentável com o ambiente.

As representações de meio ambiente variam dentro do grupo em perspectivas tradicionais, pragmáticas e críticas. Visto a complexidade e individualidade de cada entrevistado, a presença de duas ou mais visões podem estar presentes em fragmentos distintos de um mesmo discurso. A partir da análise crítica do discurso sobre as noções de ambiente, é possível perceber distintas visões sobre o ambiente representado socialmente. Na visão naturalística, preserva-se as florestas no sentido de proteção a um ambiente natural distante, visto que os moradores consideram o ambiente como parte da natureza, onde se encontra a vida dos seres vivos como os animais e as árvores.

Na perspectiva tradicional, o ambiente representado possui árvores que fornecem o “ar puro”. A visão predominante neste grupo correspondeu ao antropocentrismo, que relacionou o ambiente com o espaço que fornece benefícios aos seres humanos como o ar puro, a promoção da saúde, a qualidade de vida e o equilíbrio. Na perspectiva pragmática, o foco está nos problemas como o lixo e nas ações em busca de soluções como a limpeza. Valores e sentimentos dos indivíduos foram inclusos nos discursos tais como o cuidado, proteção e amor pela natureza. O ambiente também representa o meio de vida, compondo o cotidiano das

peessoas. O meio ambiente está presente na relação com a família e no convívio com as outras pessoas. Na perspectiva crítica, o meio ambiente pode assumir diversas formas possíveis. A visão holística permite um olhar amplo sobre o que o ambiente representa, podendo abordar seu sentido etimológico, geográfico ou biológico. O meio ambiente passa a ser tratado como “onipresente”.

Os entrevistados confirmaram a existência de ações humanas prejudiciais ao ambiente. As principais problemáticas seriam causadas pelos próprios seres humanos. Ao longo das entrevistas, diversas problemáticas socioambientais foram apontadas, dentre as quais o desmatamento, as queimadas, a deposição do lixo, a impermeabilização do solo, a caça ilegal, o consumismo desenfreado, etc. A questão do lixo foi a problemática socioambiental mais discutida. Problemas na infraestrutura da cidade, na educação, na saúde e na sociedade em geral foram mencionados pelos participantes da pesquisa.

Em relação às noções sobre as áreas de proteção ambiental, a maioria dos entrevistados elaborou uma definição distorcida e/ou limitada. As APA foram associadas a lugares limpos e organizados com espaços de esporte e lazer. Essas áreas também representam o ambiente que precisa ser cuidado, onde não se pode desmatar e nem jogar lixo no chão. Alguns mencionaram que não conhecem a definição das Áreas de Proteção Ambiental, uma vez que em nenhum momento da vida desses moradores parece ter sido claramente explicada.

Embora existam pessoas que não saibam defini-las claramente, todos os participantes da pesquisa consideraram as Áreas de Proteção Ambiental como importantes. A maioria associou a importância dessas áreas com a presença de um ar puro no ambiente. Em geral, os benefícios das Áreas de Proteção Ambiental mencionados foram a presença de um ar puro, clima, bem-estar, tranquilidade, contato com a natureza, saúde, recreação, lazer e vida.

Em relação à APA do Itapiracó, os entrevistados evocaram 57 palavras específicas, dentre as quais nove foram pronunciadas por mais de uma vez. As palavras remeteram às ideias sobre os elementos do ambiente, atividades, sentimentos, problemas, atitudes e benefícios que esta Unidade de Conservação pode proporcionar. Dos 15 entrevistados, a maioria afirmou não conhecer que a área do Itapiracó é uma APA. A APA do Itapiracó foi considerada de suma importância por ser o principal ponto que valoriza toda a região, incentivando o turismo e o lazer, indicando um espaço para fazer caminhada, praticar esportes, se reunir com a família e passear com os amigos.

Entre os diversos benefícios da APA do Itapiracó, o lazer foi o mais mencionado no grupo de moradores entrevistados. Diversas problemáticas nessa localidade foram relatadas pelos participantes, dentre as quais a deposição do lixo dentro da área e nas proximidades, a

degradação do Rio Itapiracó, a tentativa de fuga da fauna, desmatamento, queimadas e impermeabilização do solo pelo asfaltamento. Problemas na infraestrutura do complexo da APA do Itapiracó como a falta de acessibilidade, a pouca iluminação durante o período noturno e o vandalismo também foram mencionados nos discursos.

A APA do Itapiracó é considerada importante para os moradores, havendo uma relação de pertencimento com a área. Para os entrevistados, essa área representa um espaço de lazer para praticar esporte e caminhada, a busca por uma vida saudável, um local de reunião familiar, um lugar agradável de paz interior e reflexão. A alegria, paz, conforto, tranquilidade, felicidade e bem-estar são atribuídas à essa Unidade de Conservação.

A educação possui um papel transformador na formação de pessoas, incentivando o pensamento mais reflexivo e crítico sobre as coisas. Com a educação, as pessoas possuem a oportunidade de conhecer e atuar criticamente sobre os diversos fenômenos da vida. A implementação de projetos de EA que atuem com a comunidade local podem reforçar a relação de pertencimento, incentivar o pensamento crítico na busca de soluções às problemáticas socioambientais e gerar atitudes inovadoras à proteção do meio ambiente.

## REFERÊNCIAS

- ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A.S.P.; OLIVEIRA, D. C. (Org). **Estudos Interdisciplinares de representação social**. Ed.2. Goiânia: AB, 2000, p.27-37.
- AB' SÁBER, A. N. Províncias Geológicas e Domínios morfoclimáticos no Brasil. **Geomorfologia**. São Paulo, n.20, p. 1-26, 1970.
- ALCÂNTARA, E. dos S. **Representações Sociais de Meio Ambiente, Educação Ambiental e Gestão de Áreas Protegidas de gestores e técnicos de Parques Urbanos na Cidade de Salvador, Bahia, Brasil**. 2008. 122f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Biomonitoramento) – Instituto de Biologia, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2008.
- ARRUDA, A. (org.) **Representando a alteridade**. Petrópolis/RJ: Vozes. 2. ed. 164p. 2002.
- BARBOSA, R. T. Z. **As seis dimensões da Sustentabilidade como abordagem para recomendações para a habitação unifamiliar baseadas nas diretrizes do selo casa azul**. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2013.
- BAYMA, J. D. et al. Expansão Urbana em Áreas de Proteção Ambiental: Um estudo sobre os conflitos socioambientais na cidade de São Luís – MA. In: CONGRESO ALAS URUGUAI 2017, 21, 2017, Montevideu. **Las encrucijadas abiertas de America Latina: la sociología en tiempos de cambio**. Montevideu, 2017, p.1-19.
- BECK, A. **Armandinho & a Natureza**. 2013. Disponível em: < <https://cantinholiterariososriosdobrasil.wordpress.com/2013/04/02/armandinho-a-natureza-tirinha-de-alexandre-beck/> > Acesso em: 15 abr. 2018
- BIRNFELD, L. F. H; BIRNFELD, C. A. H. Do amplo conceito de meio ambiente ao meio ambiente como direito fundamental. **RIDB – Revista do Instituto do Direito Brasileiro**. Ano 2. n.3. p.1705-1717. 2013.
- BITTENCOURT, C. R. et al. Levantamento dos Impactos Ambientais Antrópicos na APA do Itapiracó em São Luís do Maranhão. In: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 7, 2012, Palmas, TO. **Anais...** Palmas: CONNEPI, 2012, p.1-5.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil** [Recurso Eletrônico]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017. 518 p. Atualizada até a EC n.97/2017. ISBN: 978-85-61435-84-4. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf> > Acesso em: 08 mar. 2018.
- BRASIL. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal que com este baixa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1. p.2882. 9 fev.1934. Legislação Informatizada da Câmara dos Deputados. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23793-23-janeiro-1934-498279-publicacaooriginal-78167-pe.html> > Acesso em: 02 mar. 2018.



BRASIL. Decreto-lei nº 289, de 28 de janeiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 2465. 28 fev. 1967. Legislação Informatizada da Câmara dos Deputados. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-289-28-janeiro-1967-376825-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em: 03 mar. 2018.

BRASIL. Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973. Cria no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p.11024, 30 out. 1973. Legislação Informatizada da Câmara dos Deputados. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73030-30-outubro-1973-421650-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em: 04 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p.276, 7 jan.1953. Legislação Informatizada da Câmara dos Deputados. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-norma-pl.html> > Acesso em: 24 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p.9529, 16 set.1969. Legislação Informatizada da Câmara dos Deputados. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-norma-actualizada-pl.pdf> > Acesso em: 03 mar.2018.

BRASIL. Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967a. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p.177, 5 jan. 1967. Legislação Informatizada da Câmara dos Deputados. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5197-3-janeiro-1967-364679-publicacaooriginal-1-pl.html> > Acesso em: 03 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981a. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p.7557, 28 abr. 1981. Centro de Documentação e Informação. Câmara dos Deputados. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6902-27-abril-1981-371587-norma-actualizada-pl.pdf> > Acesso em: 05 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981b. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 16.509, 2 set. 1981. Legislação Informatizada da Câmara dos Deputados. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6938-31-agosto-1981-366135-norma-pl.html>> Acesso em: 09 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o Art.225, § 1º, Inciso I, II, III, VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Ministério do Meio Ambiente**, Brasília, DF, 6º ed., 57 p. 2006. Disponível em: < <http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2014/10/SNUC-LEI-N-9-985-DE-18-DE-JULHO-DE-2000-livro.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção nativa, altera as leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393 de 19 de novembro de 1996, e 11.428 de 22 de dezembro de 2006, revoga as leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7764 de 14 de abril

de 1989 e medida provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p.1, 28 mai. 2012. Disponível em: < [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2012.651-2012?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.651-2012?OpenDocument) > Acesso em: 9 mar. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC (2018)**. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc> > Acesso em: 28 mai. 2018.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 28, de 7 de dezembro de 1994. Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da mata atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Alagoas. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p.21348-21349, nº 348, 30 dez. 1994. Disponível em: < [http://www.mma.gov.br/estruturas/202/arquivos/conama\\_res\\_cons\\_1994\\_028\\_estgios\\_sucesionais\\_de\\_florestas\\_al\\_202.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/202/arquivos/conama_res_cons_1994_028_estgios_sucesionais_de_florestas_al_202.pdf) > Acesso em: 20 mar.2018.

CAES, V. A Concepção de Indivíduo Segundo Kierkegaard. In: Seminário de Pós-graduação em Filosofia da UFSCar, 7, 2011. Paraná. **Anais...Paraná: UFSCar**. 2011. p.437-446. Disponível em: < <http://docplayer.com.br/68034664-A-concepcao-de-individuo-segundo-kierkegaard.html> > Acesso em: 02 jan. 2018.

CARNEIRO, T.R.A. **Faixas Salariais x Classe Social - Qual a sua classe social?** 9 jan.2018. Disponível em: < <https://thiagorodrigo.com.br/artigo/faixas-salariais-classe-social-abep-ibge/> > Acesso em: 12 abr. 2018.

CARVALHO, L.B de. **Minidicionário Larousse da Língua Portuguesa**. São Paulo: Larousse do Brasil. Ed.3. 2009.

CARVALHO, M.L; GONÇALVES, L, G. **Pulmão Verde**. 15 abr. 2008. Disponível em: < [toquesocial.blogspot.com.br/2008/04/pulmao-venda.html](http://toquesocial.blogspot.com.br/2008/04/pulmao-venda.html) > Acesso em: 03 mai. 2018.

CHAUÍ, M. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. 9ª reimp. ed.2. v.13. 2008.

CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. 2.ed. Tradução de *Our Common Future*. Ed.1.1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1991.

COELHO, A. **De que Classe Social você faz parte?** 22 nov.2017. Disponível em: < <http://maisrecursos.com.br/classe-social-voce-parte/> > Acesso em: 12 abr.2018.

COIMBRA, J. de. A. A. **O outro lado do meio ambiente**. Campinas: Editora Millennium, 2002.

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução nº 306, de 5 de julho de 2002. Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para a realização de auditorias ambientais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília – DF. Publicada no DOU nº138, de 19 de julho de 2002, seção 1, p.75-76. Alterada pela resolução nº381/06. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=306> > Acesso em: 13 fev. 2018.

COSTA, D. D. S. et. al. Impactos Ambientais na Micro bacia do rio Itapiracó, São José de Ribamar – MA. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA, 6, 2006, Goiânia, **Geomorfologia Tropical e Subtropical: processos, métodos e técnicas**. Goiânia: LABOGEF – IESA - UFG, 2006. Disponível em: < <http://www.labogef.iesa.ufg.br/links/sinageo/articles/183.pdf> > Acesso: 20 mar.2018.

COSTA, K.V da. **Cosmovisões da Natureza: Um estudo sobre as Representações Sociais de Natureza envolvidas na proteção da Lagoa de Cima – Campo dos Goytacases – RJ**. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ. 2008.

DURAN, M. C. G. Metodologias de Estudo em Representações Sociais: o papel dos incidentes críticos. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EDUCERE, 11., 2013, Paraná. **Anais...Paraná: UMESP**, p.7094-7103, 2013.

DURKHEIM, E. **As regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EMBRAPA. **Relatório do Diagnóstico do Macrozoneamento Ecológico-econômico do Estado do Maranhão**. São Paulo: Embrapa. Produto 3, v.2, 324 p. Campinas, SP, 2013.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: UNB, 2008.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UECE, 2002.

FRANCO, M. L. P. B. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. **Cadernos de Pesquisa**, v.34.n.121.p.169-186, jan./abr.2004.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2009.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. Ed.4. São Paulo: Atlas, 2007.

GRANDE, M.D; MESSIAS, R.A. **Queimadas Urbanas: Danos Ambientais e Sociais: Estudo de Caso – a cidade de São Carlos**. 2004. 55 f. Laboratório de Química Ambiental, Instituto de Química de São Carlos, Universidade de São Paulo, jul./abr. 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: IBGE. Ed.2. 2004.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, n.37, 147 p, 2017. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf> > Acesso em: 12 abr.2018.

IDEIA. **Dossiê Verde – Comunicação e Sustentabilidade**. 2014. Disponível em: < [cdn.ideiasustentavel.com.br/wp-content/uploads/2014/01/Dossiê-2.jpg](http://cdn.ideiasustentavel.com.br/wp-content/uploads/2014/01/Dossiê-2.jpg) > Acesso em: 03 mai. 2018.

JESUS, De. Laudo mostra três pontos impróprios em praias da ilha. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 13 jan. 2017. Disponível em: < [imirante.com/mobile/oestadoma/niticias/2017/laudo-mostra-tres-pontos-improprios-em-praias-da-ilha.shtml](http://imirante.com/mobile/oestadoma/niticias/2017/laudo-mostra-tres-pontos-improprios-em-praias-da-ilha.shtml) > Acesso em: 04 mai. 2018.

JODELET, D. (org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

JODELET, D. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

MAFRA, G.A; LIMA, R.E; DINIZ, J.S. Impactos Socioambientais decorrentes do processo de urbanização sofridos pela Área de Proteção Ambiental do Itapiracó, São Luís – MA. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16, Porto Alegre. **Anais Crise, Práxis e Autonomia**. Porto Alegre: AGB, p.1-9, 2010.

MARANHÃO. Lei Estadual nº 5.405, de 08 de abril de 1992. Institui o Código de Proteção do Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente e o uso adequado dos recursos naturais do Estado do Maranhão. **Secretaria de Transparência e Controle** – Governo do Maranhão. Disponível em: < <http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=1823> > Acesso: 09 mar. 2018.

MARANHÃO. Decreto nº 15.618, de 23 de junho de 1997. Cria a Área de Proteção Ambiental do Itapiracó e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**. Ano XCI, nº121. 26 jun. 1997. Disponível em: < [https://documentacao.socioambiental.org/ato\\_normativo/UC/308\\_20100823\\_160320.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/308_20100823_160320.pdf) > Acesso em: 15 jun. 2017.

MARANHÃO. Portaria nº 0129, de 14 de dezembro de 2017. Disciplina o funcionamento, utilização e gestão do Complexo Ambiental da Área de Proteção Ambiental – APA do Itapiracó e dá outras providências. **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA**. Disponível em: < <http://www.sema.ma.gov.br/fckeditor/userfiles/file/Portaria%20%20%20Complexo%20Ambiental%20APA%20Itapirac%C3%B3.pdf> > Acesso em: 09 mar. 2018.

MARQUES, C.A. **Dicionário Histórico-geográfico da Província do Maranhão**. Ed.3. São Luís: Edições Academia Maranhense de Letras. 2008.

MATOS, H.R.C. **Análise Toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís/MA**. 2014. 347 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

MAZZOTTI, A. J. A. A abordagem estrutural das Representações Sociais. **Psicologia da Educação**. São Paulo, PUC/SP, n.14/15, p.17-37, 2002.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**. Rio de Janeiro, v. IX, n.1, p.41-64, jan./jun.2006

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MMA. **Convenção sobre Diversidade Biológica**. Brasília, DF, Série Biodiversidade, n.1. 2000. Disponível em: < [http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf\\_dpg/arquivos/cdbport.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dpg/arquivos/cdbport.pdf) > Acesso em: 24 mar. 2018.

MODERI. **Movimento em Defesa da APA do Itapiracó**. 2010. Disponível em: < <http://moderi.blogspot.com.br/2010/03/> > Acesso em: 30 mar. 2018.

MONTIBELLER FILHO, G. M. Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável: Conceitos e Princípios. **Textos de Economia**, Florianópolis, v.4, n.1, p.131-142. 1993.

MORAES, P.R. et al. **A teoria das Representações Sociais**. São Paulo. v.7, n.2, p.18-59, dez-2014. Disponível em <[http://unifia.edu.br/revista\\_eletronica/revistas/direito\\_foco/artigos/ano2014/teoria\\_representacoes.pdf](http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/direito_foco/artigos/ano2014/teoria_representacoes.pdf)> acesso em: 14 dez. 2017.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MURTA, I. B. D. **Representações Sociais do Ambiente Preservado**: Estudo Multicaso no Município de Ouro Preto/MG. 2012. 243 f. Dissertação (Mestrado em Análise Ambiental) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2012.

NEVES, D. A. F. As Concepções sobre o meio ambiente, educação e educação ambiental em dissertações de três universidades paulistas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 4., 2003, Bauru, SP. **Anais eletrônicos**. Bauru. Universidade de São Paulo. 2003. Disponível em:<<http://fep.if.usp.br/~profis/arquivos/ivenpec/Arquivos/Orais/ORAL040.pdf>> Acesso em:15 jun.2017.

OSTI, A.; SILVEIRA, C.A.F.; BRENNELI, R.P. Representações Sociais – Aproximando Piaget e Moscovici. **Revista eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**. v.5. n.1. 2013. Disponível em: <[www.marilia.unesp.br/scheme](http://www.marilia.unesp.br/scheme)> acesso em: 15 dez. 2017.

PANTOJA, M.F. A importância da Revitalização do Complexo da Área de Proteção Ambiental (APA) do Itapiracó, São Luís, Maranhão, para a melhoria da qualidade de vida das comunidades do entorno. **Revista On-line IPOG especialize**, Goiânia. ed.13, n.13, v.01. p. 01-18, jul.2017.

PEREIRA, M.de L.D; CHIARI, M; ACCIOLY, S.M.de L. **As Dimensões da Sustentabilidade e suas possibilidades de utilização nas Políticas Públicas**. 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT10-597-570-20100903202725.pdf>> Acesso em: 26 fev.2018.

PESSANHA, J. A. **Filosofia e Modernidade: racionalidade, imaginação e ética**. Porto Alegre: Cadernos ANPED. n.4. Set/1993.

PINA, R. **Investimento em Educação terá redução de mais de 30% em 2018**. Brasil de Fato: Uma visão popular do Brasil e do Mundo. 26 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/12/26/investimentos-em-educacao-tera-reducao-de-mais-de-30-em-2018/>> Acesso em: 12 abr.2018.

PINHEIRO, J. M; TEIXEIRA, A. O; CALDAS, C. S. Importância da Área de Proteção Ambiental do Itapiracó para o Lazer e o microclima local. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 6, 2014, São Paulo. **Anais...**2014. São Paulo: CIETA, 2014, p.2734-2753.

QUEIROZ, E. D.de. FREIRE, L. Análise Crítica do Discurso: um marco teórico-metodológico para pesquisas em educação em ciências. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v.7, n.1, Edição Especial, mai.2014, p.1-11.

RAMAL, A. **O que esperar para a educação brasileira em 2018**. G1. 2 jan.2018. Disponível em: < <http://g1.globo.com/educacao/blog/andrea-ramal/post/o-que-esperar-para-educacao-brasileira-em-2018.html> > Acesso em: 13 abr. 2018.

REIGOTA, M. **Meio Ambiente e Representação Social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

REIS, S. L. A; BELLINI, L.M. Representações Sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. **Acta Scientiarum: Human and Social Sciences**, Maringá, v.33, n.2, p.149-159, 2011.

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora da universidade do Rio de Janeiro. 1998.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: estúdio Nobel. Fundação para o desenvolvimento administrativo. 1993.

SANTIAGO, P. M. M. et al. Levantamento dos Impactos Ambientais Antrópicos na trilha Baluarte da APA do Maracanã em São Luís do Maranhão. In: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO/ CONNEPI, 6.,2011. Rio Grande do Norte. **Anais...**Rio Grande do Norte: IFMA. 2011. Disponível em:< [onpepi.ifal.edu.br/ocs/anais/conteudo/anais/.../1702-5890-1-PB.pdf](http://onpepi.ifal.edu.br/ocs/anais/conteudo/anais/.../1702-5890-1-PB.pdf)> acesso em: 21 jun.2017.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. ed.16. 2006.

SANTOS, J. E. dos; IMBERNON, R. A. L. A Concepção sobre “natureza” e “Meio Ambiente” para distintos atores sociais. **Terra e Didática**. v.10, n.2, p.151-159. 2014.

SÃO LUÍS. Lei Municipal nº 4.669, de 11 de outubro de 2006. Dispõe sobre o plano diretor do Município de São Luís e dá outras providências. Secretaria Municipal do Governo. **Diário Oficial do Município**, ano XXVI, nº 195, p.20, 11 out. 2006. Disponível em: < [https://www.saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/1188\\_8-lei\\_n.4.669\\_de\\_11.10.2006\\_d.o.m.\\_n.195\\_-\\_completo.pdf](https://www.saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/1188_8-lei_n.4.669_de_11.10.2006_d.o.m._n.195_-_completo.pdf) > Acesso em: 10 mar. 2018.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: Possibilidade e Limitações. **Educação e Pesquisa**. São Paulo. v.31. n.2. p.317-322. 2005.

SILVA, S. N. Concepções e representações sociais de meio ambiente: uma revisão crítica da literatura. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 7, 2009. Florianópolis. **Anais...**Florianópolis: ABRAPEC, 2009. p.12.

SILVA, J.A; SALES, L.C. Educação Ambiental: representações sociais de meio ambiente de alunos de 8º série do Ensino Fundamental em escolas públicas estaduais de Teresina – PI. Fundação Universidade Federal do Piauí, 2000, Teresina – PI. **Anais eletrônicos...**Teresina: UFPI, 2000. Disponível em: < <http://www.ufpi.br/revista/index.php/revista> >

//www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/evento2002/GT.15/GT15\_1\_2002.pdf>  
Acesso em: 15 jun.2017.

SILVA, K.V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Editora Contexto. 2006.

SNIF. **Definição de Floresta**. Brasília, 03 mai.2018. Disponível em: < [www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/definicao-de-floresta](http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/definicao-de-floresta) > Acesso em: 3 mai. 2018.

SOARES, L.S. **Avaliação da Aplicação do “índice de sustentabilidade de bacias hidrográficas” como subsídio para formulação de políticas públicas de conservação nas sub-bacias dos rios Batatã e Maracanã, ilha de São Luís – MA**. 2010. 219 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade de ecossistema) – Departamento de Oceanografia e Limnologia. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, MA, 2010.

SOS MATA ATLANTICA. **Quem somos – História**. Disponível em: < <https://www.sosma.org.br/quem-somos/historia/> > Acesso em: 03 mai. 2018.

SOUZA FILHO, E.A. Análise de Representações Sociais. In: SPINK, M.J. (Org). **O conhecimento cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.109-145.

SOUZA, M. de. **APA Itapiracó – Maranhão Parte 1, 2, 3, 4**. Direção: Marcos de Souza. Roteiro: Marcos de Souza e Marcos Luedy. Imagens: Rajesh Kumar e Marcos de Souza. Narração e trilha: Paulo Vicente. Fotografias: Gleice Azevedo, Nara Viana, Edylaine Soares, Marcos de Souza. Edição e auroração: Rajesh Kumar. Youtube, 01 fev. 2011, 8 min. (Coleção de vídeos). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=yuD9lkWfXzc> [https://www.youtube.com/watch?v=q\\_z1Q8fxkHY](https://www.youtube.com/watch?v=q_z1Q8fxkHY); <https://www.youtube.com/watch?v=TcaN7U2doFI&t=5s>; <https://www.youtube.com/watch?v=YieoZ2ftAWk&t=32s>; > Acesso: 20 mar. 2018.

TAVARES, D.W. da. S. et. al. Protocolo Verbal e Teste de Associação Livre de Palavras: perspectivas de instrumentos de pesquisa introspectiva e projetiva na ciência da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.8, n. 3, p.64-79, dez. 2014.

TCE/MA. **Relatório de Auditoria Operacional: Unidades de Conservação do Bioma Amazônia**. São Luís: UTEFI/NEAUD 3. São Luís, MA, 68p. 2013.

TCU. **Amazônia: Unidades de Conservação**. Brasília: TCU, Auditoria Coordenada. 64 p. 2014.

TEXEIRA, C. Educação e Desenvolvimento Sustentável na Agenda 21 Brasileira. **Ambiente e Educação**. Paraná. v.11. p.135-156. 2006.

TÍLIO, R. Revisitando a Análise Crítica do Discurso: um instrumental teórico e metodológico. **Revista do Curso de Letras da UNIABEU E-escrita**, Nilópolis, v.1, n.2, mai-ago.2010, p.86-102.

TORRES, C.T.M; SOUSA, L.C.S; COSTA, F.W.S. O Crescimento Urbano e os Impactos Ambientais na APA do Itapiracó, São Luís – MA. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE

ENGENHARIA AMBIENTAL, 9, 2017, Belo Horizonte, MG. **Anais...** São Paulo: Bluncher. 2017. p.371-379.

TV BRASIL. **Rio Itapiracó sofre degradação**. TV Brasil, Agência de Notícias, 12 fev. 2015, 3min22s. Disponível em: < <http://tvbrasil.ebc.com.br/reportermaranhao/episodio/rio-itapiraco-sofre-degradacao> > Acesso em: 20 mar. 2018.

UEMA. **Vídeo aula 3 – APA Itapiracó**. Núcleo de tecnologias para Educação. Youtube, 5 set. 2016, 13 min 47 s. Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=tl\\_xe8D-HnM](https://www.youtube.com/watch?v=tl_xe8D-HnM) > Acesso em: 20 mar. 2018.

USBERCO, J. et al. **Companhia das Ciências**: 7º série. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 288p.

WAGNER, W. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, A.S.P.; OLIVEIRA, D.C. (org.). **Estudos disciplinares de representação social**. Goiânia, AB. 1998.

WWF. **Campaign: Deforestation and Lungs**. World Wildlife Fund, 04 fev.2011. Disponível em: < WWF. panda. org > Acesso em: 03 mai. 2018.

WWF. **O que é Desenvolvimento Sustentável?** Disponível em: < [https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/questoes\\_ambientais/desenvolvimento\\_sustentavel/](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/) > Acesso em: 27 fev. 2018.



**APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para sujeitos maiores de idade****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro por meio deste termo, que concordei em participar, como voluntário (a) da pesquisa de monografia, intitulada “Representações Sociais de Moradores do Entorno da Área de Proteção Ambiental do Itapiracó, São Luís – MA sobre as problemáticas socioambientais locais”, conduzida pela Jéssica Cristine Costa Carvalho, graduanda do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade com a finalidade de colaborar com a pesquisa. Fui informado do objetivo da pesquisa que, em linhas gerais, consiste em analisar as representações sociais de moradores do entorno da área de proteção ambiental (APA) do Itapiracó sobre as problemáticas socioambientais locais.

Minha colaboração se fará de forma anônima por meio de uma entrevista semiestruturada com questões que abordam sobre as noções de meio ambiente, problemáticas socioambientais, relações de pertencimento com área, bem como sobre outros elementos que participam do contexto da APA do Itapiracó. Nesta entrevista, também concordei em mencionar 8 palavras que surjam em minha mente, sendo quatro palavras relacionadas com a noção de meio ambiente e quatro relacionadas à APA do Itapiracó. Os dados da pesquisa são confidenciais, assegurando o sigilo à participação. Na publicação dos resultados, fui informado que minha identidade será mantida em sigilo, sendo omitidas todas as informações que permita me identificar.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste termo, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

São Luís, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

Assinatura do Participante

---

Assinatura do Pesquisador

---

Visto do Orientador

**APÊNDICE B - Formulário Socioeconômico aplicado junto aos moradores**

**FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO**

(Questões adaptadas do Questionário Socioeconômico ENEM 2008 e do Cadastro Socioeconômico do Estudante para solicitação de assistência estudantil PROAES/UFMA)

**1. Identificação**

Nome: \_\_\_\_\_  
 Sexo:  Feminino  Masculino Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
 Idade: \_\_\_\_\_ Estado civil: \_\_\_\_\_  
 Naturalidade: \_\_\_\_\_  
 Telefone: \_\_\_\_\_ e-mail \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
 Tempo (meses/anos) no endereço: \_\_\_\_\_  
 Profissão: \_\_\_\_\_

**2. Dados socioeconômicos**

❖ **Como você se autodeclara?**

- a) Branco (a)
- b) Negro (a)
- c) Pardo (a)
- d) Indígena
- e) Amarelo (a)

❖ **Qual é o seu nível de escolaridade?**

- a) Não estudou
- b) Da 1ª a 4ª ano do ensino fundamental (antigo primário)
- c) Da 5ª a 9ª ano do ensino fundamental (antigo ginásio)
- d) Ensino médio (Antigo 2º grau)
- e) Ensino superior (graduação)
- f) Pós-graduação Lato sensu (especialização)
- g) Pós-graduação Stricto sensu (Mestrado e doutorado)

❖ **Em que tipo de escola você cursou o ensino fundamental (1º grau) e médio (2º grau)?**

- a) Somente em escola pública
- b) Maior parte em escola pública
- c) Somente em escola particular
- d) Maior parte em escola particular

❖ **Caso tenha Ensino médio completo, em que modalidade de ensino você concluiu?**

- a) Ensino Regular
- b) Educação para Jovens e adultos (Antigo supletivo)
- c) Ensino técnico

- ❖ **A casa onde você mora é?**
  - a) Própria financiada
  - b) Própria quitada
  - c) Alugada
  - d) Cedida/ emprestada
  
- ❖ **Quantas pessoas moram com você? (Incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos)**
  - a) Moro sozinho
  - b) Uma a três
  - c) Quatro a sete
  - d) Oito a dez
  - e) Mais de dez
  
- ❖ **Com quem você mora atualmente?**
  - a) Sozinho (a)
  - b) Pai
  - c) Mãe
  - d) Irmãos (ãs)
  - e) Filhos (as)
  - f) Esposa/marido/ companheiro (a)
  - g) Parentes
  - h) Amigos e colegas
  
- ❖ **Você tem filhos (as)?**
  - a) SIM. Quantos? \_\_\_\_\_
  - b) NÃO
  
- ❖ **Você trabalha ou já trabalhou?**
  - a) SIM
  - b) NÃO
  
- ❖ **Somando sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?**
  - a) Até 1 salário mínimo (até R\$ 937,00)
  - b) De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 937,00 a R\$ 2811,00)
  - c) De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2811,00 a R\$ 5622,00)
  - d) De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 5622,00 a R\$ 8433,00)
  - e) De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 8433,00 a R\$ 11244,00)
  - f) De 12 a 15 salários mínimos (de R\$ 11244,00 a R\$ 14055,00)
  - g) Mais de 15 salários mínimos (mais de R\$ 14055,00)

**APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista aplicada com os moradores pesquisados**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

<b>TEMÁTICAS EM BLOCOS</b>	
.....	
<b>BLOCO 1</b>	Noções de Ambiente e problemas socioambientais
<b>BLOCO 2</b>	Importância das Áreas de Proteção Ambiental (APAS)
<b>BLOCO 3</b>	APA do Itapiracó

➤ **BLOCO 1**

**1. NOÇÕES DE AMBIENTE E PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS**

1) Cite 4 palavras que vem em sua mente sobre Meio Ambiente (Associação Livre direta).

(1) \_\_\_\_\_

(2) \_\_\_\_\_

(3) \_\_\_\_\_

(4) \_\_\_\_\_

2) Para você, o que representa (significa) Meio Ambiente?

\_\_\_\_\_

3) Você acha que as ações humanas prejudicam o Ambiente? Se sim, você poderia mencionar algumas dessas ações?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4) Quais problemas você consegue perceber em nossa cidade?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

➤ BLOCO 2

**2. IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO (APAS)**

1) Você sabe o que seria uma área de proteção Ambiental?

---

---

2) Você acha que essas áreas são importantes? Justifique.

---

---

➤ BLOCO 3

**3. APA DO ITAPIRACÓ**

1) Cite 4 palavras que vem em sua mente sobre a área do Itapiracó. (Associação Livre direta)

(1). \_\_\_\_\_

(2). \_\_\_\_\_

(3). \_\_\_\_\_

(4). \_\_\_\_\_

2) a) Para você, o que representa (ou significa) a área do Itapiracó?

---

---

b) Que tipo de relação você possui com esta área?

---

---

c) Quais emoções ou sentimentos, você poderia expressar ao estar no local? (Alegria, tristeza, euforia, medo, conforto...)

---

---

3) Você sabia que a área do Itapiracó é uma APA?

SIM       NÃO

4) Qual seria a importância dessa APA em relação ao local que você mora?

---

---

5) Que tipo de problemas ambientais você consegue perceber na APA do Itapiracó?

---